



Carlos Henrique Goulart Árabe

**Desenvolvimento capitalista tardio
e questão agrária:
o estruturalismo de Prebisch e Furtado
e o marxismo de Kautsky e Lenin**

**CAMPINAS
2013**



**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

CARLOS HENRIQUE GOULART ÁRABE

**DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA TARDIO
E QUESTÃO AGRÁRIA:
O ESTRUTURALISMO DE PREBISCH E FURTADO
E O MARXISMO DE KAUTSKY E LENIN**

**ORIENTADOR:
PROF. DR. REGINALDO CARMELLO CORRÊA DE MORAES**

**Tese de Doutorado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, para obtenção do Título de
Doutor em Ciência Política**

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENDIDA POR CARLOS HENRIQUE GOULART ÁRABE
E ORIENTADA PELO PROF. DR. REGINALDO CARMELLO CORRÊA DE MORAES**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

Ar11d Árabe, Carlos Henrique Goulart, 1954-
Desenvolvimento capitalista tardio e questão agrária : o estruturalismo de
Prebisch e Furtado e o marxismo de Kautsky e Lenin / Carlos Henrique
Goulart Árabe. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Nações Unidas. Comissão Econômica para a América Latina. 2.
Desenvolvimento e subdesenvolvimento. 3. Economia agrícola. 4. Marxismo.
I.
Moraes, Reginaldo C. Corrêa de (Reginaldo Carmello Corrêa de), 1950-. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas.
III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma:

Late capitalism development and agrarian question : Prebisch and Furtado's structuralism and Kautsky and Lenin's marxism

Palavras-chave em inglês:

United Nations. Economic Commission for Latin America
Development and underdevelopment
Agricultural economics
Marxism

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Doutor em Ciência Política

Banca examinadora:

Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes [Orientador]
Valeriano Mendes Ferreira Costa
Juarez Rocha Guimarães
Mauro Borges Lemos
Pedro Caldas Chadaverian

Data de defesa: 27-09-2013

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 27 de setembro de 2013, considerou o candidato CARLOS HENRIQUE GOULART ÁRABE aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa

Prof. Dr. Juarez Rocha Guimarães

Prof. Dr. Mauro Borges Lemos

Prof. Dr. Pedro Caldas Chadarevian

Resumo

Esta tese analisa a chamada questão agrária sob o ponto de vista de teorias do desenvolvimento capitalista tardio. As duas teorias tomadas como referência são o estruturalismo latino-americano, que tem sua origem na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), e o marxismo clássico, que se desenvolve no período imediatamente seguinte ao desaparecimento de Marx e Engels, entre o final do século XIX e a primeira década do século XX.

A questão agrária é analisada em cada teoria. E cada enfoque é analisado na sua evolução histórica. O conceito de época histórica é considerado importante para uma compreensão mais ampla dos marcos teóricos presentes em cada elaboração.

Ambas teorias são objeto de uma análise comparativa através de temas que atravessam cada enfoque. Dentre eles, tem destaque a relação entre formas de propriedade, relações sociais de produção e progresso técnico. Também se destaca a relação entre a questão agrária e o Estado, entendido como expressão de relações políticas e econômicas de dominação de classes. A modernização capitalista é considerada como tendência econômica, cuja consolidação está condicionada à iniciativa do Estado.

Os autores analisados são Raúl Prebisch, Celso Furtado, Karl Kautsky e Vladimir Lenin.

O método integra economia política, classes sociais e o Estado. Compreende o desenvolvimento capitalista como um processo histórico contraditório e inclui o debate de sua superação pelo modo de produção socialista.

Palavras chave: questão agrária, capitalismo, socialismo, Kautsky, Lenin, Furtado, Prebisch, desenvolvimento tardio

Abstract

This thesis analyzes the so-called agrarian question from the point of view of theories of late capitalist development. The theories taken as reference are the Latin American Structuralism, which has its origin in the Economic Commission for Latin America (ECLAC), and classical Marxism, developed in the period immediately following the disappearance of Marx and Engels, between the late nineteenth century and the first decade of the twentieth century.

The agrarian question is analyzed in each theory. And each theory is examined in its historical evolution. The concept of historical epoch is considered important for a fuller understanding of the landmarks in each view. Together they are object of a comparative analysis across themes that run through each approach.

Among them, is highlighted the relationship between forms of property, social relations of production and technical progress. It also highlights the relationship between the agrarian question and the State as an expression of political and economic relations of class domination. The capitalist modernization is understood as economic trend, whose consolidation is subject to State initiative.

The authors analyzed are Raúl Prebisch, Celso Furtado, Vladimir Lenin and Karl Kautsky.

Method integrates political economy, social classes and the State. Comprises capitalist development as a contradictory historical process and includes discussion about the socialist mode of production.

Key words: agrarian question, Capitalism, Socialism, Kautsky, Lenin, Furtado, Prebisch, late development

Sumário

Introdução	1
Parte I:	
A questão agrária no pensamento estruturalista latino-americano	11
Parte II:	
A questão agrária em Kautsky e Lenin	63
Parte III:	
Contraponto entre estruturalismo e marxismo em torno às questões agrária e do desenvolvimento tardio	95
Conclusões	143
Referências	151

Agradecimento e reconhecimento

Aos professores, colegas e funcionários do doutorado em Ciência Política do IFCH/Unicamp, com um agradecimento especial a Priscila Gartier,

aos professores que participaram do exame de qualificação, Armando Boito e Marcos Novelli, pelas críticas e sugestões que contribuíram para a conclusão dessa tese;

aos professores que integraram a comissão julgadora da tese, Mauro Borges, Juarez Guimarães, Pedro Chadarevian, Valeriano Mendes, pelo rigor na análise e pelas contribuições que alentam novos estudos;

ao professor Reginaldo Moraes, presente em todos os momentos, a quem devo muito pela orientação serena e estimulante.

Aos meus pais

Introdução

O problema a ser investigado

Esse trabalho examina, em primeiro lugar, a construção de uma questão agrária na teoria do subdesenvolvimento latino-americana a partir de dois de seus autores fundamentais, Raul Prebisch e Celso Furtado. Em seguida, examina a construção teórica socialista da questão agrária em dois autores marxistas também fundamentais nesse tema, Karl Kautsky e Vladimir Lenin, nos seus principais escritos sobre a questão, elaborados antes da ruptura da II Internacional.

Esses dois pontos de vista serão cotejados em torno à concepção da relação entre desenvolvimento tardio e questão agrária.

A chamada questão agrária expressa particularidades históricas do desenvolvimento capitalista face à propriedade da terra e às relações sociais de produção. Ela se coloca na medida em que a relação social fundamental do capitalismo, entre capital e trabalho, não se impõe necessária e homogeneamente com a expansão do capitalismo na economia nacional e na agricultura em particular (ou, se quisermos ser mais precisos, com a submissão e integração da agricultura à dinâmica do capitalismo em escala nacional e mesmo internacional). Essa singularidade implica em amplas discussões sobre regime de propriedade, relações de produção e classes sociais. Discussões estas que são parte constitutiva da própria compreensão do caráter, da dinâmica e da perspectiva do desenvolvimento assim chamado de tardio.

Por *desenvolvimento tardio* entendemos a situação de economias que se desenvolvem em direção ao capitalismo após o ciclo de constituição das economias chamadas centrais, tais como a Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. A

denominação desenvolvimento capitalista tardio é aplicada para caracterizar o ponto de partida de economias pós-coloniais da América Latina e seu processo de desenvolvimento. Também é aplicada em casos como o da Rússia na virada do século XIX para o XX. Outras formas para designar o fenômeno são usadas: subdesenvolvimento, desenvolvimento retardatário ou ainda desenvolvimento periférico. O termo desenvolvimento tardio é também utilizado para analisar o capitalismo ao final do século XX, para expressar criticamente elementos de declínio desse sistema. Naturalmente, o uso que daremos no nosso estudo é o anterior, como expressão de processos "atrasados".

A expressão *questão agrária* ganhou notoriedade em debates clássicos do socialismo na virada do século XIX para o século XX e foi cunhada para organizar os temas do desenvolvimento das formas de propriedade da terra e das relações sociais de produção sob o impacto da expansão do capitalismo (e também da formação de partidos socialistas de massas). Como disse Kautsky, "o que mais nos preocupa hoje em dia é precisamente o papel desempenhado pelas formas pré-capitalistas da agricultura no seio da sociedade capitalista". (KAUTSKY, 1986, p. 8)

Essa questão agrária percorre, pode-se dizer, todo o século XX sem uma "solução" adequada, apresentando-se como um desafio permanentemente posto a diversas abordagens teóricas. E, naturalmente, essas discussões se revestem de novas peculiaridades quando se colocam em processos de desenvolvimento na periferia do sistema internacional.

A teoria que nasce junto com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) é tomada como ponto de partida para a análise. Partimos dela para estabelecer os termos referenciais para formular uma questão agrária na problemática do desenvolvimento capitalista periférico. Sobre ela apontaremos limites ou mesmo impasses teóricos que reclamam a presença de outras abordagens para que se possa contribuir com novas compreensões em torno à

questão agrária e desenvolvimento a partir da periferia do capitalismo. É nesse sentido que o que podemos considerar como formulações clássicas do marxismo permitem apoios para discutir limites e impasses.

A teoria do desenvolvimento da CEPAL como base de análise e de crítica

Apesar de todos os revezes, a teoria do desenvolvimento capitalista promovida pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) continua uma referência – necessária, mas insuficiente – para a reflexão, ao menos na região latino-americana, sobre a formação de nações e a superação de seus entraves históricos. Sua retomada, no entanto, é insustentável sem o exame crítico das suas encruzilhadas teóricas.

Ao lado do grande progresso teórico de compreender o subdesenvolvimento como resultado histórico da expansão internacional do capitalismo do centro para a periferia – vale dizer, como diferença dentro de um mesmo processo histórico, e não como um estágio (ou degrau) dentro de um processo linear e homogêneo similar a uma escada – a teoria do desenvolvimento tardio da Cepal conheceu pelo menos três limites teóricos:

1. A concepção dualista na análise das relações sociais de produção internas, desligando as duas faces – capitalista e pré-capitalista – de um mesmo processo e realizando um procedimento metodológico diverso daquele que servira de base para a análise do desenvolvimento capitalista em escala internacional;

2. A abordagem fundamentalmente nacional da alternativa para o desenvolvimento na periferia, via industrialização substitutiva, encontrou a barreira do progresso técnico e da centralização do capital no centro (que convergiu para a industrialização periférica através das empresas multinacionais, constituindo o

fenômeno do desenvolvimento associado e dependente). Para esse nível de análise, o que interessa, agora, é registrar que o tema do progresso técnico, tão presente e consistente na análise estrutural cepalina sobre a expansão desigual do sistema capitalista internacional, não se reverteu em vetor constituinte da alternativa de desenvolvimento a partir da periferia;

3. A concepção do Estado como agente econômico do desenvolvimento em substituição à frágil liderança de uma incipiente burguesia mas não como resultante de uma sociedade de classes de origem colonial, subordinado internacionalmente e como agente de coesão política de interesses superpostos das classes dominantes em um processo de desenvolvimento capitalista periférico.

Esses impasses manifestam-se de modo exemplar na ótica da teoria do desenvolvimento da Cepal face à chamada questão agrária. Não há outro terreno em que a concepção da Cepal tenha se mostrado mais limitada. Esse juízo duro é proporcional à importância com que a questão agrária está presente, ao menos no patamar do enunciado teórico, como entrave ao desenvolvimento e como parte de um programa reformista que nasce das elaborações originárias da Cepal.

O exame dessa questão sob a perspectiva do desenvolvimento tardio permite tratar dos avanços e dos limites da teoria em torno da Cepal. Permite escolher outras abordagens que operam sobre esses limites. E permite, pensamos, propor e avaliar hipóteses de sínteses novas, tomando como base de diálogo – mas não como horizonte - a plataforma teórica de análise do desenvolvimento capitalista internacional da Cepal.

Essa ótica contrasta com duas outras, oriundas da crítica ao desenvolvimentismo em geral e cepalino em particular.

Uma delas é a que autonomiza a questão agrária face aos problemas do desenvolvimento, que poderia ser caracterizada como "campesinista", e que encontra barreiras históricas e teóricas (postas pelo próprio desenvolvimento capitalista e que são reconhecidas na reflexão crítica de autores identificados ou que partilham esse programa) que parecem intransponíveis. Essas contribuições, no entanto, trazem aportes importantes para uma reinterpretação e reinserção do tema dentro do debate sobre desenvolvimento. (BENGOA, 1999)

Outra é a que praticamente extingue a questão agrária e autonomizam o desenvolvimento periférico face a suas contradições e as teorias desenvolvimentistas face a seus impasses analíticos, neutralizando o seu potencial como teoria da transformação social.¹

Estamos, por certo, referindo a opções teóricas que colocam-se dentro do diálogo crítico com a Cepal e não considerando, explicitamente, aquelas que formam um campo frontalmente oposto ao desenvolvimentismo, as que situam-se na órbita do liberalismo.

Bases metodológicas para a construção de hipóteses

Nosso caminho sustenta a validade da contribuição da Cepal para uma teoria do desenvolvimento tardio associada a uma teoria da transformação social. Para avançar nessa discussão, a tomada da questão agrária é bastante útil e mesmo necessária. Ela, em grande medida, resume os impasses desenvolvimentistas.

¹ Esse é o ponto de vista que encontramos em NAVARRO (1999) e no relatório do Banco Mundial sobre "agricultura e desenvolvimento" de 2008 (BANCO MUNDIAL, 2008), que não ofereceria maior surpresa não fosse o seu principal autor, Alain de Janvry, ter sido um autor inscrito na antiga "escola da dependência".

Para sustentar a validade da contribuição cepalina é fundamental destacar os pontos fortes de método da elaboração cepalina, ou seja, sua compreensão dos elementos centrais explicativos da diferença do desenvolvimento no plano internacional e como eles podem produzir movimento de superação. A compreensão desse “motor” teórico é importante para conduzir o diálogo face a outras contribuições que serão requeridas para o desenrolar da discussão aqui proposta.

Como se sabe, a Cepal, embora tenha ocupado um lugar histórico no pós-II Guerra Mundial, não foi a única abordagem dos problemas do desenvolvimento tardio do capitalismo. Ao lado dela e antes dela surgiram outras interpretações dentro de um campo comum aos problemas do desenvolvimento capitalista e da transformação social. O exame do desenvolvimento do capitalismo tardio foi tratado sob abordagens marxistas (objetivando explorar as contradições do capitalismo e propor uma nova sociedade) e sob abordagens desenvolvimentistas (concepções inseridas e contidas dentro de uma evolução “civilizatória” do capitalismo).

A possibilidade de diálogo crítico envolvendo reflexões de base marxista com a temática desenvolvimentista cepalina mostrou-se promissora embora interrompida. Ela se deu no período de crise do desenvolvimentismo cepalino nos anos 60 e 70 do século XX e, ainda que no amargor de derrotas políticas, resultou em esforços teóricos importantes para a superação de limites conhecidos pela Cepal. A chamada teoria da dependência foi um desses esforços emblemáticos.

A questão agrária propriamente não recebeu atenção especial nesses balanços e tentativas de ir além da Cepal. Essa poderia ser uma razão a mais para buscar retomar uma aproximação crítica entre essas abordagens. Esse procedimento busca, na verdade, dar passos face aos obstáculos teóricos enfrentados pela teoria da Cepal, quais sejam, o dualismo na análise das relações socioeconômicas internas, a dimensão fundamentalmente nacional na construção da alternativa

desenvolvimentista e o “ascetismo” político na análise do Estado, na forma em que se expressam na análise da questão agrária.

Sem desconsiderar outras, mas delimitando as escolhas, destacamos obras do que podemos caracterizar como socialismo clássico (tendo como fontes sobretudo Kautsky e Lenin) para servir a essa sustentação.

O modelo interpretativo estruturalista latino-americano alcança grande potência em um momento histórico de alteração de conjunturas longas e, nos termos prebischinianos, dos centros cíclicos dinâmicos internacionais - entre a grande depressão dos anos 30 e o pós-II Guerra - em que a antiga hegemonia do liberalismo econômico cede lugar ao keynesianismo. Em grande medida, o ideário da Cepal foi o correspondente na periferia a esse movimento político, ideológico e teórico nos países centrais.

Dentro desse modelo, a questão agrária adquire grande importância, embora se saiba que em nenhum momento da trajetória criativa da Cepal tenha recebido uma elaboração acabada e aprofundada.

Para a questão agrária cepalina convergiram os pilares do seu método analítico. Ela vai condensar a relação histórica subordinada à divisão internacional do trabalho nas duas conjunturas longas sob centros hegemônicos internacionais distintos, Inglaterra e Estados Unidos; o choque entre estruturas econômicas e sociais refletindo a economia voltada para fora, ou subordinada ao ciclo internacional, e a economia potencialmente voltada para dentro; o choque entre o moderno e o atrasado (não necessariamente um espelho da relação com os centros internacionais dominantes); e, também, a ideia de que a mudança deve partir de fora do mecanismo econômico que produzia o quadro de uma questão agrária no subdesenvolvimento. O Estado desenvolvimentista aparece, no seu

duplo registro cepalino, como instrumento de mudança e como barreira à mudança.

As reflexões críticas (e em grande medida, autocríticas) de figuras chaves da Cepal, como Prebisch e Furtado, são fundamentais como uma fonte de compreensão desse esquema de interpretação.

O tema agrário e do desenvolvimento tardio no socialismo clássico

Nosso exercício aqui é praticamente o inverso daquele realizado por Abramovay. (ABRAMOVAY, 1999) Esse autor busca demonstrar a incompatibilidade teórica do marxismo clássico com a questão agrária, que para ele resume-se no problema a ser decifrado da sobrevivência da agricultura familiar no capitalismo. Além disso, consideramos que não leva na devida conta contribuições, parciais que sejam mas extremamente úteis, presentes tanto em Lenin como em Kautsky para compor um quadro compreensivo da questão. Ao resumir toda a base marxiana sobre a questão agrária na teoria da renda da terra, o autor deixa de lado observações pertinentes e originais que aparecem nas leituras de Kautsky e Lenin. E ao descaracterizar sua contribuição teórica, sobretudo a de Lenin, pela sua suposta responsabilidade na coletivização forçada stalinista, o autor estabelece identidade entre aquilo que é antagônico.

Se conceituarmos a questão agrária de um modo mais amplo, como viemos tentando fazer até agora, é possível, cremos, encontrar contribuições substantivas tanto em Kautsky quanto em Lenin para enfrentar os limites da questão agrária cepalina.

Eles aparecem em quesitos fundamentais:

- na análise leniniana sobre a relação entre regime de propriedade, relações sociais de produção e progresso técnico em uma situação histórica de forte expansão do capitalismo no campo;
- na abordagem de Kautsky sobre a submissão do conjunto da agricultura ao desenvolvimento capitalista e, nesse contexto, a resistência, econômica e política, da chamada agricultura familiar;
- no impacto da internacionalização do mercado capitalista para as condições de desenvolvimento interno nos países dominados ou periféricos, sobretudo em Lenin;
- e, não menos importante, são suas contribuições para a análise da questão agrária no contexto de programas de superação de situações nacionais na periferia do capitalismo e da relação entre desenvolvimento tardio, Estado e transformação social.

Hipótese central de trabalho

Nossa hipótese central de trabalho é a de que o exame da questão agrária na teoria do desenvolvimento tardio ou a partir da periferia pode ser um instrumento metodológico de compreensão de bases teóricas para uma estratégia de desenvolvimento nacional.

Junto a ela, decorre a seguinte: a escolha de uma plataforma teórica - aquela que se pode extrair da obra cepalina - face a qual se possa cotejar críticas e elementos de superação de seus limites. Por certo esse procedimento metodológico parte da validade de fundamentos teóricos do desenvolvimentismo cepalino. Ao mesmo tempo, assinalamos sua limitação e mesmo a necessidade de novas sínteses, sem

as quais a plataforma perde capacidade de suportar novos (e velhos) dilemas do desenvolvimentismo tardio.

A crise do desenvolvimentismo na América Latina parece ter produzido um solapamento das antigas sustentações teóricas da questão agrária desde um ponto de vista reformista. Uma retomada da pesquisa sobre a relação entre questão agrária e desenvolvimento não deve prescindir de um balanço crítico de como essa correlação foi construída – aprofundando os passos iniciados pelos autores da CEPAL, especialmente Prebisch e Furtado, nos seus balanços autocríticos de meados dos anos 60 em diante – mas também recorrendo a reflexões sobre outras experiências de desenvolvimento nacional que deram interpretação diversa ao duplo tema da questão agrária-desenvolvimento.

Parte I

A questão agrária no pensamento estruturalista latino-americano

Essa parte pretende apresentar uma visão compreensiva da questão agrária no estruturalismo latino-americano, uma corrente teórica que tem origem na Comissão Econômica para a América Latina, CEPAL.

Ela inicia exatamente daquilo que se pode extrair do documento fundador da CEPAL, escrito por Raúl Prebisch em 1949. Segue com uma exposição sobre o estruturalismo como uma escola de pensamento mais ampla, fundada na experiência de desenvolvimento tardio na América Latina e expandida nos balanços e acréscimos realizados após o período básico da CEPAL, os anos 50 do século XX.

Prossegue com a identificação de suas bases teóricas. E conclui, num trecho mais largo, com a análise das contribuições de Prebisch e Celso Furtado sobre a questão agrária em sua relação com o problema do subdesenvolvimento.

Visão geral da concepção cepalina

As décadas de 40 e 50 registraram o aparecimento de uma série de estudos econômicos e sociológicos sobre o "subdesenvolvimento". Entre os estudos inseridos nesta perspectiva situam-se os elaborados pela (e no âmbito da) Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). E dentre estes os mais

notórios são os do economista argentino Raúl Prebisch complementados pelos do economista brasileiro Celso Furtado.²

*El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*³ foi escrito por Prebisch ao final da década de 40. Chamado por Hirschman de “manifesto latino-americano”, esse documento inaugura de modo magistral o desenvolvimentismo, vale dizer, um modelo de análise, um programa e mesmo uma época cujo horizonte, para a periferia capitalista, era a superação da condição subdesenvolvida.

Prebisch constatava que o atraso econômico era uma condição da periferia. Entre os vários aspectos assinalados nestes esquemas, está a análise da introdução e difusão de forma assimétrica – devido à condição particular ocupada no comércio internacional e ao processo histórico de constituição das economias nacionais periféricas – do progresso técnico gerado no centro. E a decorrente heterogeneidade do tecido social e econômico que apresentava desníveis

2

Antes de dirigir a Cepal, Raúl Prebisch foi diretor geral do Banco Central da Republica Argentina. Ele foi o segundo nome a ocupar o posto de secretário executivo da Cepal, desempenhando esse papel entre 1948 a 1963. Assumiu em seguida o cargo de Diretor Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Para um retrospecto da sua atuação à frente da Cepal ver POLLOCK, KERNER E LOVE (2001) .

Celso Furtado tem uma trajetória inversa, passando da experiência dos primeiros anos na Cepal para a de um dos quadros formuladores e dirigentes centrais do governo brasileiro. Uma detalhada história da sua atuação e as etapas do seu pensamento está em MALLORQUIN (2005)

3

PREBISCH, R. - El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. in CEPAL - Boletín Económico de América Latina, vol. VII, nº 1, Santiago de Chile, 1962. Para a versão em português ver PREBISCH, R – O desenvolvimento econômico da América latina e alguns de seus problemas principais. In BIELSCHOWSKY, R. Org.) – Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de janeiro: Record, 2000.

acentuados de produtividade em seus espaços e setores, desenvolvendo formas permanentes de dualismo econômico e social.

A partir de uma análise basicamente econômica, mas não deixando de incluir elementos da formação histórica da economia e dos países da região latino-americana, a CEPAL procurava definir a especificidade do subdesenvolvimento.

“Prebisch se negó a tratar como anomalía lo que en su experiencia fue percibiendo como un modo de ser. Entendió que el subdesarrollo no puede identificarse con un simple estado de atraso, con frecuencia atribuido al peso de factores extraeconómicos, supuestamente ligados a la estructura social. Antes bien, lo visualizó como un patrón de funcionamiento y de evolución específica de ciertas economías, que como tal merece un esfuerzo de elaboración teórica también específico.

Justamente, este esfuerzo tiene como punto de apoyo fundamental el planteamiento de un contenido básico, es decir, de una visión general del objeto de estudio, y comienza con ella. Esta visión — o lo que es lo mismo, la concepción fundacional antes mencionada — puede describirse de manera sintética recurriendo a tres conceptos claves: los de heterogeneidad, especialización y desarrollo desigual.” (RODRIGUEZ, 2001).”

Subjacente a esta especificidade está a ideia fundamental da superação do atraso através de políticas de desenvolvimento induzidas a partir de fora do mecanismo econômico, isto é, através do planejamento estatal.

Mas se a superação do subdesenvolvimento não era um processo espontâneo e, portanto, não repetiria o curso das economias capitalistas desenvolvidas, a visão de destino das economias subdesenvolvidas era o capitalismo. O desenvolvimento de que se trata é o desenvolvimento capitalista, visto como um processo para a constituição plena deste sistema nos países da região. Esta a tarefa a que se

dedicou a CEPAL. Repetidas vezes a CEPAL em seus documentos esclarece o caráter e o conteúdo da utilização de instrumentos não-mercantis para perseguir objetivos mercantis.

“Estreitamente vinculada às contribuições de teoria, existe ainda uma ampla argumentação de política econômica sobre a planificação e o papel do Estado. A primeira não é vista como um substituto do mercado, mas sim como um meio para dar eficácia à sua operação. Ela é vista como um requisito para canalizar ordenadamente as mudanças estruturais que a industrialização e o desenvolvimento trazem consigo, e portanto, para evitar os desajustamentos e incoerências que acompanham essa transformação, quando ela se realiza de uma maneira espontânea.” (RODRIGUEZ, 1981, p. 260).

A utilização do planejamento e o preponderante papel econômico atribuído ao Estado objetivavam exatamente a constituição do mercado e de relações típicas deste sistema econômico em economias que conservavam estruturas atrasadas e cujo desenvolvimento “natural” não as conduzia neste rumo.

Nos estudos da CEPAL não há exatamente um modelo de capitalismo tomado como base. Talvez se pudesse falar em certas características de um modelo inacabado: um espaço econômico mais homogêneo, um Estado regulador ao estilo keynesiano, e, sobretudo, um capitalismo de bases nacionais. De todo modo, a perspectiva é a saída do subdesenvolvimento através de um desenvolvimento capitalista induzido pelo Estado.

O programa para atingir este objetivo, a industrialização e a constituição de um mercado interior, dinamizaria um conjunto de elementos constitutivos do projeto

em questão.⁴

Trata-se de um

“(...) projeto sócio-político, através do qual se tornam visíveis os vínculos do pensamento em questão com os pontos de vista e interesses de determinados grupos e classes sociais, revelando seu caráter ideológico.

Sobressai em primeiro lugar o papel atribuído à burguesia industrial nacional. A ela cabe liderar o afiançamento de relações de tipo capitalista (...) Assim pois, o projeto sócio-político implícito no pensamento da CEPAL não só aparece como compatível, mas também como convergente com os interesses do grupo mencionado.

É de se observar, no entanto, que mesmo quando defende e privilegia tais interesses, esse projeto – e com ele o pensamento que o contém – possui também um cunho policlassista.” (RODRIGUEZ, 1981, p. 264)

Ao invés de atribuir a construção deste projeto à burguesia nacional, o agente e condutor, por excelência, é o Estado. Naturalmente, modificado no sentido de se dotar de uma racionalidade pensada acima dos conflitos sociais e dos interesses imediatos da própria classe beneficiária.

O Estado é concebido, portanto,

“como uma entidade externa ao sistema socioeconômico, capaz de apreendê-lo de uma forma consciente e de atuar sobre ele, imprimindo-lhe uma racionalidade que, por si só, ele não possui e conduzindo-o a resultados que, de outra maneira, seria impossível atingir. (RODRIGUEZ, 1981, p. 265)

4

Ver a este respeito a importância que Celso Furtado dá ao mercado interno para a unificação das regiões do país e para a construção da identidade e autonomia nacionais. (FURTADO, 1992)

Um resumo dos argumentos centrais em Prebisch

Marco teórico	Critica a teoria das vantagens comparativas e elabora uma concepção alternativa para explicar desequilíbrios nas relações internacionais de troca e a disparidade do desenvolvimento e da riqueza entre os países. De forma combinada, aponta a diferenciação entre as estruturas produtivas no centro (homogêneas e diversificadas) e na periferia (heterogêneas e especializadas). Funda, em conjunto com outros autores, a teoria do subdesenvolvimento. Questiona a aplicabilidade para a periferia das teorias econômicas produzidas no centro, sobretudo, aquelas oriundas da contra-revolução marginalista (neoclássica).
Estrutura da economia mundial	Organização assimétrica da economia mundial (capitalista), formando um centro e uma periferia. O centro se define pela capacidade de gerar progresso técnico e de reter renda, enquanto a periferia absorve progresso técnico e transfere renda. A assimetria da economia mundial não é definida somente no plano internacional. Internamente, assinala o caráter diferenciado das estruturas econômicas e sociais dos países centrais (diversificada e homogênea em termos de níveis de produtividade) e dos países periféricos (especializada e heterogênea em termos de níveis de produtividade). Dá grande importância à mudança do "centro cíclico" da economia mundial da Inglaterra para os EUA.

Natureza do subdesenvolvimento	Simultaneidade do subdesenvolvimento e do desenvolvimento. Além disso, um processo não precede, necessariamente, o outro. Ambos são partes constitutivas da economia mundial. Relações de subordinação da periferia ao centro. Estas relações, combinadas com o caráter diferenciado da estrutura produtiva entre os países centrais e periféricos, implicam no subdesenvolvimento.
Superação do subdesenvolvimento	O processo de industrialização é visto como processo fundamental, embora não suficiente, das alterações necessárias para a passagem ao processo de desenvolvimento. "Dialética" da industrialização: efeito positivo, mas contraditório (gera novas formas de subordinação da periferia ao centro). Inclui a necessidade de mudanças sistêmicas no âmbito internacional (pelo menos do ponto de vista regional).

A escola estruturalista latino-americana

Uma leitura da obra que pode ser catalogada como originária da Cepal deve buscar elementos fundantes de um método de análise. Esse trabalho em grande medida está condensado em três obras que muito auxiliam nessa tarefa.

A de Rodriguez, a quem devemos a caracterização como "originária" da elaboração do período da fundação da Cepal até o início dos anos sessenta do século XX, que aponta pontos fortes e fracos dessa Cepal originária e busca um balanço interno crítico em contraposição a outras abordagens, especialmente a economia chamada de neoclássica. (RODRIGUEZ, 1981).

A de Bielschowsky (2000), acompanhada de extensa organização de textos clássicos, procura demonstrar sua particularidade, extensão e continuidade.

A de Gurrieri (2011), que é voltada a um amplo exame das etapas do pensamento de Raúl Prebisch e acompanhada de uma seleção de seus textos mais expressivos.

Pensamos poder destacar quatro aspectos centrais que conformariam o quadro analítico básico do pensamento da Cepal:

- a simultaneidade histórica entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, sem dúvida, é sua maior contribuição de método. Ainda que possa ter decorrido desta sua análise uma derivação evolucionista, a ideia de contemporaneidade entre essas duas vias de desenvolvimento do capitalismo, também conhecida como sistema centro-periferia, é organizadora da visão cepalina. Está expressa, sobretudo, no chamado (por Hirschman) manifesto latino-americano, que é o texto de final da década de 1940 de Prebisch (PREBISCH, 1962);
- a introdução da noção de conjuntura de longa duração (ou, se quisermos, de época histórica) na determinação da evolução da ordem internacional capitalista, o que fica evidente na avaliação de Prebisch sobre a mudança do “centro cíclico” hegemônico internacional da Inglaterra para os Estados Unidos nas décadas de 20 e 30 do século XX. Trata das especificidades e da dinâmica da relação centro-periferia dentro da divisão internacional do trabalho e da ordem política que lhe corresponde a partir das características e potências econômicas do centro cíclico dominante;
- a caracterização do subdesenvolvimento como combinação de estruturas vistas como estanques dentro de um mesmo espaço nacional, estabelecendo uma

ordem dual. Essa operação metodológica difere daquela que orienta a análise do quadro internacional, configurando-se quase como um corte cirúrgico. E implicará fortemente nas análises sobre as relações internas entre "setores" econômicos e sociais, ou mais rigorosamente, entre classes e setores de classe social identificados com relações de produção tipicamente capitalistas e aquelas não tipicamente capitalistas, ainda que a uni-las estivesse o mercado e um mesmo espaço nacional de desenvolvimento. Essa análise, no entanto, colocou o problema fundamental da relação entre progresso técnico, relações sociais de produção e regime de propriedade (especialmente o da terra), e não menos importante, relações de poder, no processo de desenvolvimento na periferia. Ainda que sua solução nos marcos cepalinos seja claramente limitada, propiciou toda uma agenda de investigações em torno a esse tema chave do desenvolvimento;

- a percepção do Estado como agente econômico eficaz e ousado em substituição à fragilidade da burguesia industrial e às limitações impostas pela divisão internacional do trabalho. A capacidade do Estado desenvolvimentista em centralizar meios econômicos, em orientar e realizar acumulação de capital e em "queimar etapas" nos processos de desenvolvimento, decorre da análise cepalina sobre a necessidade de intervir de fora do mercado e do mecanismo econômico que conservava a desigualdade do desenvolvimento no plano internacional e no seu reflexo interno. Sua grande debilidade analítica reside não nessa descoberta mas na ausência de uma compreensão sobre o caráter do Estado (ou seja, dos próprios limites do Estado desenvolvimentista).

Como mostram Bielschowsky, Rodriguez e Gurrieri, esse modelo interpretativo alcança grande potência em um momento histórico de alteração de conjunturas longas e, nos termos prebischinianos, dos centros cíclicos dinâmicos internacionais

- entre a grande depressão dos anos 30 e o pós-II Guerra - em que a antiga hegemonia do liberalismo econômico cede lugar ao keynesianismo. Em grande medida, o ideário da Cepal parece ter sido o correspondente na periferia a esse movimento político, ideológico e teórico nos países centrais.

O exame da obra de Raul Prebisch, secundada pela de Celso Furtado, permite apontar um período de elaboração pós-Cepal originária. Isso só é possível se considerarmos o estruturalismo como uma corrente de pensamento cuja continuidade vai além do caráter institucional que marcou o período inicial, quando a teoria estruturalista do subdesenvolvimento e a instituição Cepal se fundiam. Nesse novo período, cujo marco de virada, é o início da década de 60 do século XX e mais precisamente o momento histórico do golpe de 1964 no Brasil, passa a haver uma certa dissociação entre a instituição Cepal e a elaboração estruturalista. Nele acentua-se uma perspectiva extremamente crítica ao capitalismo periférico que se desenvolve na América Latina de modo geral e, no caso de Celso Furtado, em especial no Brasil.

Gurrieri (2011) identifica essa evolução em Prebisch. Rodriguez em sua primeira obra de análise da CEPAL analisa exclusivamente o período por ele assinalado como originário (RODRIGUEZ, 1981); em seu trabalho mais recente enfoca o período mais largo do estruturalismo, incluindo a etapa pós-CEPAL (RODRIGUEZ, 2006). Bielschowsky (2000) aponta continuidade entre a Cepal originária e o seu momento seguinte enquanto instituição.

É importante assinalar que esse período de elaboração estruturalista pós-Cepal originária carece de análises de conjunto.⁵ Por certo inúmeros estudos tratam de

⁵ Mallorquin assinala que “a similaridade de suas temáticas (referindo-se a Prebisch e Furtado – nota minha) a partir de 1975 poderia ser assunto de uma pesquisa frutífera, no âmbito das idéias do desenvolvimento latino-americano”. (MALLORQUIN, 2005, p. 339)

aspectos importantes da elaboração estruturalista desse período, os quais utilizaremos como apoio ao longo desse trabalho.

Essa é a razão fundamental para a releitura das obras de Prebisch e Furtado de meados dos anos 60 em diante. Portadores de uma coerência impressionante, sem mudar de lado frente a derrotas profundas, mestre e principal seguidor realizam balanços críticos – na verdade, autocríticos – e buscam aprofundar o método estruturalista face à experiência histórica vivida. Eles fornecem um guia de leitura para compreender o alcance da escola estruturalista latino-americana.

Mantidos os quatro pilares centrais do método, enunciados no que chamamos de elaboração originária, o aprofundamento que Prebisch e Furtado propõem, separadamente mas que podem ser lidos de forma complementar, refere-se a três aspectos fundamentais:

- elevar a importância das relações de poder entre classes no esquema explicativo do desenvolvimento periférico e dos seus impasses. Além dos obstáculos econômicos, passa a identificar o obstáculo político de parcelas significativas das classes dominantes que não agem “racionalmente” face às necessidades do próprio desenvolvimento. Nesse sentido é que Prebisch apresenta a ideia de uma economia mista, capitalista nas esferas da produção e circulação mas socializada no processo de tomada de decisões sobre a acumulação de capital (PREBISCH, 1981). É também nesse sentido que Furtado considera imprescindível a organização política das classes trabalhadoras para intervir na agenda nacional do desenvolvimento e impedir a unidade das classes dominantes que aparece como um obstáculo ao Estado desenvolvimentista. (FURTADO, 1964). É interessante notar que nos textos

desse período há um questionamento daqueles laços que vicejaram, na fase originária, entre desenvolvimentismo e populismo⁶;

- intensificar o caráter interdisciplinar da abordagem estruturalista, incorporando com mais peso a ciência política e a história da formação e expansão do capitalismo. Essa orientação é muito mais clara em Furtado. Já está presente em 1961 quando publica *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (FURTADO, 2009) e ganha justificativa de método no seu *Prefácio a Nova Economia Política* (FURTADO, 1976), obra de 1976. Aliás, a teorização sobre o método estruturalista é sempre mais formalizada e didática em Furtado do que em Prebisch, mas neste também está presente esse desdobramento;
- enfatizar aproximações analíticas ao mesmo tempo que mantém demarcações teóricas e ideológicas com interpretações de Marx e de marxistas com relação aos aspectos importantes da evolução do capitalismo. Assim, nesse período é cada vez mais claro o uso de fórmulas e categorias como acumulação de capital, excedente e mesmo classes sociais. Esse uso é voltado para a crítica do capitalismo periférico no seu desenvolvimento concreto. As demarcações, como mostraremos adiante, mantêm-se intactas e referem-se centralmente à concepção de Estado e à teoria do valor.

⁶ Vale a pena citar duas passagens a propósito da nova visão crítica sobre o populismo. Em Furtado: “Tais ideologias, conhecidas sob a forma genérica de populismo, têm como linguagem comum aquilo que no século XIX se chamou de 'socialismo utópico', cuja essência está em acenar com formas de redistribuição do produto social, sem preocupar-se com a organização da produção.(...) A consequência mais grave do populismo, do ponto de vista do desenvolvimento social, reside no fato de que desorienta os trabalhadores, incapacitando-os para distinguir os seus próprios interesses”. (FURTADO, 1964, p. 86) Em Prebisch, no prefácio datado de 1979 ao já citado livro de Rodriguez, um dos autores que de forma mais contundente aponta o nexo orgânico entre a Cepal originária e o populismo: “(...) o caráter ideológico dos meus escritos sempre foi e continuará sendo discutível. (...) Mas é muito diferente o perfil populista, também descoberto por Octavio Rodriguez. Isto sim me surpreende, pois entre os muitos epítetos com os quais fui apontado na minha longa existência, não recordo o de populista. Às vezes, o populismo tem uma significação profunda. É a expressão de sentimentos e aspirações humanas geralmente desconhecidas pelos estratos favorecidos da estrutura social. *O populismo, no entanto, caracteriza-se pelo hábito de rondar em torno desses sentimentos sem tratar de penetrar no fundo dos graves problemas sociais.* Nada mais estranho ao temperamento de Octavio Rodriguez (...) Não poderia ser conselheiro dileto de um ideológico populista!” (PREBISCH, 1979, p. 12)

Concentrar a análise do estruturalismo latino-americano em Prebisch e Furtado atende ao objetivo metodológico explícito de vislumbrar o desenvolvimento mais longo dessa corrente e servir de apoio para as análises sobre a questão agrária. É preciso registrar que não pretendemos dar conta de toda a evolução e contribuições em torno dessa escola de pensamento. Para isso haveria que constar a presença de diversos autores estruturalistas importantes como Osvaldo Sunkel, Anibal Pinto, Fernando Fajnzylber, Maria da Conceição Tavares, dentre outros. Essa ampliação desejável é, no entanto, inviável nesse momento. Ultrapassaria em muito o objeto e o tempo disponível para concluir essa tese.

Acerca das bases teóricas do estruturalismo latino-americano: contrapontos, aproximações e demarcações

O esforço de situar o estruturalismo dentro do espaço da economia política é importante para complementar o exercício interdisciplinar acima exposto.

O estruturalismo busca uma teoria do desenvolvimento a partir da condição periférica da América Latina. É precisamente nesse sentido que ela se afasta das abordagens do equilíbrio estático que caracterizam a chamada escola neoclássica. Frente a essa realiza um verdadeiro acerto de contas, rejeitando-a globalmente. E é também por isso que aproxima-se decididamente dos elementos teóricos da revolução keynesiana e, talvez, se possa até dizer que pretenda uma radicalização desta. E, em certa medida, aproxima-se também dos esquemas de Marx, embora, nesse caso, com pelo menos dois contrapontos intransponíveis.

a) o confronto com a escola neoclássica

A crítica de Celso Furtado à economia neoclássica parte da consideração de que, pelos seus pressupostos e escolha de variáveis, não fornece elementos para uma teoria do desenvolvimento. Trata-se, na verdade, de uma “teoria da estagnação”. (FURTADO, 2009, p. 62).

A economia neoclássica representou uma reação tanto à economia clássica (cujos nomes centrais são Adam Smith e David Ricardo) como à economia marxista. O fato dela construir seu modelo voltado para o chamado equilíbrio geral e sob um grau de abstração que exclui formações históricas, diferenciação internacional de modos de desenvolvimento entre países, e, naturalmente, relações de poder no interior dos sistemas econômicos, torna-a essencialmente apologética e sem interesse para o estudo do subdesenvolvimento.

Prebisch, em polêmica com Eugenio Gudín ainda nos primórdios da Cepal, vai expressar posição semelhante, ao estilo argentino.⁷ Essa posição será desenvolvida ao longo de seus trabalhos, sempre nessa direção e chegando a se perguntar se a elaboração teria se livrado de todos os resquícios neoclássicos ao acreditar que a industrialização traria consigo uma melhor distribuição de renda. (PREBISCH, 1981, p. 28).

A economia neoclássica é, para o estruturalismo, o modelo perfeito de uma teoria produzida no centro e, concordando com Keynes, não servindo a este, muito menos serviria à realidade da periferia.

⁷Em *A mística do equilíbrio espontâneo da economia*, Prebisch anota: “A leitura da documentação apresentada à Conferência de Quitandinha, assim como a dos anos anteriores, daria ao Dr. Gudín a certeza de que não nos empenhamos na vã tarefa de criar uma teoria 'autóctone' como ele o afirma: 'segundo a CEPAL deve-se abandonar a velha teoria econômica e construir teorias novas de origem ... autóctone (quem não tiver pelo menos uma avó índia não poderá colaborar)'. A nossa posição é diversa. Recusamo-nos a ver o sentido de universalidade que frequentemente se pretende atribuir às teorias formuladas nos grandes centros mundiais. No melhor dos casos refletem tão somente uma parte da realidade econômica – a desses grandes centros (...).” (PREBISCH, 1953)

b) a grande aproximação keynesiana

Na visão de Francisco de Oliveira, o encontro de Prebisch com a obra de Keynes produz a “revolução prebischiniana”. Prebisch é visto por ele como “um economista atualizado com a revolução teórica em curso nos países desenvolvidos, pelo menos desde 1945, quando trava conhecimento com a teoria keynesiana (...). Sua bibliografia posterior assinala progressivo conhecimento e intimidade com Keynes, influência que será constante em toda sua carreira, produção e atuação. Isto não é pouco; afinal, a obra keynesiana, que estruturou definitivamente um novo paradigma na ciência econômica, a *Teoria Geral*, foi publicada pela primeira vez em 1936. O encontro com Keynes vai explodir na 'revolução prebischiniana', sob a forma do famoso *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas*, primeiro e clássico relatório da CEPAL, de 1949. Nessas enxutas 87 páginas está de pé, por inteiro, o paradigma teórico que iria moldar o melhor pensamento latino-americano durante três décadas, pelo menos.” (OLIVEIRA,1991, p. 13)

Outra observação interessante é a que faz Fernando Cardim:

“Keynes foi introduzido na América Latina principalmente através de Raul Prebisch. O estruturalismo cepalino foi uma adaptação do keynesianismo, não apenas para as condições regionais da América Latina mas, principalmente, para a problemática do subdesenvolvimento, como, aliás, também se fazia em outros importantes centros difusores do pensamento keynesiano em países em desenvolvimento, como na Índia.

No Brasil, um dos primeiros expoentes do pensamento keynesiano, apesar de suas poucas referências explícitas a Keynes, foi Celso Furtado. Nessa direção, talvez sua obra mais influente tenha sido a *Formação Econômica do Brasil*,

trabalho brilhante e seminal, de leitura fluente e impactante até o presente, imediatamente reconhecida como uma aplicação da abordagem macroeconômica proposta por Keynes à historiografia econômica.” (CARDIM DE CARVALHO, 2008)

A grande aproximação do estruturalismo com Keynes deve-se, sobretudo, à capacidade de sua contribuição ao entendimento daqueles elementos que fazem a economia capitalista crescer e, alternativamente, a funcionar em ciclos e, por decorrência, a entrar em crises periódicas. Como uma teoria do movimento do capital, extraída da crítica à chamada teoria convencional (neoclássica ou marginalista), ela contém chaves que vêm de encontro a parte das preocupações fundantes do estruturalismo. Dentre esses elementos, sobressaem o papel determinante dos investimentos e o papel regulador do Estado. Nas mãos dos mestres do estruturalismo e nas condições periféricas, como nos diz Francisco de Oliveira, transformou-se em outra “revolução”. Mais que uma adaptação, o estruturalismo recriou, para a condição periférica, uma compreensão que ultrapassava os limites do keynesianismo, como a ideia de socialização (das decisões sobre quanto, sobre ritmo, sobre a parte que cabe ao Estado realizar e, inclusive, sobre a taxa básica de remuneração dos investimentos).

Dizia Prebisch:

“Não é necessário ir mais longe e chegar à socialização dos instrumentos de produção. Basta que o Estado determine o conjunto dos recursos destinados a aumentar tais instrumentos e a taxa básica de remuneração que cabe a quem os possui.” (PREBISCH, 1991, p. 146).

Assim, Prebisch traz para o plano da teoria do desenvolvimento aquele princípio que Keynes reservou para as suas “notas sobre a filosofia social”, ao final da sua *Teoria Geral*:

“Creio, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno-emprego, o que não implica a necessidade de excluir os compromissos e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. Mas fora disto, não se vê nenhuma razão evidente que justifique um socialismo de Estado envolvendo a maior parte da vida econômica da comunidade. Não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se este for capaz de determinar o montante global dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado tudo o que lhe corresponde. De resto, as medidas de socialização podem ser introduzidas gradualmente sem alterar as tradições generalizadas da sociedade.” (KEYNES, 1964, p. 356)

Assim, o que Keynes propõe como “filosofia” para uma relação ideal entre o Estado e a economia e, como sabemos, para os períodos de crise aguda do capitalismo, Prebisch transcreve para a política econômica corrente do desenvolvimento e não apenas para momentos de crise ou como referências principistas que só se realizam de forma gradual.

c) a aproximação e a demarcação com Marx

Furtado, de forma mais clara que Prebisch, busca os elementos que podem constituir uma teoria do desenvolvimento em Marx. Suas análises de Marx chegam a uma constatação paradoxal para quem busca uma teoria do desenvolvimento do

capitalismo: encontra uma teoria da superação do capitalismo! Os fatores que movem o sistema capitalista, que o fazem desenvolver-se, são também, na visão de Marx, aqueles que implicam em contradições crescentes do próprio capitalismo e que podem levar à substituição desse sistema por outro.

Citando Furtado:

“À primeira vista, a análise do desenvolvimento das forças de produção parece confundir-se com a teoria do desenvolvimento. E a própria atitude filosófica de Marx, preocupado com as 'leis de movimento, corrobora essa conclusão. Contudo, convém assinalar que sua preocupação está voltada para a busca da 'lei que move o sistema capitalista e não propriamente para o 'desenvolvimento' de um sistema econômico. Veremos que, segundo sua análise, o sistema capitalista se move desenvolvendo-se. Contudo, esse desenvolvimento consiste na criação de condições propícias à sua superação, condições essas que são engendradas por contradições internas crescentes.” (FURTADO, 2009, p. 45)

Furtado encontra-se, então, nesse impasse de aproximação e demarcação, isto é, de encontrar elementos de uma teoria do desenvolvimento inclusive destacando seu interesse pelos termos dialéticos de *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de Marx – a equação em torno do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção – mas ressaltando que estes estão sob signo de uma teoria geral da superação do capitalismo. Essa abordagem se repete em *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1966), mas se altera significativamente 10 anos mais tarde, no seu *Prefácio a uma Nova Economia Política* (1976).

É possível que essa alteração tenha a ver com a síntese que realiza então:

“as tensões estruturais mais significativas que se manifestam tanto no centro como na periferia parecem favorecer a subordinação de critérios econômicos a valores sociais. Seria ingênuo imaginar que a época das disparidades crescentes entre centro e periferia e dentro dos países periféricos esteja nos seus últimos dias. Mas existem indícios de que se gesta uma época de convergências para uma concepção de desenvolvimento que implica em novo projeto de civilização.” (FURTADO, 1976, p. 112)

Nessa nova reflexão as fronteiras rígidas da demarcação ficam mais fluídas. Esse também é um momento que o autor integra plenamente a ideia de que as relações de poder entre classes sociais são parte integrante de qualquer modelo de desenvolvimento que busque apreender o movimento do capitalismo.

A utilização cada vez mais intensa da noção de excedente na explicação do desenvolvimento e dos seus impasses no plano nacional e internacional abre outra área de aproximação e, ao mesmo tempo, de profunda demarcação com Marx. Isso porque adotar a noção do excedente como uma categoria central se faz, simultaneamente, à rejeição da teoria do valor.

“A teoria do 'valor' de Marx tem sido amplamente criticada, desde a época de Bohm-Bawerk. Se bem que essas críticas pareçam contundentes, o seu efeito sobre os adeptos da teoria tem sido mínimo.” (FURTADO, 2009, p. 40)

Assim, a noção de excedente em Furtado fica sem um lastro explicativo de suas origens e funcionamento. Mesmo a conexão com o progresso técnico aparece de forma externa ao funcionamento da economia. A rejeição à teoria do valor se dá recorrendo ao famoso ataque do economista “vulgar” Bohm-Bawerk, da chamada

escola austríaca que será uma das vertentes fundadoras da economia neoclássica, sobre a suposta circularidade de Marx na demonstração do seu teorema sobre valor de troca e valor de uso. Há todo um debate em torno à questão, bastante bem esclarecido em Rosdoslky (ROSDOLSKY, 2001, p. 421 e seg.) e Rubin (RUBIN, 1987, p. 186).

De outro lado, a inserção “orgânica” das relações de poder e da luta de classes no modelo de desenvolvimento de Furtado (e também de Prebisch, com a diferença que em Furtado é sempre mais claro e didático), abre outra área fundamental de aproximação e demarcação com Marx. A demarcação está clara nos pontos de vista de Prebisch e Furtado: em qualquer etapa de desenvolvimento, o Estado joga um papel permanente e não se admite, por definição, um processo de desaparecimento nos termos propostos por Marx e resumidos por Lenin em seu *O Estado e a Revolução* (citado por Furtado no debate). Essa abordagem é explícita e honestamente discutida (e rejeitada) por Furtado em seu *Dialética do Desenvolvimento*. Esse é um tema que trataremos com destaque ao examinar a concepção de questão agrária de Celso Furtado.

Agricultura e questão agrária

Na visão da CEPAL a agricultura sob a condição periférica é um dos principais obstáculos internos ao desenvolvimento. Seguindo o método de análise cepalino, é preciso identificar o papel da agricultura (vista com um subsetor do setor primário) dentro da inserção internacional peculiar aos países subdesenvolvidos. E, em seguida, analisar suas repercussões internas para o conjunto da economia, vale dizer, como se organizam e evoluem as relações de produção e de consumo induzidas por essa forma específica de inserção internacional.

A inserção internacional periférica implica em um crescimento econômico de tipo espasmódico, subordinado aos ciclos do mercado mundial. Em uma economia voltada para fora e sendo submetida aos ciclos econômicos mundiais (e, portanto, aos ciclos das economias centrais), a renda nacional cresce e decresce, conforme o movimento mais geral do comércio internacional. Mais do que isso, utilizando ferramentas de análise keynesiana sobre o crescimento econômico, conclui que o ritmo de crescimento da demanda dos produtos agrícolas tende a ser decrescente em relação ao crescimento da renda nos países centrais. Com a introdução do progresso técnico na agricultura, essa dinâmica provoca recorrentes crises de "superprodução" (das quais um dos casos é do o café, conforme a análise clássica de Celso Furtado). Esse processo foi agravado com a passagem do "centro cíclico" do sistema internacional, conforme palavras de Prebisch, da Inglaterra para os Estados Unidos (menos dependente que aquela em relação aos produtos primários).

Desde um ponto de vista interno, a agricultura periférica é responsável pela constituição de um regime de produção dual, "moderno-atrasado". Ao lado da grande exploração agrícola de exportação (e ela mesma sendo parte do sistema mais geral), o latifúndio de baixa produtividade e pequenas propriedades do tipo de subsistência. Interligados, latifúndio e minifúndio expressam um sistema atrasado, pré-capitalista, de produção. Ainda que a grande exploração agrícola de exportação se modernize, ela não é capaz de estender o progresso técnico à própria dinâmica do campo e tão pouco ao conjunto da economia.

O regime dual de produção agrícola deriva, na análise cepalina, de um regime dual de propriedade. *O regime de propriedade, herança colonial, é o fundamento interno da agricultura subdesenvolvida.* Nele convivem a grande propriedade e o

minifúndio. A primeira, em parte voltada ao mercado exterior, mas em grande medida constituindo-se como largas possessões improdutivas, e o segundo, organizado para a subsistência, são avessos à construção do mercado interior, condição para estruturar o desenvolvimento em bases nacionais próprias.

O sistema de propriedade caracterizado pela simultaneidade do latifúndio e minifúndio funciona como barreira à expansão da oferta agrícola e à absorção de força de trabalho. No latifúndio, a excessiva concentração de terras dificulta a sua plena utilização devido à grande quantidade de capital requerida para desenvolvê-la. Além de debilitar a acumulação pela subutilização da terra, o latifúndio tende a introduzir alguma mecanização das tarefas agrícolas, com consequências negativas sobre o emprego.

A dispersão da propriedade do solo em minifúndios implica em escassa capacidade para acumular e para modificar os métodos atrasados de produção, o que impede elevar a produtividade da terra e expandir a oferta agrícola.

Há assim na visão cepalina uma superposição de dois problemas estruturais, a agricultura de exportação e o sistema de propriedade agrária. E essa superposição de problemas estruturais incapacita a agricultura subdesenvolvida para alavancar o crescimento interno e o desenvolvimento nacional.

No processo de desenvolvimento para dentro essa incapacidade se manifesta na rigidez da oferta agrícola para o mercado interno e na especificidade do desenvolvimento rural. A primeira condição produz pressão inflacionária, dado o processo de urbanização e industrialização que requer justamente uma oferta crescente de alimentos para consumo interno. O segundo aspecto também diz respeito à formação do mercado interno e identifica no dualismo agrícola a origem

da formação de um desemprego estrutural. Os processos de modernização tecnológica no campo não geram diversificação e emprego no meio rural; expulsam para o meio urbano um excedente de força de trabalho acima da capacidade de absorção da indústria.

O problema da superação da estrutura agrária

A partir da noção de que o regime de propriedade é fundamental para determinar as condições do progresso técnico e, de modo geral, do desenvolvimento capitalista no campo e no conjunto da economia, a resolução da questão agrária aparece como um dos principais desafios do projeto nacional-desenvolvimentista.

Se a elaboração cepalina chega a esse umbral decisivo, as soluções apontadas são extremamente acanhadas, quase analíticas e muito distantes do esforço de transformar em projetos operacionais e viáveis o conjunto de temas vinculados mais diretamente à industrialização.

Vejamos como a questão é formulada por Prebisch em um documento escrito em 1952.

“Não há a menor dúvida de que esse problema poderá ir sendo resolvido à medida que o desenvolvimento industrial continuar a absorver a mão de obra do campo. Mas esse processo tem sido muito lento... No fundo, portanto, ele é um problema de investimentos de capital... Os grandes investimentos que aumentarem a demanda de braços em atividades de muito maior produtividade forçarão os grandes proprietários a mecanizar e aumentar o rendimento da terra. (...)

Isso não deve ser interpretado no sentido de que a questão da posse da

terra, em vários países latino-americanos, seja do tipo que admite uma postergação. Ao contrário, ela também deve ser parte integrante dos programas de desenvolvimento econômico, a partir de um exame objetivo e imparcial dos diferentes termos em que é formulado o problema essencial do aumento da produção agrícola. Nas regiões em que não é a posse em si, mas a falta de investimentos e de ação técnica por parte do Estado que vem retardando o progresso agrícola, a solução não pode ser idêntica à de outras em que a forma da posse constitui o grande obstáculo interveniente. Não deixa de ser uma surpresa quão pouco se tem explorado esse assunto até hoje em termos concretos, apesar do muito que já se escreveu e projetou sobre o problema da terra. Em outras palavras, quando é perceptível a capacidade de assimilar a técnica produtiva moderna, a posse extensa pode significar o meio mais econômico para elevar o nível de produtividade. Nesse sentido convém chamar a atenção para a recomendação da Missão Currie para promover o melhor aproveitamento da terra na Colômbia. Ela propõe gravar a terra em relação a seu potencial produtivo, de tal sorte que o proprietário que a cultivar mal fique em condições de inferioridade em relação aos que a cultivarem bem. É claro que entre outros fatores, tal sistema requer uma classificação adequada dos solos, o que não é tarefa simples. Mas essa proposta tem o interesse de apontar possibilidades de ação que, aliadas a medidas oportunas para fracionar as grandes extensões de terra ou impedir sua pulverização (sobretudo quando a forma de posse cria obstáculo à melhoria da produtividade), merecem ser seriamente examinadas num programa de desenvolvimento econômico.” (PREBISCH, 2000, p. 212)

Nesse registro prebischiniano aparece a dimensão propriamente política do pensamento da CEPAL desse período. Percorrendo os principais documentos e elaborações do período da fundação até o fim do ciclo propriamente

desenvolvimentista da CEPAL (meados dos anos 60) não se encontra uma formulação significativamente diferente da qual a citação acima é emblemática. (FRANCO; BESA, 2003)

Trata-se de desenvolver as linhas nacionais (e supostamente as mais racionais) do desenvolvimento, isto é, dar sentido teórico, técnico e estratégico àqueles processos históricos de resistência econômica impostos pela condição periférica. A industrialização é isso: um processo que já vinha ocorrendo desde os idos da Grande Depressão e se “impunha” como saída natural e historicamente necessária, apesar das resistências conservadoras.⁸

Trata-se, ao mesmo tempo, de formular um programa nacional – de unidade nacional, policlassista, de compromisso entre classes sociais – e, portanto, acima dos conflitos de classe e que deveria se pôr a esse serviço. A reforma agrária *não é isso*: é um grande conflito interno entre classes sociais. Assim, a formulação cepalina sobre esse tema central para a superação de um dos grandes obstáculos internos ao desenvolvimento (conforme sua própria análise) é simplesmente *analítica e não se transforma em projeto político*. Nessa interpretação crítica quanto aos limites cepalinos, poder-se-ia agregar a extrema confiança no progresso como demiurgo histórico para a superação de contradições objetivas e

8

Assim dizia Prebisch em seu último livro: “La industrialización ya había tomado aliento a raíz de la gran depresión. Pero despertaba fuertes resistências dentro e fuera de la América Latina. Correspondió a la CEPAL demostrar la racionalidad de esta exigência ineludible del desarrollo.” (PREBISCH, 1981, p. 26) Duas avaliações sobre a luta de idéias entre desenvolvimentistas e conservadores no Brasil: BIELSCHOWSKY, R. – Pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995; e MORAES, R. C. C. - Planejamento: democracia ou ditadura? São Paulo: Tese de Doutorado, Depto. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1987

sociais, naturalmente um demiurgo sem sujeito social.⁹

Um outro juízo, bastante diferente, é formulado por Prebisch em 1963, no seu último trabalho antes de deixar a Secretaria Executiva da CEPAL.

“A significação dinâmica da reforma agrária.

Essa formulação quantitativa permite ver com uma perspectiva dinâmica o palpitante problema da reforma agrária. Essa reforma é inadiavelmente necessária, por três razões primordiais: (a) realizar uma mudança estrutural que permita aproveitar intensamente o potencial de poupança e promova a mobilidade social, com importantes consequências econômicas, sociais e políticas; (b) satisfazer a demanda de uma população que cresce rapidamente e tem que melhorar sua dieta; e (c) elevar o nível de vida das massas rurais.

Estes dois últimos objetivos só podem ser atingidos através do aumento da produtividade agrícola. A simples redistribuição da terra, sem um aumento da produtividade, poderia aliviar a tensão social do campo, mas apenas em caráter efêmero... É claro que a mudança do regime de posse da terra acarreta uma consequência social muito importante, ao liberar forças que atualmente estão comprimidas no meio rural. Mas isso poderia ser fonte de novas tensões, se não fosse acompanhado por um rápido aumento da produtividade e da renda.

9

Recorrendo novamente a Prebisch: “En nuestros escritos no aparece notoriamente el problema de la distribución del ingreso. Quedaba acaso em nuestro trasfondo mental um resabio neoclássico: el mismo vigor del desarrollo traería espontáneamente la equidad distributiva com el andar del tiempo. También es cierto que discurrimos acerca del sistema de tenencia de la tierra, que no solo dificultaba la penetración del progreso técnico sino que traía consigo uma gran inequidad social, pero no fuimos más allá.” (PREBISCH, 1981, p. 28)

Não se vá interpretar, de maneira alguma, que estas considerações aconselham a avançar com lentidão. Desde já, é preciso formular corretamente os termos da reforma agrária, que não são os mesmos em todos os países, nem nas próprias regiões de cada país, e escolher também as soluções adequadas a cada caso. Além disso, é preciso formar o pessoal indispensável. Contudo, uma vez feito isso – e feito sem demoras desnecessárias – a reforma terá que ser rápida e maciça, não apenas para aliviar a tensão social no campo, mas também por outros motivos. É preciso que haja uma grande mobilização de forças, e isso só poderá ser conseguido se a reforma for empreendida a fundo. Essa mobilização é indispensável, pois, embora seja fato que o papel do Estado é de importância decisiva, não menos decisiva é a importância de estimular e aproveitar o senso comunitário e de cooperação do povo, tanto no campo como fora dele, para que a ação estatal seja rápida e eficaz. A reforma requer o entusiasmo coletivo e é preciso canalizá-lo construtivamente.” (PREBISCH, 2000, p. 482)

Nesse momento histórico há uma tríplice coincidência negativa: a saída de Prebisch da CEPAL, o encerramento do ciclo virtuoso da elaboração desenvolvimentista da instituição, e o acirramento dos problemas do desenvolvimentismo real latino-americano, sobretudo com a crise brasileira que desembocaria no golpe de 1964.

Prebisch volta a intervir no tema agrário de uma forma quase autocrítica e com muita agudeza na busca de construção de alternativa para a reforma agrária e o problema agrícola como um todo. Traça um paralelo contrastante com o processo norte-americano de desenvolvimento agrário. Acentua a importância do Estado nessa condução “socializada” do desenvolvimento no campo:

“Dissemos socialização, porquanto não foi a iniciativa privada, movida pelo interesse privado, que introduziu o progresso técnico, e sim a ação do Estado e das universidades, movidos pelos interesses coletivos”. Não há outro campo em que se revela mais o “anacronismo do Estado latino-americano...” (PREBISCH, 2000, p. 484)

Nessa construção, insiste, naturalmente, no aspecto técnico para avançar a produtividade mas sua atenção vai na direção de um planejamento estatal, através de mecanismos econômicos, para a ocupação racional e produtiva da terra, sem menosprezar ainda as questões relativas ao emprego. Formula por fim uma proposta de como definir o preço da terra para desapropriação e para criar as condições para planejar o desenvolvimento agrário. Defende

“a conveniência de fixar o valor da terra de acordo com seu rendimento atual e oferecer prazos longos e juros moderados para o seu pagamento. Do contrário, poder-se-ia reduzir sensivelmente o incentivo ao aumento da produtividade entre os novos proprietários, comprometendo o êxito da reforma agrária. Esse é um ponto essencialíssimo... (PREBISCH, 2009, p. 487)

Trata-se pois de retirar legitimidade de um mercado de terras como condição fundamental para uma reforma agrária “rápida e maciça”, com provimento de técnica adequada, com equilíbrio e dosagem nas transferências de força de trabalho do meio rural para o urbano, enfim, com forte planejamento estatal do desenvolvimento agrário. O velho planejador parecia propor algo no estilo das grandes contribuições da CEPAL originária.

Celso Furtado e a questão agrária

A análise de Celso Furtado sobre a questão agrária no processo de desenvolvimento latino-americano, acompanhando o enfoque de Prebisch, volta-se para entender as inadequações da agricultura face ao processo histórico dominante, a industrialização e a constituição de um sistema econômico nacional equilibrado econômica e socialmente. Vale dizer, a superação do subdesenvolvimento.

Mais do que compartilhar um enfoque analítico, a elaboração de Furtado vai além dos parâmetros estabelecidos por Prebisch. Seu estudo sobre a questão agrária é mais concreto e ocupa um lugar mais destacado na visão geral de superação do subdesenvolvimento. Sua relação direta com os problemas do desenvolvimento do Brasil permitiu esses avanços, mantendo, ao mesmo tempo, uma relação de complementaridade conceitual com o trabalho de Prebisch.

Assim como em Prebisch, podemos destacar dois momentos fundamentais na elaboração furtadiana: a elaboração originária e aquele, após seus balanços críticos (na verdade, autocríticos) da fase anterior, marcado pela introdução de novos elementos estratégicos – sobretudo, sociais e políticos – na concepção de superação do subdesenvolvimento.

O primeiro é o que corresponde à caracterização da agricultura no subdesenvolvimento e na transição no sentido de uma sociedade capitalista desenvolvida. Ele corresponde também aos termos básicos da teoria do desenvolvimento formulada na primeira etapa da Cepal, nos anos 50. Vamos encontrar a sua fundamentação em *Formação Econômica do Brasil* e uma sistematização em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*.

Essa fase é colocada em juízo crítico, tanto por um balanço do processo histórico do desenvolvimento como da teoria que procurou compreendê-lo (e dirigi-lo). Trata-se fundamentalmente de reconhecer que a teoria originária da Cepal abriu brechas para a modernização capitalista da agricultura brasileira mantendo a exclusão das massas rurais, ou seja, para um desenvolvimento capitalista sem transformação da estrutura agrária. Essa análise encontra sua melhor síntese em *Análise do Modelo Brasileiro*, escrito sob o efeito do “milagre brasileiro”.

Outro momento elaborador – não necessariamente em sequência cronológica, como veremos – refere-se aos desdobramentos das reflexões sobre a agudização das tensões sociais e políticas do processo de desenvolvimento no Brasil, da não automaticidade entre superação do subdesenvolvimento e a construção de uma sociedade democrática e socialmente equilibrada. Trata-se de repensar criticamente a própria teoria do desenvolvimento originária da Cepal. Aqui surpreende-nos o questionamento explícito da capacidade das classes dominantes, especialmente a burguesia industrial, em liderarem um processo de desenvolvimento; e a consequente defesa da ação política das massas trabalhadoras como fator determinante do processo de desenvolvimento. Essa elaboração está condensada em *Dialética do Desenvolvimento*, escrito às vésperas do golpe civil-militar de 1964.

A evolução da elaboração de Furtado não é linear, como em Prebisch. Neste, a sequência concepção originária da teoria do desenvolvimento (anos 50) - balanço crítico (anos 60/70) - introdução de novos elementos estratégicos na teoria do desenvolvimento (anos 70/80) segue uma ordem cronológica. Em Furtado, temos a impressão de que os acontecimentos políticos no Brasil precipitaram a introdução de mudanças teóricas antes que o balanço se completasse.

A concepção básica ou originária da questão agrária

À semelhança do “manifesto latino-americano” de Prebisch, *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado poderia ser chamado de manifesto brasileiro. Neste livro clássico estão as bases analíticas da visão estruturalista sobre a constituição da economia brasileira, especialmente, sobre o processo de transição para uma economia organizada pelo mercado interno, delineando tendências de longo prazo para a industrialização que ganha impulso a partir da Grande Depressão. (FURTADO, 2009a).

Furtado aciona referências centrais do paradigma estruturalista. Um novo marco no desenvolvimento nacional se inicia justamente com a ruptura da antiga organicidade entre a economia agroexportadora e a ordem econômica internacional. Não há, no entanto, automatismo. São as condições históricas da acumulação de capital, em dupla chave, que permitem corresponder e combinar elementos nacionais e internacionais em uma nova alternativa de desenvolvimento nacional. De um lado, já vinha se constituindo um mercado interno a partir do trabalho assalariado introduzido, em escala, pelos empresários do café, criando uma relação nova, quando comparada com a antiga modalidade exportadora conduzida pela empresa colonial escravista. De outro, a ação do Estado durante os anos da depressão tem um caráter precocemente keynesiano ao manter a renda nacional apesar da queda dos preços internacionais do café. Nesse contexto histórico, pela ação do Estado e dada a acumulação de capital na agricultura assentada no trabalho assalariado (e a correspondente formação de um mercado interno) inicia-se uma nova via de desenvolvimento crescentemente organizada pelo mercado interno e por centros de decisão política nacionais.

É importante, para nossos objetivos de análise da questão agrária na visão estruturalista furtadiana, verificar o lugar e a contribuição da agricultura para esse novo processo. Para isso, também é importante o registro de que Furtado vê em etapas o desenvolvimento nacional organizado pelo mercado interno.

Uma primeira etapa tem o caráter, digamos, preparatório à emergência do mercado interno e que no caso brasileiro corresponderia ao período pós-colonial até os anos 20. Em uma etapa intermediária o comércio exterior já não é o fator determinante da renda nacional, que corresponderia, no caso brasileiro, aos anos 30. (FURTADO, 2009a, p. 324) Nesses dois períodos cruciais a agricultura joga um papel estratégico tanto para impulsionar o primeiro movimento industrializante como para dar suporte ao segundo movimento de sustentação inicial do mercado interno. Furtado mede essa relação positiva através da verificação do relativo equilíbrio entre os índices de produção nacional e agrícola e dos preços relativos. (FURTADO, 2009a, p. 285)

Na análise de Furtado, é a partir de uma terceira etapa do desenvolvimento organizado pelo mercado interno, caracterizada pela diversificação da estrutura industrial e por uma acelerada urbanização que entra em crise a combinação até então relativamente virtuosa entre agricultura e desenvolvimento. Aí se apresentam os limites da monocultura e de uma estrutura agrária herdada do sistema colonial.

Sobre estas bases, e de forma mais sistematizada, em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Furtado analisa a estrutura agrária brasileira já em franca contradição com o desenvolvimento nacional baseado no mercado interno. (FURTADO, 2009, p. 226 e seg.)

Por estrutura agrária se entende o regime de propriedade da terra e as relações de produção, compreendidas nestas últimas as classes em que se divide a população rural. O regime de propriedade da terra, a partir de uma origem colonial, é assentado fundamentalmente no latifúndio. E esse se liga, historicamente, à organização econômica que “antecede ao próprio país”, a grande empresa comercial escravista. “O Brasil é o único país da Américas criado, desde o início, pelo capitalismo comercial”. Essa dupla característica – moderna, no sentido de expressar o capitalismo comercial, e “atrasada”, no sentido de assentar-se no trabalho escravo - “marcará decisivamente a estrutura da economia e da sociedade que se formarão no país”. (FURTADO, 1972, p. 93 e 94)

Desenvolvida “para fora”, essa estrutura conheceu “exceções”, das quais as que tiveram papel estruturante foram as economias agrícolas do Sul (em escala regional), baseadas na pequena propriedade familiar, e a economia agrícola do café, já mencionada, e que viria a ter papel fundamental na acumulação de capital prévia à industrialização. A economia de subsistência, que vicejava em torno da empresa agrícola exportadora, expressaria uma involução econômica.

Vale dizer, o conjunto representava uma estrutura agrária desarticulada e inapropriada para fases mais avançadas do desenvolvimento impulsionado pela industrialização.

A questão que Furtado coloca face à estrutura agrária nesse momento é “a quase nenhuma modificação nas condições de vida da grande massa rural durante os decênios de industrialização”. (FURTADO, 2009, p. 229) Ao colocar essa questão no centro do problema agrário, busca destacar duas contradições face ao novo processo de desenvolvimento. O primeiro era a incapacidade crescente da agricultura em corresponder em termos de oferta de alimentos aos novos

requisitos da urbanização acelerada induzida pela crise da economia agroexportadora e pelo ascenso da industrialização. O segundo era a também incapacidade de constituir-se em mercado consumidor tanto de bens de capital como de consumo. Entre as duas, denominadores comuns: baixos salários, ausência de progresso técnico e a correspondente baixa produtividade.

Não destaca, à diferença de outras experiências históricas, o requisito da liberação de força de trabalho da agricultura para a indústria. Isto se deve à avaliação de que o modelo de industrialização adotava tecnologias poupadoras de força de trabalho. Já se formava um enorme exército industrial de reserva.

O problema da estrutura agrária residia, então, no lado da oferta e da renda. E sua origem estava em um sistema que combinava: - predominância do latifúndio com abundância de terras e que implicava na não-capitalização das empresas agrícolas (que utilizam um sistema de agricultura itinerante), - ausência do Estado como indutor da formação de um setor agrícola voltado ao mercado interno, - e concentração de renda.

Frente a este quadro, Furtado mantém a aposta – que foi predominante na Cepal originária dos anos 50 – de que o próprio desenvolvimento econômico em curso resolveria alguns dos principais problemas agrários. Ao lado dessa força motriz transformadora é colocada a ação política para alterar a própria estrutura agrária, supondo, portanto, que a primeira não seria suficiente para tal. A primazia do processo transformador da estrutura agrária, no entanto, cabe ao movimento econômico de capitalização gerado na indústria.

Vale a pena ler sua conclusão:

“(...) o desenvolvimento terá de abrir o seu caminho, como alternativa a tensões sociais crescentes. Esse caminho, muito provavelmente, apontará em duas direções. A primeira é a do aumento de produtividade nas indústrias e da transferência dos frutos da maior produtividade para os setores assalariados – decorrência de um mercado mais disputado –, o que poderá permitir um crescimento mais rápido do poder aquisitivo do conjunto da população, inclusive rural. Essa maior produtividade traduzida em preços relativos mais baixos abriria às indústrias, dentro da agricultura, um mercado para aqueles produtos manufatureiros que são bens de produção neste setor. Haveria, assim, um estímulo para o processo de capitalização na agricultura, do qual decorreria, necessariamente, elevação da produtividade e, provavelmente, melhora do salário real. O processo reverteria automaticamente em benefício das indústrias, pois a elevação do salário real agrícola teria um efeito grandemente amplificado sobre a procura de produtos industriais.

A segunda direção é a da transformação direta da estrutura agrária. À base de uma modificação ordenada dessa estrutura, que permita racionalizar o uso dos fatores, particularmente da mão de obra, seria possível reduzir os custos do excedente agrícola e ampliá-lo, com elevação dos salários reais dentro e fora da agricultura.” (FURTADO, 2009, p. 233 e 234)

Um balanço tardio: a questão da modernização e a estrutura agrária como sistema de poder

A elaboração sobre a “estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro” apresentada em *Análise do 'Modelo' Brasileiro* fornece elementos importantes para compreender a evolução da concepção de Celso Furtado sobre a questão agrária.

Em primeiro lugar, por significar uma forte autocrítica em relação às teses industrialistas da primeira fase da Cepal, obviamente compartilhadas pelo nosso autor. Em segundo lugar, por avançar a caracterização da estrutura agrária baseada no latifúndio, definindo-a como sistema de poder.

Sem rodeios, Furtado nos diz que

“A doutrina do desenvolvimento sem transformação da agricultura tem suas origens nas teses industrialistas formuladas nos primeiros estudos da Cepal. (...) Essas teses se fundavam principalmente na observação das experiências da Argentina e do Brasil, países que haviam conhecido uma fase de expansão de exportações agrícolas que se prolongara por meio século. Parecia evidente que, existindo uma demanda dinâmica, a oferta agrícola se expandia sem que se manifestassem tensões estruturais. Com efeito, a extrema concentração da propriedade da terra não fora um obstáculo à estupenda expansão da produção agrícola na pampa úmida argentina e nas terras roxas de São Paulo.” (FURTADO, 1972, p. 111)

Furtado nos informa sobre a influência dos estudos de Theodore Schultz nas reflexões iniciais da Cepal. Schultz, um economista agrícola norte-americano de formação neoclássica, foi um dos principais formuladores da tese da modernização agrícola através de incentivos à inovação e à capitalização das unidades produtivas e, vale destacar, sem a intervenção no regime de propriedade rural.

“As ilações derivadas do modelo 'extrovertido' argentino-paulista foram substancialmente reforçadas pela análise que fizera Theodore W. Schultz em seu livro clássico *Agriculture in an Unstable Economy*, New York, 1945, do papel de demanda gerada no setor não-agrícola no desenvolvimento da

agricultura dos Estados Unidos. Essa análise punha pela primeira vez em evidência, com base em dados quantitativos, que, dada a baixa elasticidade-renda da demanda de produtos agrícolas, a agricultura só pode expandir-se se o sistema econômico em que está inserida apresentar uma taxa de crescimento superior ao dela mesma. Esse trabalho de Schultz teve um impacto considerável no pensamento dos primeiros teóricos da CEPAL, não sendo portanto de admirar que alguns dos trabalhos destes tenham sido interpretados como defendendo a tese de que basta que a agricultura *responda* à demanda de produtos agrícolas (...) para cumprir o seu papel no processo de desenvolvimento. (...) Passou, assim, para segundo plano o saber se a agricultura que *responde* a uma demanda dinâmica se está realmente desenvolvendo, se permite a melhoria qualitativa do fator humano, se acarreta elevação do nível de vida da população rural.” (FURTADO, 1972, p. 113)

Essa avaliação crítica (e autocrítica) reforça o nosso entendimento de que as formulações cepalinas (e, naturalmente, dos seus autores fundamentais) do período que chamamos de originário, isto é, da fundação e ao longo dos anos 50, expressaram uma visão de ajustes progressivos da agricultura e mesmo, num entendimento mais amplo, da estrutura agrária, ao novo modelo de desenvolvimento “puxado” pela industrialização e pelo mercado interno. A agricultura acompanharia e deveria internalizar o processo mais amplo de acumulação de capital e elevação da produtividade, respondendo, por essa via principal, às novas necessidades do desenvolvimento. Adicionalmente considerava-se a hipótese de intervenção planejada para alterar a estrutura agrária, incluindo o regime de propriedade da terra. Essa visão pode ser lida nas manifestações semelhantes de Prebisch e de Furtado sobre a agricultura numa etapa de pensamento originário da Cepal, que corresponde, grosso modo, aos anos 50. Não

há dúvida, como reconhece Furtado, que essa concepção deu margem para justificar um processo de modernização conservadora da agricultura.

Furtado, em seu balanço crítico dos anos 70, está frente, portanto, a um problema grande:

“A tese simplificada da Cepal vem sendo utilizada com crescente insistência no Brasil para 'demonstrar' a funcionalidade da estrutura agrária do país. O setor agrícola teria desempenhado brilhantemente seu papel no processo de desenvolvimento (...) Estaria assim por terra a tese de que a atual estrutura agrária seria um obstáculo ao autêntico desenvolvimento do país.”
(FURTADO, 1972, p. 113)

O “modelo argentino-paulista”, no entanto, não poderia servir ao novo modo de desenvolvimento urbano-industrial, na visão madura de Celso Furtado. Por isso a necessidade de uma revisão profunda das teses originárias da CEPAL sobre as relações entre agricultura e o novo processo de desenvolvimento na América Latina.

Esse reposicionamento é fundamental, por certo, para compreender a evolução de um pensamento que busca, à luz das experiências históricas e debates, sua coerência e sua demarcação frente a outras abordagens, especialmente a de fundo neoclássico e conservador.

É importante assinalar – e não nos cabe aqui desenvolver porque vai além do que nos propomos nesse trabalho – que Furtado nitidamente enfrenta dificuldades de compreensão da modernização agrícola inaugurada com o chamado “milagre brasileiro”, uma vez que continua caracterizando o processo de mudança no campo

como sendo fundamentalmente de expansão da agricultura itinerante, em um momento de sinais já fortes de modernização capitalista da agricultura, e não só de expansão do modelo argentino-paulista. Na verdade passava-se a assistir um duplo processo: expansão e modernização, simultaneamente, do modelo "argentino-paulista".¹⁰

Se é verdade que Furtado reitera, de uma forma anacrônica, seu conceito de agricultura itinerante e seu questionamento dos elementos de exclusão social inerentes ao processo anterior de expansão agrícola, há, de outro lado, uma novidade: ele agrega um conceito novo, a estrutura agrária como "sistema de poder".

"Se se ignora que o latifundismo é primeiramente um fenômeno político, que permitiu preservar o quadro de privilégios surgidos com a escravidão, não será fácil explicar certos paradoxos da organização da agricultura brasileira."
(FURTADO, 1972, p. 107)

Essa *politização do desenvolvimentismo*, agregando mais um elemento para uma teoria política estruturalista, ganha corpo para suprir deficiências da teoria econômica do estruturalismo – o que Furtado reconhece, como mencionamos. Em compensação, a abordagem estruturalista ganha uma nova dimensão.

Os modernizadores tomaram apenas a primeira parte da tese da Cepal e de Furtado. Mesmo assim, ele a refutou, de forma autocrítica e propôs uma nova perspectiva – *política* – para a sua teoria do desenvolvimento tardio.

10 Veja-se para a discussão desse tema em Furtado o trabalho de Wilson Cano em CANO, W. - Furtado: A questão regional e a agricultura itinerante no Brasil. http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109201257460.CD7_0_015_09.pdf (acesso em 07/02/2013). Para uma revisão do debate sobre a modernização agrícola ver o cap. 2 de MORAES, R. C. e outros – As cidades cercam os campos. São Paulo: Editora UNESP: Brasília, DF: NEAD, 2008.

Democracia e desenvolvimento: elementos de uma teoria política do estruturalismo

Dialética do Desenvolvimento, cuja introdução é assinada por Celso Furtado em janeiro de 1964, surpreende. Escrito em um momento de rupturas na realidade brasileira, esse livro constitui-se como abertura de novas projeções políticas e teóricas para o estruturalismo. Talvez se deva falar em rupturas teóricas face a teses estruturalistas anteriores.

O livro vem em seguida a *A Pré-Revolução Brasileira*, que se apresentava como argumento teórico póstumo ao Plano Trienal de 1963. Como esse, buscava um termo de compromisso com os setores conservadores, incluído o FMI.¹¹ *Dialética*, ao contrário, busca um compromisso à esquerda.

Esse livro recebe tratamento desigual nas diversas avaliações sobre o conjunto da obra de Celso Furtado; no entanto, nos parece um momento de fundamental da elaboração furtadiana e que nos traz novos elementos e novas hipóteses para explorar o que se poderia chamar de teoria política do estruturalismo, com repercussões na questão agrária.¹²

11 FURTADO, C. - *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962. Para uma avaliação do Plano Trienal ver SINGER, P. - *Desenvolvimento e crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Ver também o trabalho de Pedro Paulo Z. Bastos, *O Plano Trienal e sua economia política*. In AGUIAR, R. F. (org) - *O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento*. Rio de Janeiro: Contraponto : Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

12 Chico de Oliveira não inclui *Dialética do Desenvolvimento* na coletânea que organizou (OLIVEIRA, F. - Celso Furtado: Economia. São Paulo: Editora Ática, 1983) e não o destaca no seu *A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. No livro *Celso Furtado e o Brasil* (São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000), organizado por Maria da Conceição Tavares, *Dialética do Desenvolvimento* passa despercebido. O mesmo acontece nos estudos de Bielschowsky (*Cinquenta anos de pensamento na Cepal*; e *Pensamento econômico brasileiro*). Mallorquin destaca o livro mas, ao nosso ver escolhe um ângulo que não capta as suas novidades: "...ainda manifesta uma conformação discursiva constituída pelo discurso estatal sobre o desenvolvimento" (MALLORQUIN, C. - Celso Furtado: um retrato

Em “Projeções políticas do subdesenvolvimento”, último capítulo da parte geral do livro, a questão central que organiza a reflexão de Furtado é a contradição entre as classes dominantes brasileiras e o projeto de desenvolvimento nacional. Esse, que era visto como expressão de uma racionalidade econômica, passa a ser visto como dependente da luta de classes sob condições periféricas, isto é, com classes em formação e com um processo de politização exacerbado pela importância que o Estado adquire na definição das novas estruturas econômicas. Mais do que isso, Furtado apresenta uma primeira conclusão de grande alcance: ao se unificarem para controlar o Estado e buscar exercer o monopólio do poder, as classes dominantes realizam uma ruptura com o projeto de desenvolvimento nacional. Poder-se-ia expressar de outra maneira: o projeto de desenvolvimento nacional não representava mais o conjunto dos interesses das classes dominantes. A sua unidade transforma-se no principal obstáculo ao desenvolvimento nacional.

“Em síntese, a estrutura social correspondente a uma economia dual apresenta as linhas gerais seguintes: por cima está a classe dirigente, formada de vários grupos de interesses sob muitos aspectos antagônicos e incapacitada para formular um projeto de desenvolvimento nacional, com um monopólio incontestado de poder...” (FURTADO, 1964, p.85 – grifo nosso)

Essa incapacidade em formular um projeto de desenvolvimento nacional pode ser expressa em três questões não resolvidas ou que não podem ser resolvidas nos marcos de uma unidade das classes dominantes. Essa análise está exposta de forma mais detida no capítulo dedicado às “Causas econômicas da crise atual”.

Essas são as três questões:

intelectual. São Paulo: Xamã ; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Ver p. 190). Reginaldo Moraes traz uma análise importante, à qual faremos referência adiante.

1 – *agrária*: Furtado ressalta os laços orgânicos históricos entre os líderes agrários e industriais com base em interesses comuns. O papel da economia do café na industrialização inicial; o fato da agricultura depender da acumulação industrial, que cria um mercado interno para os seus produtos; e, de outro lado, a necessidade de uma agricultura exportadora para criar divisas internacionais necessárias à industrialização: esse intercâmbio criou interesses econômicos comuns.

Ao mesmo tempo, agrava-se a “parasitagem do setor agrário semifeudal” que tende a “entorpecer o processo de industrialização”.

“Esse problema real, entretanto, não encontra ressonância ideológica ao nível da classe dirigente em face da agudização de outros problemas mais amplos que levam os grupos capitalistas a se apoiarem mutuamente.” (FURTADO, 1964, p. 135)

Aqui não se trata mais de “setores econômicos” atrasados e modernos, mas sim de frações de uma mesma classe dominante;

2 – *nacional*: Furtado analisa o impacto do processo de desnacionalização da industrialização. Na sua visão, sem embargo de outros fatores, esse é decisivo para a corrosão das contas externas. A desnacionalização opera seus efeitos em vários níveis, sobretudo naquele que compreende a força da empresa multinacional, que é o seu poder para usar a presença em mais de um mercado nacional para realizar sobrelucros. A ausência de “qualquer disciplina legal específica que tivesse em conta os conflitos potenciais entre os interesses de grupos estrangeiros controladores de capitais no país e aqueles do desenvolvimento”, fruto de concessões das classes dominantes brasileiras,

exacerbou o problema, tornando-o um dos principais limitadores do desenvolvimento.

“Criou-se, assim, uma contradição entre os interesses mais amplos do desenvolvimento nacional e os interesses particulares de milhares de empresas controladas por grupos estrangeiros (...) A classe capitalista industrial, amplamente associada a grupos externos nos quais sempre encontrou uma chave para solucionar problemas ocasionais, não está capacitada para captar a natureza e a profundidade do problema.”
(FURTADO, 1964, p. 138)

3 - *Estado (ou democrática)*: A necessidade imperativa de investimentos crescentes do Estado para fazer frente às exigências da própria industrialização esbarra na resistência das classes dominantes e, em particular, dos “grupos agrários”. O veto de caráter ideológico, e também, por óbvio, rentista, destes grupos à ampliação de formas de financiamento não inflacionário, sobretudo através de um sistema tributário que gravasse a renda da grande propriedade, “tendeu a propagar-se à classe dirigente industrial, sem que esta compreendesse a contradição que existe entre tal atitude e os autênticos interesses da própria industrialização”. (FURTADO, 1964, p. 136) É como se o setor mais atrasado das classes dominantes cumprisse o papel de vanguarda – a velha vanguarda do atraso – que unifica a posição política do conjunto dessas classes.

“Em síntese, o Brasil não conheceu o tipo de revolução burguesa que caracterizou o desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa (...)”
(FURTADO, 1964, p. 136)

Aqui é importante registrar uma anotação relevante sobre a relação entre dualismo econômico e não-dualismo político. O dualismo econômico que percorre o conjunto da obra de Furtado, agora, ou seja, na análise do desenvolvimento nacional sob crise, não mais se resolve pela dinâmica econômica da submissão do atrasado ao moderno. No topo da pirâmide política das classes dominantes não há dualismo, mas unidade, uma unidade política com diversidade de interesses econômicos. E esse fato fundamental permite rever a oportunidade perdida – ou uma via histórica esperada, utópica, não realizada – da superação do subdesenvolvimento. É pela análise política que Furtado reinterpreta o dualismo econômico.

Nesse momento de crise do projeto de desenvolvimento nacional, a antiga associação desse projeto com um regime político de base de apoio social policlassista, que fortalece econômica e socialmente uma burguesia industrial, também sofre uma ruptura. E nosso autor caracteriza de modo bastante claro e crítico os limites do populismo e de sua “utilidade” histórica para o desenvolvimento.

“A consecução ou manutenção de um regime democrático aberto, em que as classes assalariadas podem organizar-se para lutar por objetivos próprios, deve ser considerada como condição necessária do desenvolvimento social em um país subdesenvolvido. É a partir desse ponto que se pode pensar em ação política para o desenvolvimento, pois o populismo somente poderá ser superado por movimentos surgidos dentro das classes assalariadas e conducentes à sua autodeterminação política. Com efeito amadurecendo a consciência da classe trabalhadora e definindo-se com nitidez os seus reais objetivos, o populismo poderá, durante algum tempo, transformar-se em arma contra aqueles que o usam.” (FURTADO, 1964, p. 88)

Nesse contexto aparecem duas decorrências lógicas mas que poderiam ganhar sentido estratégico de reinterpretação teórica e histórica global para o estruturalismo.

A mais incisiva é a ideia que a emergência das classes trabalhadoras urbanas e rurais é essencial para formar um novo sujeito histórico do projeto de desenvolvimento nacional. A falência de um bloco histórico reclama o surgimento de outro.

A relação entre democracia e desenvolvimento é a segunda decorrência da análise de classes de Furtado no momento de crise do projeto de desenvolvimento nacional. A democracia é essencial para o desenvolvimento nacional justamente porque permite o esclarecimento dos interesses em jogo e o aparecimento de um novo bloco social, baseado nas classes trabalhadoras, a quem caberia liderar e defender um projeto de desenvolvimento nacional.

Há aqui uma questão sobre a democracia: uma passagem no capítulo "Luta de classes e instituições políticas" enseja uma anotação crítica sobre sua concepção de democracia e de Estado.¹³

Citemos:

"O problema não é, como pensaram muitos socialistas influenciados pelas reflexões de Marx sobre a Comuna, de dar à máquina do Estado uma *organização democrática*. Já hoje ninguém tem dúvida de que qualquer sociedade, ao nível da técnica atual, necessita apoiar-se em complexos aparelhos burocráticos para alcançar os objetivos do próprio

¹³ Ver a esse respeito MORAES, 1995, p. 75

desenvolvimento. Do fato de que a sociedade, ao eliminar as classes com interesses antagônicos, haja reduzido a área de conflito, ou haja eliminado dessa área problemas fundamentais como aqueles relacionados com o processo de formação de capital e de distribuição de renda, não se deduz necessariamente que bastará organizar democraticamente a população para que esses problemas sejam colocados em tela de juízo com a consciência de sua importância. Esse trabalho crítico de ação renovadora e de definição das aspirações coletivas vem sendo realizado na sociedade soviética, dentro de certos limites, pela chamada *classe dos trabalhadores intelectuais*. (...) Cabendo-lhes interpretar os valores em todos os campos da cultura, estão os intelectuais muito bem situados para identificar aquelas aspirações que traduzem as tendências mais profundas do sentir social.” (FURTADO, 1964, p. 51 – grifos do autor)

Trata-se obviamente de uma demarcação com a concepção de Estado em Marx sobre o desaparecimento do Estado enquanto organização do poder. A elaboração sobre a concepção de Marx está detalhada no trabalho de Lenin – citado por Furtado – *O Estado e a Revolução* e é com ela que Furtado está debatendo, digamos, de forma esclarecida. Mas não se trata exatamente de uma discussão sobre a democratização do Estado, pois esta pressupõe a continuidade dos antagonismos de classe.

Não devemos atribuir o debate a uma confusão teórica entre desaparecimento e democratização do Estado. Trata-se, efetivamente, de concepções distintas sobre o Estado e elas terão implicação na visão sobre a democracia no Estado capitalista, ou mais precisamente, sobre democracia e desenvolvimento no capitalismo, que é, em última instância, o foco da discussão que percorre as páginas de *Dialética do Desenvolvimento*. Assim, Furtado destaca que o Estado desenvolve outras funções

além da “missão básica (que é) assegurar a manutenção do *status quo*” e que lhe dão relativa autonomia e, sobretudo, especialização.

A primeira implicação dessa concepção é a definição de um papel especial da “classe dos trabalhadores intelectuais”. Ela ocupa uma função de intérprete geral das aspirações da sociedade; e tem sua existência reclamada de modo permanente, isto é, no capitalismo e também em sociedades pós-capitalistas. E como o Estado requer especialização e goza de relativa autonomia, cabe a essa “classe” realizar a mediação entre aspirações sociais e os meios políticos de realizá-la, concentrados no Estado.¹⁴ Essa fórmula, de outro lado, se traduz em limites para a autodeterminação política das classes trabalhadoras e, naturalmente, para a própria democracia.

A segunda implicação, que nos parece advir dessa polêmica entre Furtado e Marx, é que aquele quer nos dizer que não está propondo uma transformação socialista de inspiração marxista mas que a autodeterminação política das classes trabalhadoras e a própria democracia, fundamentais na sua visão sobre o desenvolvimento, estão contidas no âmbito de um desenvolvimento capitalista democrático.

Uma nova e radical reconfiguração da questão agrária vai se colocar dentro da lógica da falência do antigo bloco desenvolvimentista. Furtado vai além de Prebisch (depois de suas balanços autocríticos), ou seja, da ação planejada e condutora do Estado para organizar o desenvolvimento rural e alterar a estrutura agrária. A nova lógica implícita é a da reforma agrária como conquista social das massas rurais.

¹⁴ Como é o próprio Furtado quem relaciona esse debate à formação das ideologias (no capítulo “Ideologias de classe na luta pelo poder”), não parece fora de propósito a comparação entre sua visão sobre o papel especial da classe dos trabalhadores intelectuais e a visão de Kautsky (compartilhada por Lenin em *Que Fazer* mas não depois da revolução de 1905) sobre o papel do partido na formação de fora para dentro da consciência da classe operária. Para uma visão ampla sobre a concepção de Lenin ver LIEBMAN, 1973 .

Como ela se desenhará programaticamente do ponto de vista do desenvolvimento econômico permanece, no entanto, uma questão em aberto.

É importante ainda anotar dois aspectos que compõem a visão sobre a questão agrária furtadiana.

Um é bastante relevante e diz respeito ao fato de que a questão agrária é *múltipla*, i.é, decompõe-se em várias questões e diferencia-se regionalmente conforme a história da construção da estrutura agrária específica. A análise sobre o Nordeste é um claro paradigma dessa forma de compreender. Essa observação não obscurece a análise da contradição entre a evolução da agricultura como um todo face à evolução do desenvolvimento nacional através da industrialização e tendo como resultado uma urbanização acelerada e pouco estruturada. O que Furtado nos diz é que essa contradição se manifesta em diversas formas e, portanto, pode-se falar em uma questão agrária múltipla.

Outro aspecto nos parece menos relevante e que não tende a converter-se em categoria de análise efetiva. Trata-se do uso de expressões como “feudal” ou “semifeudal” para caracterizar a estrutura agrária. Não nos parece, no contexto, de maior impacto teórico, não é uma revisão de obras anteriores do próprio autor.

A questão agrária estruturalista – uma síntese

O exame da elaboração da Cepal originária acrescido às elaborações posteriores de Prebisch e Furtado nos permite identificar os seguintes elementos que compõem análise e perspectivas do estruturalismo latino-americano face à questão agrária:

1º. A questão agrária se forma de modo dependente da análise principal sobre o desenvolvimento latino-americano após a ruptura do modo de desenvolvimento baseado na inserção externa (primário exportadora) dos países latino-americanos e após a mudança do centro dinâmico do ciclo longo internacional. O novo curso do desenvolvimento nacional passa a ser dirigido pela industrialização e pela formação do mercado interno. É ao longo desse processo e sob problemas dele derivado que irá formar-se uma questão agrária estruturalista. Na visão da Cepal originária ela é fundamentalmente uma questão da industrialização. Recebe modificações importantes nas elaborações seguintes de Prebisch mas adquire especificidades radicais nos enfoques seguintes de Furtado.

2º. Os primeiros problemas identificados na relação da agricultura com a dinâmica hegemônica da industrialização são de caráter econômico: a não incorporação do progresso técnico na agricultura em conjunto com a não criação de um mercado consumidor. Esse comportamento negativo contrasta com a expectativa organizadora da elaboração estruturalista de que a própria industrialização criaria as condições para o desenvolvimento da agricultura em bases capitalistas, i. é, pela capitalização das unidades agrícolas, elevação da produtividade e do salário rural.

3º. O regime de propriedade da terra – fundado no latifúndio de origem colonial – aparece, desde o início da elaboração estruturalista, como um fator contrarrestante à tendência à capitalização esperada como resultante do desenvolvimento baseado na industrialização. O regime de propriedade, no

entanto, não é visto como um empecilho absoluto na formulação originária do estruturalismo. Há expectativa, inclusive, de uma conversão desse sistema para responder aos novos requisitos do desenvolvimento nacional. Assim, a intervenção estatal direta para alterar a propriedade e quebrar o latifúndio é um recurso acessório, auxiliar ao mecanismo econômico da expansão da acumulação de capital que deveria ter sua extensão ao rural.

4º. Essa concepção geral é revisada a partir dos balanços críticos (autocríticos) da Cepal originária e dos novos estudos dos autores fundamentais que estamos considerando. Tanto em Prebisch como em Furtado o regime de propriedade da terra assume um lugar destacado e anterior ao mecanismo econômico da difusão do processo de acumulação a partir da indústria. Essas contribuições podem ser lidas de modo complementar, mas diferenciam em profundidade. Furtado rechaça a modernização agrícola sem mudança social. Analisa o regime de propriedade como sistema de poder. Sua visão passa a compreender o papel político e ideológico das elites agrárias como fortemente incidente na unificação das classes dominantes e como obstáculo ao desenvolvimento nacional. Prebisch passa a colocar o foco da mudança agrícola no planejamento estatal, acima dos automatismos da acumulação de capital.

5º. É possível afirmar que uma nova questão agrária se forma no pensamento estruturalista. Ela mantém raízes na formulação originária pois remete, sempre, ao problema nacional do desenvolvimento como princípio diretor. Mas, à medida em que este mesmo é cada vez mais um problema político, a questão agrária adquire uma nova ordem de organização dos fatores analíticos e de perspectiva de evolução. Assume a principalidade a visão de que o regime de propriedade resiste a mudanças de caráter capitalista, e que, portanto, deve ser alterado pela ação política, do Estado ou das classes interessadas nessa alternativa. Ou seja, pelo

planejamento estatal, segundo Prebisch; por um novo bloco social desenvolvimentista, com destaque para as classes trabalhadoras e massas rurais, segundo Furtado.

6º. Essa nova ordem de fatores por certo não elimina uma visão estruturante sobre a necessidade do progresso técnico e mesmo do processo de acumulação especificamente capitalista no âmbito rural. Essa meta continua, mas dependente agora de mudanças sociais e políticas. A velha equação atrasado-moderno cede lugar, redefine-se. No polo "atrasado" unificam-se interesses antigos ou latifundiários com os interesses burgueses mais amplos, mesmo aqueles industriais; no moderno, há uma expectativa de um novo bloco entre classes trabalhadoras, massas rurais, setores da burguesia industrial, e, naturalmente, os quadros desenvolvimentistas de direção do Estado.

7º. Não chega a se constituir um programa agrário estruturalista. O fato de derivar a questão agrária do processo histórico da industrialização implicou em limites de análise da formação agrária subdesenvolvida. Furtado foi quem foi mais longe, qualificando-a como sistema de poder. Mas enfrentou dificuldades, não resolvidas, na análise da sua modernização capitalista. É digno de nota, aliás, o importante balanço que realiza das reformas agrárias na América Latina, de onde, no entanto, não se depreende um "programa agrário". (FURTADO, 2007, cap. 23)

8º. A contribuição do estruturalismo ao estudo da questão agrária merece ser reconhecida pela abordagem – a relação entre subdesenvolvimento e estrutura agrária – e pela abertura de um conjunto de temas para investigação, entre eles a relação entre a ordem internacional e o desenvolvimento rural, a relação entre estruturas econômicas e sociais "atrasadas" e "modernas", o regime de propriedade territorial pós-colonial caracterizado como um sistema de poder e que

se perpetua, e, não menos importante, o tema do papel político e ideológico das “elites agrárias” na unificação de um agir comum das classes dominantes.

Parte II

A questão agrária em Kautsky e Lenin

Nessa parte examinamos as contribuições de Karl Kautsky e Vladimir Lenin para a compreensão da questão agrária. A análise das obras desses autores especificamente vinculadas ao tema agrário é o centro da nossa atenção.

Para além disso, como os próprios autores estabelecem relação entre a questão agrária e o desenvolvimento do capitalismo nas suas respectivas situações nacionais e em um quadro internacional de expansão desse sistema, consideramos necessário uma referência preliminar ao período histórico que ambos compartilham.

E como ambos se referenciam no que podemos chamar de legado de Marx e Engels, julgamos oportuno registrar as indicações das obras destes últimos que são reivindicadas por Kautsky e Lenin para a análise da questão agrária.

O período histórico

É possível dizer que Kautsky e Lenin são responsáveis pelas elaborações que deram a maior consequência tanto teórica quanto programática ao tema da questão agrária no desenvolvimento do capitalismo a partir do legado de Marx e Engels.

Para analisar essas contribuições tomamos o período que se desenvolve a partir das obras que organizam suas principais ideias nesse tema, *A Questão Agrária*, de

Kautsky, e *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, de Lenin, ambas divulgadas na virada do século XIX para o século XX. A visão de Lenin somente será completada com o seu igualmente importante *O programa agrário da socialdemocracia na primeira revolução russa de 1905-1907*, divulgado em 1908.

Esse período tem como marco final o livro de Kautsky, *O Caminho para o Poder*, bastante influenciado pela revolução russa de 1905.

“Nesse livro de 1909, considerado como o mais independente dos seus textos, Kautsky procura aplicar, mas também adequar, os princípios gerais da sua estratégia – forjada na polêmica com o revisionismo e em parte como resposta às estocadas da ala esquerda – às questões levantadas por acontecimentos recentes, como a insurreição na Rússia (...)

No balanço de Kautsky, os eventos dos últimos anos confirmaram seus prognósticos, emitidos no decorrer da revolução e até mesmo antes de sua deflagração, de que o Ocidente seria fortemente impactado por uma rebelião do proletariado russo.

(...) Mais ainda, indica a abertura de 'um período de convulsões mundiais, de constantes deslocamentos de forças que, quaisquer que sejam sua forma ou duração, não poderão dar lugar a uma estabilidade duradoura enquanto o proletariado não encontrar forças para expropriar política e economicamente a classe capitalista e inaugurar assim uma nova era da história universal'.

A confiança na disseminação do impulso revolucionário do Oriente, a expectativa de sua transmissão para o Ocidente não era fruto apenas do entusiasmo ou de uma aposta no escuro, explica-se pela nova fase do capitalismo mundial (...) Na interpretação de Kautsky, o imperialismo teria

unido (pela economia e pela política) de tal forma os mais diversos países que, doravante, não seria mais possível evitar que 'perturbações políticas do Oriente repercutam no Ocidente'." (MUSSE, 2005, p. 163)

Esse momento registra ainda um Kautsky buscando formular sínteses dos principais acontecimentos do movimento socialista internacional numa perspectiva marxista. Lenin reconhecerá na *Neue Zeit* – a revista teórica da socialdemocracia alemã da qual Kautsky era diretor – desse período, uma referência fundamental para fornecer uma base de reflexão teórica comum à socialdemocracia internacional. (MANDEL, 1983a)

Lenin dirá, em 1908, que

“os bolcheviques obtiveram sua maior vitória *ideológica* na socialdemocracia internacional, com a publicação do artigo de Kautsky sobre as forças motrizes da revolução russa. Como se sabe, quando começou a cisão entre bolcheviques e mencheviques, em 1903, Kautsky uniu-se aos últimos. Em 1907, depois de observar a marcha da revolução russa, sobre a qual Kautsky havia escrito muito, percebeu prontamente qual era o erro de Plekanov, quem havia lhe enviado seu famoso questionário. Nesse questionário, Plekanov *somente* se interessava no caráter burguês da revolução russa, sem especificar o conceito de revolução burguesa camponesa, sem ir mais além de fórmulas gerais tais como 'democracia burguesa'. 'partidos burgueses de oposição'. Ao responder a Plekanov, Kautsky corrigiu esse erro, assinalando que a burguesia não era a força motriz da revolução russa, que *nesse* sentido a época das revoluções burguesas havia passado, que 'somente entre o proletariado e o campesinato existe uma sólida comunidade de interesses durante todo o período da luta revolucionária'." (LENIN, 1973, p. 400)

Desde um ponto de vista das bases teóricas comuns a Kautsky e Lenin no tratamento da questão agrária sobressaem as obras referenciais de Marx, *O Capital* (especialmente o vol. III) e as *Teorias sobre a Mais-Valia*. Mas os dois autores recorrem também aos documentos políticos de Marx e Engels do tempo da Liga dos Comunistas e, logicamente, ao *Manifesto Comunista* de 1848, que destaca no primeiro dos seus 10 pontos de uma plataforma para aquele momento a expropriação da terra dos latifundiários em proveito dos camponeses.

Karl Kautsky: A questão agrária

O longo tratado de Kautsky foi saudado por Lênin como “o mais importante acontecimento na literatura econômica atual desde o terceiro volume do *Capital*. Até agora faltava ao marxismo um estudo sistemático sobre capitalismo e agricultura. Kautsky preencheu essa lacuna.” (ALAVI; SHANIN, 1988, p. XI).

Escrito quase simultaneamente, Lênin toma conhecimento do livro de Kautsky após a conclusão do seu *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Essas duas obras constituem a referência fundamental do marxismo imediatamente pós Marx e Engels para a compreensão do desenvolvimento da agricultura no capitalismo.

Kautsky assinala que n’*O Capital* Marx só aborda a agricultura capitalista, mas

“o que mais nos preocupa hoje em dia é precisamente o papel

desempenhado pelas formas pré-capitalistas da agricultura no seio da sociedade capitalista.” (KAUTSKY, 1986, p. 8)

O autor apresenta a mesma questão sob o ponto de vista da luta de classes:

“De início, o camponês trazia problemas para a socialdemocracia. Ela não constitui, de fato, um partido democrático popular no sentido burguês da palavra (...) senão um partido a serviço da luta de classes. Nos anos iniciais da sua existência dedicou-se inteiramente à organização do proletariado urbano. Assim, esperava que o desenvolvimento econômico no campo lhe preparasse o caminho, como fizera na cidade; que a luta entre o pequeno estabelecimento agrícola e o grande culminasse com a derrocada do primeiro, de modo que fosse fácil conquistar – na condição de um partido puramente proletário – a grande massa da população rural.

(...) descobre, então, que o pequeno estabelecimento agrícola de modo algum se encontra em fase de rápido desaparecimento, que os grandes estabelecimentos agrícolas só ganham terreno lentamente (...).” (KAUTSKY, 1986, p. 14)

É na ausência desse desenvolvimento esperado – ou frente a uma descoberta inesperada – que se coloca a questão agrária em Kautsky. A ausência da proletarianização do campesinato cobra uma análise do desenvolvimento da agricultura no seu conjunto e nas suas várias formas de subordinação ao capitalismo e não só no que tange às formas de propriedade:

“(...) nós temos que examinar todas as transformações que sofre a agricultura nas várias fases do modo de produção capitalista. Devemos verificar se o capital se apodera da agricultura, como o faz, se a revoluciona, se torna insustentável as velhas formas de produção e propriedade e se

acarreta ou não a necessidade de novas formas.” (KAUTSKY, 1986, p. 15)

O problema agrário dentro do desenvolvimento nacional na Alemanha, em *A Questão Agrária* de Kautsky

A questão agrária coloca-se a partir do vigoroso desenvolvimento capitalista que tem lugar na Alemanha a partir da concentração de forças econômicas e políticas desencadeada pela unificação do “reich”. (SCHRAEPLER, 1970, p XI)

Não se defronta com um problema geral do desenvolvimento nacional mas como esse desenvolvimento “prepara” as condições objetivas para uma ulterior transformação de caráter socialista. Nesse processo, Kautsky supõe que os problemas gerais do desenvolvimento capitalista são resolvidos por ele mesmo, em sua própria dinâmica que não parece repetir o modelo da Inglaterra, tomado como base para a análise d'*O Capital* de Marx. Relativamente tardio, quando tomado nesse registro comparativo com a Inglaterra, o capitalismo alemão se desenvolve aceleradamente, “queimando etapas” e com originalidades.

Esse processo, “novo” e clássico ao mesmo tempo, é admiravelmente analisado por Hilferding em *O Capital Financeiro*. Ele assinala, no que se refere ao desenvolvimento do capitalismo na Alemanha, uma trajetória com especificidades:

“Essa preponderância da acumulação de capital nas mãos dos capitalistas individuais, um desdobramento precoce e, por assim dizer, orgânico do capitalismo inglês, não se deu nem no Continente, nem nos Estados Unidos. Além disso, havia grandes somas acumuladas nas mãos de particulares procedentes das colônias, especialmente da Índia, assim como as originadas

da exploração dos monopólios comerciais ingleses, e que também faltou completamente à Alemanha e à América do Norte.

Quando foram vencidos na Alemanha os obstáculos políticos do desenvolvimento capitalista pela união aduaneira e, logo com a fundação do Império, o caminho para o capitalismo estava livre, e o desenvolvimento capitalista naturalmente já não podia percorrer dali em diante o caminho trilhado pelos ingleses. Em lugar disso, os esforços eram dirigidos agora para tomar, como ponto de partida para o desenvolvimento nacional, o grau de desenvolvimento técnico e econômico já alcançado nos países mais avançados. No entanto, faltava à Alemanha aquela acumulação de capital nas mãos de indivíduos necessária para levar a produção de indústrias altamente desenvolvidas ao grau alcançado pela Inglaterra, caso a empresa quisesse continuar a ser individual. Dessa forma, ao lado da função comum à forma inglesa e alemã, a sociedade anônima recebeu aqui ainda uma nova: ser o meio para reunir o capital necessário (...) O mesmo motivo que favoreceu a forma de ações na indústria fez também com que os bancos nascessem como bancos de ações. (...) Assim, desde o princípio, a relação dos bancos com a indústria, na Alemanha, e – em parte sob outras formas – nos Estados Unidos, tinha que ser completamente diferente da Inglaterra. Apesar de essa diversidade ter surgido sobretudo do desenvolvimento capitalista mais atrasado e posteriormente na Alemanha, esta última união entre capital industrial e bancário tornou-se, em compensação, um fator importante no desenvolvimento da forma de organização capitalista superior na Alemanha e na América do Norte.” (HILFERDING, 1985, p. 287)

É nesse contexto histórico do desenvolvimento capitalista alemão que Kautsky irá analisar a agricultura como um todo, bem como, no seu interior, a permanência de formas pré-capitalistas.

Antes que Hilferding, Kautsky aponta a não reprodução do modelo inglês de desenvolvimento capitalista, especialmente no que toca à agricultura. E especialmente em relação a três aspectos:

- a superioridade técnica da grande propriedade agrícola sobre a pequena manifesta-se em grau menor na Alemanha do que Inglaterra;
- no caso da Alemanha, “o sistema hipotecário revela-se mais importante que o sistema de arrendamento” (KAUTSKY, 1986, p 83), implicando um papel novo dos bancos na relação com a propriedade fundiária e outro papel para a classe dos grandes proprietários;
- no que toca à hipótese de um desaparecimento do campesinato engrossando as fileiras do proletariado urbano e rural,

“(...) não chegou a se verificar aquele rápido desaparecimento do pequeno estabelecimento, fato que se esperava ou temia no Continente, conforme sucedera na Inglaterra depois da maciça e triunfal entrada do grande estabelecimento capitalista a partir dos anos 50.” (KAUTSKY, 1986, p 121)

A discussão de Kautsky é, então, como o capitalismo alemão irá moldar a agricultura ao seu processo de acumulação, considerando que suas formas de propriedade podem não se adequar às tendências mais gerais de centralização e concentração do capital verificadas na indústria e, sobretudo, àquelas verificadas no chamado modelo inglês.

Além das especificidades nacionais do modo de desenvolvimento do capitalismo,

são anotadas aquelas relativas à agricultura e às classes sociais dentro dela. Nesse sentido, Kautsky realiza um estudo sobre a moderna agricultura capitalista, abrindo um campo importante de pesquisas.

Esse estudo está inserido na problemática da superação de um capitalismo que se desenvolve vigorosamente. A seu modo, a questão agrária em Kautsky não está vinculada, portanto, a como desenvolver o capitalismo – posto que este já se desenvolve em dinâmica própria – mas como, a partir desse desenvolvimento, definir um ponto de vista sobre a questão agrária de modo a contribuir – ou mais precisamente, a neutralizar seus efeitos – para superá-lo.

O processo de submissão da agricultura sob o capitalismo

A ideia de submissão da agricultura ao desenvolvimento do capitalismo é mais abrangente do que a de industrialização da agricultura. A primeira contém a segunda.

A submissão da agricultura ao capitalismo, na visão kautskyana, compreende dois grandes processos combinados: aquele que poder-se-ia caracterizar como industrialização da agricultura propriamente e aquele que explica a permanência da economia camponesa de uma forma relativamente funcional ao capitalismo.

A) O que se pode entender como industrialização da agricultura em Kautsky

A noção de industrialização da agricultura implica, óbvia e necessariamente, em comparações com o processo de acumulação de capital na produção em larga escala de mercadorias, ou seja, na indústria. Nas páginas anteriores já havíamos

salientado as observações feitas por Kautsky, sobretudo de caráter histórico (diferenças entre o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra e na Alemanha), cuja implicação é a não repetição mecânica, ou como cópia, do processo industrial-urbano na agricultura. No entanto, Kautsky procura demonstrar que esse processo, em algumas de suas características essenciais, também penetra nas formas de acumulação de capital na agricultura. (KAUTSKY, 1986, p 86)

São quatro essas características:

- a superioridade técnica da grande empresa rural,
- a formação de um proletariado rural,
- o início da indústria rural,
- a incorporação da ciência à produção agrícola.

Todos esses elementos implicam em mais concentração de capital no processo produtivo. A ele não se segue, necessariamente como na indústria, mais centralização na propriedade. Kautsky explica essa contingência pela especificidade do "fator" terra: sua indivisibilidade limita as agregações a uma só propriedade (KAUTSKY, 1986, p 130); pela crescente escassez de força de trabalho rural, uma vez que a situação social do trabalhador urbano é superior à do rural (KAUTSKY, 1986, p 144); e pela resistência da pequena propriedade, cujas razões veremos adiante.

Outro elemento que vai se mostrando estrutural no capitalismo ao estilo alemão, é a crescente importância do sistema hipotecário. Em certo sentido, Kautsky atribui a ele um papel substitutivo ao do grande proprietário de terra: é o banco que assumirá parte fundamental do processo de estabelecimento incontestado da propriedade privada da terra.

Essa forma de "socialização capitalista" terá forte impacto na posterior discussão, de caráter programático, sobre a nacionalização da terra ou estatização do sistema hipotecário.

B) A economia camponesa: ao contrário de desaparecer, uma permanência subordinada.

Se a forma específica de desenvolvimento da grande propriedade leva Kautsky a considerar que o "estabelecimento maior não é necessariamente o melhor" (KAUTSKY, 1986, p. 131), é preciso chegar às razões internas da pequena propriedade familiar que explicam sua permanência, seu papel econômico e sua resistência ao avanço da grande propriedade e ao risco do desaparecimento.

Em Kautsky essas razões são econômicas e político-ideológicas.

São quatro os elementos econômicos internos à economia camponesa que explicam sua permanência:

- o excesso de trabalho e o trabalho não pago (com a utilização do trabalho familiar, inclusive de crianças) que aí vigoram (KAUTSKY, 1986, p. 99);
- o subconsumo ou a "arte camponesa de passar fome" (KAUTSKY, 1986, p. 103);
- o cooperativismo, ainda incipiente mas demonstrando potencialidades econômicas de combinar aspectos econômicos próprios da grande empresa com a pequena propriedade; (KAUTSKY, 1986, p. 109);
- a nova função da pequena propriedade em fornecer mão de obra à grande empresa rural, fenômeno mais tarde conhecido como *part time farming*.

Assim a pequena propriedade se estrutura de forma a incorporar-se ao mercado

como produtor de mercadorias que a baixo preço, na medida em que nem todos seus custos são nele incorporados. E de outro lado, cumpre um papel de fornecedor de força de trabalho em tempo parcial para a grande propriedade, respondendo ao problema da escassez crescente de força de trabalho rural.

Nesse sentido, "o grande estabelecimento deixa de excluir o pequeno, e vice-versa, passando um a condicionar o outro reciprocamente, como acontece com o capitalista e o proletário; vai acontecer ainda que o pequeno lavrador assumirá, também, cada vez mais, o caráter desse último em relação ao grande estabelecimento agrícola." (KAUTSKY, 1986, p. 147)

De outro lado, dois aspectos políticos-ideológicos irão contribuir fortemente para a resistência camponesa face ao risco da perda da propriedade.

"Diz-se do camponês que ele é um fanático da propriedade."(KAUTSKY, 1986, p. 117) Essa característica irá levá-lo a lutar com todas as suas forças contra a perda da propriedade e sua virtual proletarização.

Kautsky destaca ainda o interesse político das classes dominantes em ter o campesinato ao seu lado contra o proletariado (KAUTSKY, 1986, p. 120), o que vem somar-se ao receio, recíproco, presente nas relações entre o campesinato e o proletariado (que vai aparecer no debate programático com toda sua clareza).

Nesse quadro construído pela análise kautskyana, a condição do campesinato é duplamente subordinada: pelo lugar que ocupa no desenvolvimento da agricultura sob o capitalismo e pela sua condição política-ideológica que o coloca sob a direção da grande propriedade rural na defesa da propriedade privada em geral.

Da questão agrária ao “programa agrário”

Alavi e Shanin, na sua longa introdução à tradução inglesa d'*A Questão Agrária*, chamam a atenção para um possível conflito entre a análise da agricultura no desenvolvimento capitalista e o programa agrário presentes no estudo de Kautsky, ou seja, entre a parte I (A evolução da agricultura na sociedade capitalista) e a parte II (A política agrária da socialdemocracia) d'*A Questão Agrária*. (ALAVI; SHANIN, 1988)

Enquanto a análise constata a permanência da pequena propriedade de tipo familiar na agricultura subordinada como um todo ao capitalismo, o programa propõe o seu progressivo desaparecimento na forma de uma incorporação à lógica do empreendimento em grande escala de uma futura agricultura socialista.

Nos termos kautskyanos, no entanto, o socialismo deve cumprir aquilo que o capitalismo não resolveu em relação à pequena propriedade rural. Não se trata, adverte com clareza Kautsky, propriamente de um programa agrário no sentido de integrar os interesses camponeses em um programa socialista. Isso seria, na sua visão, incompatível com os interesses do proletariado na medida em que a propriedade privada da terra estaria consignada ao lado do objetivo de supressão da propriedade privada dos meios de produção em geral.

O que Kautsky considera, de fato, é uma política agrária - e não um programa na medida em que este deve expressar interesses de classe. Nessa política está, em primeiro lugar, a extensão ao proletariado rural de todas aquelas conquistas obtidas pelo proletariado industrial nas cidades, onde ele é mais coeso e conquistou um nível material, político e cultural muito avançado quando

comparado às condições de existência tanto do proletariado rural como da família camponesa.

Em relação ao principal problema da economia camponesa, o risco permanente de perda da propriedade, Kautsky retoma a consigna proposta pela então Liga dos Comunistas no sentido da estatização das hipotecas. (KAUTSKY, 1986, p. 291) Diferente, no entanto, do caráter de confronto com a burguesia, tal como proposto no período da Liga dos Comunistas, a estatização do sistema hipotecário é remetida para uma realização futura do socialismo, isto é, para um novo Estado. (KAUTSKY, 1986, p. 392)

Tão pouco para Kautsky apresenta-se uma hipótese de aliança entre interesses de duas classes ou entre dois programas, mesmo que sob a liderança do proletariado. O que parece explicar a ausência dessa hipótese é a concepção de que o desenvolvimento capitalista promove um continuado e acelerado crescimento numérico do proletariado, afirmando-se como principal classe social em oposição à burguesia. E que, simultaneamente, desenvolvem-se progressivos choques entre as organizações proletárias e as burguesas que irão resumir e concentrar a luta por uma revolução social e política.

Essa visão estratégica é apresentada no seu *O caminho para o poder*, escrito em 1909, e que contém a exposição de suas ideias no período considerado, podendo ser tomado, então, como referência para compreender os termos do seu "programa agrário". (KAUTSKY, 1968)

Lenin: a questão agrária no desenvolvimento do capitalismo tardio

O exame da concepção de Lenin sobre a questão agrária compreende a análise de três livros que podem ser lidos de forma evolutiva e integrada em um mesmo período histórico. Tratam-se de *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, cujo subtítulo é *O processo de formação do mercado interno para a grande indústria* (LENIN, 1982), terminado em 1899; de *Duas táticas da socialdemocracia na revolução democrática*, escrito em 1905 (LENIN, 1979); e *O programa agrário da socialdemocracia na primeira revolução russa de 1905-1907*, escrito, naturalmente, depois dos acontecimentos revolucionários da primeira revolução russa e publicado em 1908 (LENIN, 1973).

No primeiro livro se trava um intenso combate às teorias caracterizadas, por Lenin, como populistas e que tomavam a instituição comunal de terras camponesas como base para um desenvolvimento anticapitalista e de perspectiva socialista.¹⁵

A contraposição de Lenin considera um processo de modernização capitalista da grande propriedade, uma tendência à desintegração do campesinato e a formação de um mercado interior para a grande indústria (como, aliás, destaca o subtítulo do seu livro). Assim, ao invés de socialismo, abria-se o horizonte para um

15 Para uma visão mais ampla do debate ver SHANIN, T. (ed) – Late Marx and the Russian road. New York: Monthly Review Press, 1983. As interrogações sobre a evolução do campesinato na Rússia incluíam as de origem marxista e não somente as “populistas” (nesse caso, não havia dúvidas mas certezas...). Veja-se, por exemplo, a seguinte passagem do prefácio de Marx e Engels à edição russa de 1882 do Manifesto Comunista: “O Manifesto Comunista propôs-se como tarefa proclamar a desapareição próxima e inevitável da moderna propriedade burguesa. Mas na Rússia, ao lado do florescimento febril da velhacaria capitalista e da propriedade territorial burguesa em vias de formação, mais da metade da terra é propriedade comum dos camponeses. Cabe, pois, a pergunta: poderia a comunidade rural russa – forma por certo já muito desnaturada da primitiva propriedade comum da terra – passar diretamente à forma superior da propriedade coletiva, à forma comunista, ou, pelo contrário, deverá primeiramente passar pelo mesmo processo de dissolução que constitui o desenvolvimento histórico do Ocidente? A única resposta que hoje se pode dar a esta pergunta é a seguinte: se a revolução russa dá o sinal para uma revolução proletária no Ocidente, de modo que ambas se completem, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista.” (MARX K. e ENGELS, F – Textos. Vol. III. São Paulo: Edições Sociais, s/d. Cit p. 16)

desenvolvimento do capitalismo, embora caracterizado sob uma forma *sui generis* e acompanhado de uma grande interrogação sobre a sua trajetória futura.

Em *Duas táticas* Lenin irá expressar a crítica ao limite de uma transformação democrática na Rússia e expor a tensão do conceito de uma revolução com objetivos democráticos radicais, como a reforma agrária, mas ainda não socialista e dirigida não pela burguesia mas pela aliança entre o campesinato e o proletariado.

No seu projeto de programa agrário, escrito cerca de oito anos depois do primeiro livro citado, mas tendo entre eles a revolução russa de 1905, Lenin estabelece uma questão subsequente à posta no primeiro livro, vale dizer, não mais sobre o caráter do desenvolvimento mas sobre qual tipo de desenvolvimento do capitalismo. Formula-se uma nova disjuntiva, proposta por Lenin, acerca das vias alternativas do desenvolvimento capitalista que se abrem na Rússia.

Assim, no prefácio da segunda edição de *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, publicado em 1907, i.é, posterior à revolução e refletindo suas novas preocupações, Lenin anota:

“Na atual base econômica da revolução russa, duas vias fundamentais são objetivamente possíveis para o seu desenvolvimento e desfecho:

- ou a antiga propriedade fundiária privada, ligada por milhares de laços à servidão, se conserva e se transforma lentamente em estabelecimento puramente capitalista, do tipo *junker*. Nesse caso, a base da passagem definitiva do sistema de pagamento em trabalho para o capitalismo é a transformação interna da propriedade privada baseada na servidão; toda

- a estrutura agrária do Estado se torna capitalista, conservando por muito tempo traços feudais;
- ou o antigo latifúndio é destruído pela revolução, que liquida todos os vestígios da servidão, especialmente o regime da grande propriedade fundiária. Nesse caso, a base da passagem definitiva do sistema de pagamento em trabalho para o capitalismo é o livre desenvolvimento da pequena propriedade camponesa, que recebe grande impulso com a expropriação dos latifúndios em benefício dos camponeses; toda a estrutura agrária se torna capitalista, pois a decomposição do campesinato se processa tanto mais rapidamente quanto mais plena é a destruição dos vestígios da servidão.” (LENIN, 1982, p. 10)

Assim, o que se deve destacar é a perspectiva de Lenin sobre a questão agrária enquanto caminho para o desenvolvimento capitalista. E não só para um desenvolvimento em geral mas para aquele que mais interessa ao rápido desenvolvimento das forças produtivas e à conformação das classes sociais características do capitalismo.

A questão agrária para Lenin é a chave para a sua original interpretação do desenvolvimento capitalista tardio russo.

De outro lado, o desenvolvimento do capitalismo, a partir de uma condição atrasada e periférica, tem suas características profundamente determinadas pela forma como se resolve a questão agrária.

Uma original interpretação do desenvolvimento capitalista

A elaboração de Lenin se dá em um contexto histórico *nacional* diferente daquele observado por Kautsky na Alemanha, embora em um mesmo período histórico quando visto internacionalmente.

Como observado por Hilferding, o capitalismo na Alemanha, a partir de um desenvolvimento tardio quando comparado com a Inglaterra, irá colocar-se numa condição mais avançada com a junção dos bancos com a grande indústria. Lenin acrescenta outra dimensão, a partir da ótica da questão agrária. Segundo ele, defronta-se com uma situação de consolidação da transformação capitalista da grande propriedade rural na Alemanha. O desenvolvimento capitalista na Alemanha encaminhava-se “definitivamente como país *junker* burguês”. (LENIN, 1973, p. 477)

Outra é a situação da Rússia atrasada, mas iniciando um processo rápido de ascensão do capitalismo. Após a reforma burguesa das relações no campo, em 1861, que aboliu a servidão e, simultaneamente, manteve intacta a grande propriedade fundiária, inicia-se uma mudança, ao mesmo tempo, modernizadora e conservadora. Ela já encontra a grande indústria em pleno processo de constituição.

Assim, Lenin a sintetiza:

“O caráter desigual do desenvolvimento econômico, a rápida transformação dos métodos de produção, a enorme concentração da produção, o deprecimento de todas as formas de dependência pessoal e de patriarcalismo nas relações, a mobilidade da população, a influência dos grandes centros industriais – tudo isso só pode levar à mudança profunda do caráter mesmo dos produtores (...) é forçoso reconhecer que, sob o

capitalismo, a nossa economia nacional se desenvolve muito rapidamente. Mas se a comparação é feita entre este ritmo de desenvolvimento e aquele que seria possível sob o nível atual da técnica e da cultura, deve-se, em geral, reconhecer que esse desenvolvimento do capitalismo na Rússia é realmente lento. E não poderia ser diferente: nenhum outro país capitalista conserva tantas instituições antigas, incompatíveis com o capitalismo, retendo o seu desenvolvimento e agravando infinitamente a situação dos produtores, que 'sofrem tanto pelo capitalismo como pelo seu insuficiente desenvolvimento'." (LENIN, 1982, p. 375)

A análise de Lenin, sobretudo no seu *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, compreende um desenvolvimento rápido mas problemático, com combinações novas no seu interior quando comparado com outras situações de desenvolvimento nacional: grande indústria, modernização do latifúndio, desintegração do campesinato em um quadro de conservação de instituições antigas, que limita o próprio desenvolvimento capitalista.

É interessante registrar a análise de Trotsky que amplia as características novas do desenvolvimento tardio, ainda que analisando um período que irá além daquele disponível para Lenin em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*.

Trotsky irá formular esse quadro de desenvolvimento capitalista rápido que, ao mesmo tempo, conserva instituições antigas, como um desenvolvimento "desigual e combinado" do capitalismo tardio. A ele agregará, com maior peso do que até então formulado por Lenin, a dimensão internacional que permite saltar etapas na formação da grande indústria e, simultaneamente, na constituição de uma classe operária extremamente concentrada.

“A lei do desenvolvimento combinado está demonstrada como sendo a mais incontestável na história e no caráter da indústria russa. Tardiamente nascida, essa indústria não percorreu, desde o início o ciclo dos países adiantados, porém neles se incorporou, adaptando ao seu estado atrasado as conquistas mais modernas. Se a evolução econômica da Rússia, em conjunto, passou por cima de períodos do artesanato corporativo e da manufatura, muitos de seus ramos industriais pularam parcialmente alguma etapa de técnica, que exigiram, no Ocidente, dezenas de anos. Como consequência, a indústria desenvolveu-se em certos períodos com extrema rapidez. Entre a primeira revolução e a guerra a produção industrial da Rússia quase dobrou. Julgaram alguns historiadores russos ser isto motivo suficiente para concluir que era necessário abandonar a lenda de um país atrasado e de lento progresso do país. Na realidade, a possibilidade de um progresso assim rápido era precisamente determinada pelo estado atrasado do país, que, infelizmente, não apenas subsistiu até a liquidação do antigo regime mas que, como sua herança, perdura até hoje.

O mensurador essencial do nível econômico de uma nação é a produtividade do trabalho, o qual, por sua vez, depende do peso específico da indústria na economia geral do país. Nas vésperas da guerra, quando a Rússia dos tzares alcançara o apogeu de sua prosperidade, a renda pública *per capita* era oito a dez vezes inferior à dos Estados Unidos, o que não surpreende se considerarmos que 4/5 da população obreira russa, trabalhando por si mesma, compunham-se de camponeses, enquanto que, nos Estados Unidos, a proporção era de um camponês para 2,5 operários industriais. Acrescentemos que nas vésperas da guerra a Rússia possuía 400 metros de linha férrea para cada 100 km², enquanto que, na Alemanha, esta proporção era de 11,7 Km para a mesma extensão e, na Áustria-Hungria, era de 7 km. Os demais coeficientes comparativos estão na mesma proporção.

Como já dissemos, é precisamente no domínio da economia que a lei da evolução combinada se manifesta com maior força. Enquanto que a agricultura camponesa, até a Revolução, em sua maior parte, permanecia quase no mesmo nível do século XVII, a indústria russa, quanto a técnica e sua estrutura capitalista, encontrava-se no mesmo nível dos países adiantados e, mesmo sob alguns aspectos, os ultrapassava. Em 1914 as pequenas indústrias com menos de 100 operários representavam, nos Estados Unidos, 35% do efetivo total dos operários de indústrias, ao passo que na Rússia a proporção era de 17,8%. Admitindo-se um peso específico aproximadamente igual para as empresas médias e grandes, ocupando de 100 a mil operários, as empresas gigantes, que ocupavam mais de mil operários cada uma, empregavam, nos Estados Unidos, apenas 17,8 da totalidade dos operários, enquanto que na Rússia a proporção era de 41,4%. Nas principais regiões industriais a percentagem era ainda mais elevada: na região de Petrogrado, 44,4%; na região de Moscou, 57,3%. Chegaremos aos mesmos resultados se estabelecermos uma comparação entre a indústria russa e a indústria britânica ou a alemã. Este fato apresentado pela primeira vez por nós em 1908, dificilmente poderia ser inserido na representação banal que nos dão de uma economia atrasada na Rússia. Entretanto, não nega o caráter retardatário do país, oferecendo apenas um complemento dialético.

A fusão do capital industrial com o capital bancário efetuou-se na Rússia, de forma tão integral como talvez não se tenha visto semelhante em qualquer outro país. A indústria russa, porém, subordinando-se aos bancos, demonstrava efetivamente sua submissão ao mercado monetário da Europa Ocidental. A indústria pesada (metais, carvão, petróleo) estava quase inteiramente sob o controle financeiro estrangeiro que criara, na Rússia, para uso próprio uma rede de bancos auxiliares e intermediários. A indústria

leve seguia o mesmo caminho. Se os estrangeiros possuíam, no total, mais ou menos 40% de todos os capitais investidos na Rússia, esta percentagem da indústria era bem mais elevada. Pode-se afirmar, sem receio de exagero, que o centro de controle das ações emitidas pelos bancos, pelas fábricas e manufaturas russas encontrava-se no estrangeiro e a participação da Inglaterra, da França e da Bélgica no capital atingia o dobro da participação alemã.

As condições em que se organizou a indústria russa, a própria estrutura desta indústria, determinaram o caráter social da burguesia do país e sua fisionomia política. A forte concentração da indústria demonstra por si mesma que entre as esferas dirigentes do capitalismo e as massas populares não existia hierarquia intermediária. A isto se soma o fato de serem as mais importantes empresas industriais, bancárias e de transportes propriedade de estrangeiros, que não somente auferiram lucros sobre a Rússia mas ainda por cima fortaleciam a própria influência política nos parlamentos de outros países, razão pela qual, em vez de fomentar a luta pelo regime parlamentar, na Rússia, a tal se opunham não raras vezes. Basta lembrar aqui o papel abominável desempenhado pela França oficial. Foram estas as causas elementares e irredutíveis do isolamento político da burguesia russa e de sua atitude contrária aos interesses populares. Se na aurora de sua história, mostrou-se muito pouco amadurecida para realizar uma reforma, ainda mais se encontrava quando chegou o instante de dirigir a revolução.” (TROTSKY, 1978, pps. 28 e 29)

Retomando a análise econômica de Lenin, é importante assinalar o seu conceito de formação do mercado interno como medida do desenvolvimento. O mercado interno, produto da economia mercantil,

“se amplia quando a economia mercantil passa dos produtos à força de trabalho, e apenas na medida em que esta última se converte em mercadoria o capitalismo cobre toda a produção do país, desenvolvendo-se graças sobretudo à produção de meios de produção que ocupam um lugar cada vez mais importante na sociedade capitalista.

O 'mercado interno' para o capitalismo é criado pelo próprio capitalismo em desenvolvimento que aprofunda a divisão social do trabalho e decompõe os produtores diretos em capitalistas e operários. O grau de desenvolvimento do mercado interno é o grau de desenvolvimento do país. É incorreto colocar a questão dos limites do mercado interno independentemente da questão do grau de desenvolvimento do capitalismo – como fazem os economistas populistas.” (LENIN, 1982, p. 33)

Além de considerar o mercado interno como critério geral de avaliação de um processo de desenvolvimento, essa elaboração contrapunha-se à ideia de insuficiência do mercado, utilizada pelas teses “populistas” para demonstrar uma suposta inviabilidade do capitalismo.

Pensamos que cabe uma nota crítica a essa elaboração de Lenin no que diz respeito a um certo automatismo entre um desenvolvimento tardio e a constituição do seu mercado interno, exatamente pela não evolução “harmônica” entre os diversos ramos da indústria e mesmo entre a produção e consumo, justamente porque o desenvolvimento tardio implica duas características específicas. Por um lado, não se dá solitariamente ou de forma estritamente nacional, mas se dá em um ambiente de mercado capitalista internacional. De outro, a evolução do desenvolvimento tardio combina, mais que as experiências originárias, estruturas heterogêneas e assimétricas de relações sociais e de níveis de produtividade. Esses

problemas típicos do subdesenvolvimento, embora presentes na análise, parecem subestimados por Lenin.

Rosdolsky aponta limites teóricos da interpretação de Lenin sobre a unidade entre os chamados esquemas de reprodução de Marx, apresentados no volume II d'*O Capital*, e os elementos de uma teoria das crises, presentes no volume III. É notória a dificuldade de Lenin na integração entre essas duas dimensões.¹⁶

Não é pertinente ao nosso trabalho entrar a fundo nessa discussão, mas é importante citá-la pela possível relação com aspectos centrais da evolução da interpretação de Lenin sobre a questão agrária. Rosdolsky considera que Lenin corretamente tenta integrar as concepções de Marx presentes nos dois momentos, mas o faz de forma insuficiente ou mesmo equivocada. (ROSDOLSKY; 2001, p397)

É importante completar a análise de Lenin sobre a evolução do capitalismo na Rússia, durante e imediatamente após os acontecimentos de 1905. A visão de um capitalismo tardio, problemático mas triunfante na Rússia, presente em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* evolui para dar lugar a um balanço crítico que entrelaça desenvolvimento econômico e revolução política, que será marcado pelo impasse estratégico entre conteúdo econômico e conteúdo político e social, implicando em um deslocamento progressivo da burguesia da direção política de transformações radicais, não de caráter socialista por certo, mas da antiga ordem baseada no latifúndio e na servidão.

Em *Duas táticas da socialdemocracia na revolução democrática* cita a análise de Marx para a Alemanha para extrair quatro teses pertinentes a Rússia:

16 Veja-se a exposição sobre o problema da realização no cap. 1 de *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, especialmente a idéia de que “uma ampliação da produção sem uma ampliação correspondente do consumo (...) não é uma contradição teórica: é uma contradição da vida real (...)”. (LENIN, 1982, p.25)

“1) A revolução alemã, não acabada, diferencia-se da francesa, acabada, pelo fato de que a burguesia traiçoo não só a democracia em geral, mas, em particular, o campesinato.

2) A base da realização completa da revolução democrática é a criação de uma classe de camponeses livres.

3) A criação de tal classe significa a supressão das cargas feudais, a destruição do feudalismo, mas não ainda de modo algum a revolução socialista.

4) Os camponeses são 'os aliados mais naturais' da burguesia, precisamente da burguesia democrática, sem os quais ela é 'impotente' contra a reação.

Todas estas teses, modificadas de acordo com as particularidades nacionais concretas, pondo regime de servidão em lugar do feudalismo, podem também ser aplicadas na sua totalidade à Rússia de 1905.” (LENIN, 1979, p. 469)

No âmago do impasse, a questão agrária cumpre um papel esclarecedor.

Aprofundando a questão agrária em Lenin

Para a nossa exposição é útil partir do cotejamento realizado por Lenin entre a sua análise da questão agrária e aquela realizada por Kautsky.

No prefácio à primeira edição de *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* ele anota:

“Kautsky analisa as 'tendências fundamentais' da evolução capitalista da agricultura e examina os diversos fenômenos da agricultura contemporânea como 'manifestações particulares de um único processo geral. É interessante assinalar o quanto as características fundamentais desse processo são idênticas na Europa ocidental e na Rússia, apesar de todas as particularidades, econômicas e não-econômicas, que se observam nesta última. Por exemplo:

- o que de maneira geral caracteriza a moderna agricultura capitalista é a divisão progressiva do trabalho e o emprego de máquinas – e estes são dois fenômenos que chamam a atenção na Rússia posterior à reforma (...)
- O processo de 'proletarização do campesinato' se expressa em todos os lugares por uma propagação de todos os tipos de trabalho assalariado, entre os pequenos camponeses;
- observamos paralelamente na Rússia a formação de uma classe muito numerosa de trabalhadores assalariados que possuem um lote de terra;
- Em toda sociedade capitalista, a existência de pequenos camponeses se explica não pela superioridade técnica da pequena produção agrícola, mas pelo fato de que eles reduzem as suas necessidades a um nível inferior ao dos operários assalariados e se exaurem no trabalho mais que estes últimos ('o assalariado agrícola encontra-se em situação melhor que o pequeno camponês', diz Kautsky repetidas vezes);
- É lógico, pois, que os marxistas europeus ocidentais e os russos avaliem identicamente fenômenos como 'os trabalhadores agrícolas temporários do camponês fora de sua aldeia' (...) ou, ainda, o fenômeno como o êxodo de trabalhadores e camponeses no sentido da cidade e das fábricas e a transferência da grande indústria capitalista para o campo;
- Não é preciso acrescentar, por outro lado, que os marxistas russos e os ocidentais apreciem igualmente a importância *histórica* do capitalismo na

agricultura (...) e concordam em reconhecer o *caráter progressista* das relações capitalistas na agricultura em comparação com as relações pré-capitalistas;

- Kautsky admite categoricamente que 'é impensável' uma passagem da comunidade rural a uma organização comunitária da grande agricultura moderna (...);
- Consideramos indispensável ressaltar a plena solidariedade entre as concepções dos marxistas ocidentais e russos face às mais recentes tentativas populistas no sentido de fazer uma rigorosa distinção entre uns e outros (...)" (LENIN, 1982, p. 6 a 8 – hifenização nossa)

A partir de uma visão teórica comum entre Kautsky e Lenin da questão agrária dentro do desenvolvimento do capitalismo, podemos destacar as contribuições de Lenin refletindo sobre as particularidades "econômicas e não-econômicas" russas. Elas aparecem em quatro aspectos relevantes, que isoladamente podem ser lidas como nuances face à elaboração kautskyana, mas que em conjunto podem caracterizar uma nova concepção de questão agrária no capitalismo tardio.

Elas são as seguintes:

- a tese da modernização do latifúndio, como uma via capitalista, inaugurada originalmente na Alemanha (a via *junker*), para solucionar a questão agrária.

Lenin retoma uma fórmula de Marx para construir uma visão não-determinista entre forma de propriedade e capitalismo. É possível encontrar em Lenin uma sustentação firme de que o regime de propriedade não é empecilho para o progresso técnico da agricultura, vale dizer, para a constituição de relações sociais típicas do capitalismo.

“De modo geral, é falso acreditar que o capitalismo agrário só pode surgir quando existe certa forma particular de propriedade fundiária”. E, citando Marx: “A forma em que o nascente modo de produção capitalista encontra a propriedade da terra não lhe corresponde. É ele mesmo que cria a forma que lhe corresponde, subordinando a agricultura ao capital; é desse modo que a propriedade fundiária feudal, a propriedade clânica, a pequena propriedade camponesa com a comunidade da terra metamorfoseiam-se na forma econômica correspondente a esse modo de produção, por mais diversas que sejam suas formas jurídicas.” (LENIN, 1982, p. 209)

Esse processo ocorre por dentro do latifúndio mas de forma articulada com o Estado.

- a tese da “descampenização”¹⁷, que significa o processo de proletarização do campesinato, assim esquematizada: a desintegração do campesinato com a formação de um polo proletário e um reduzido polo burguês, com uma camada média, também restrita de um campesinato médio.

Essa tese, em Lenin é bem mais acentuada que em Kautsky, que não chega a expressar-se dessa maneira tão assertiva. (LENIN, 1982, p. 113 a 119)

Como vimos, Kautsky constata e considera plausível uma longa permanência do campesinato no capitalismo. É importante considerar que Lenin opera um conceito de formação do mercado interno (mercado de consumo assalariado, mercado de força de trabalho e mercado de consumo produtivo pela nova burguesia rural advinda da transformação do senhor feudal em capitalista fundiário e do agricultor burguês) no qual a proletarização do campesinato joga um papel central. Esse

¹⁷ Preferimos essa expressão, utilizada na tradução ao espanhol, à “descamponização”, utilizada na tradução ao português-brasileiro.

processo sofre uma crítica – que estabelecemos anteriormente – por prever um certo automatismo nas relações econômicas e sociais em transformação.

A tese da descampanização será relativizada após 1905, na elaboração de Lenin sobre o novo programa agrário. Na verdade, ela será dilatada no tempo longo do desenvolvimento capitalista russo, cujos parâmetros ainda estariam em definição. A revolução camponesa em aliança com a classe operária opera como se uma nova contagem de tempo para uma descampanização se iniciasse.

- a tese da intervenção política para alterar os termos da questão agrária capitalista-conservadora bem como do ritmo histórico de realização da visão do processo de proletarização rural.

O Estado (ou seja, a revolução) “cria” o campesinato livre:

“(...) a essência da revolução que está se operando reduz-se à divisão dos latifúndios feudais e à criação de um campesinato livre”. (LENIN, 1973, p. 276)

Assim, Lenin reposiciona sua análise sobre a desintegração do campesinato após a revolução de 1905. Deve-se, *en passant*, registrar que enquanto Lenin nega a análise “populista” e apresenta um quadro analítico oposto a ela, irá absorver em seu projeto de programa agrário a proposição camponesa radical expressa na nacionalização da terra com um sentido estratégico novo, como veremos adiante.

- a tese de que através da questão agrária se define a via ou o modo de desenvolvimento capitalista tardio na Rússia. A formulação que liga questão agrária e processo do desenvolvimento capitalista está presente na forma

analítica em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Tornar-se-á mais clara na elaboração de Lenin sobre o projeto de programa agrário após a revolução de 1905, tendo como pano de fundo a aliança entre o vigoroso (e socialmente majoritário) movimento camponês com o proletariado industrial, com o objetivo de pôr fim ao latifúndio (a nacionalização da terra) e à autocracia, i.é, profundamente mediada pelo Estado. É o Estado fundado pela revolução que “cria” um campesinato viável economicamente, ou seja, potencialmente capitalista. Ao mesmo tempo, essa criação política obstrui o caminho da modernização do latifúndio.

No seu programa agrário, depois da revolução de 1905, Lenin afirma:

“O desenvolvimento burguês pode ter lugar encabeçado pela grande economia dos proprietários de terra, que paulatinamente se tornará cada vez mais burguesa, e paulatinamente substituirá os métodos feudais de exploração pelos burgueses; e pode ter lugar também encabeçado pela pequena economia camponesa, que por via revolucionária extirpará do organismo social a 'excrecência' dos latifúndios feudais e se desenvolverá depois livremente pelo caminho da economia capitalista”. (LENIN, 1973, p. 281)

Kautsky e Lenin: síntese, nuances e novo enfoque da questão agrária

A partir de bases teóricas comuns, como insiste Lenin, e em um mesmo período histórico – a primeira década do século XX – marcado, e focado de modo relativamente comum, pela extensão do movimento socialista e de suas perspectivas revolucionárias, Kautsky e Lenin abordam a questão agrária também a partir de situações nacionais qualitativamente diferentes.

Enquanto na Alemanha já se podia falar de um capitalismo maduro, na Rússia era o próprio desenvolvimento tardio do capitalismo que se achava em processo inicial de uma expansão problemática e abrindo vias diversas de evolução. Essa é uma primeira razão para explicar porque, mesmo tendo bases teóricas comuns e pontos de vista políticos próximos sobre o período histórico, a formulação da questão agrária e de suas consequências políticas difere entre ambos.

Em termos da questão agrária, temos o fator central da formação ou não de um campesinato livre e potencialmente capitalista. Enquanto na Alemanha, o campesinato, na visão de Kautsky (apoiada por Lenin) tenda a acomodar-se sob o manto da liderança da grande propriedade e integra-se, de forma subordinada, na via *junker* de desenvolvimento capitalista, na Rússia essa possibilidade pode ser negada pela revolução camponesa apoiada pelo proletariado industrial, abrindo passagem a outra via de desenvolvimento do capitalismo e merecendo a afirmação de Lenin de que toda revolução camponesa é uma revolução burguesa, mas nem toda revolução burguesa é uma revolução camponesa. (LENIN, 1973, p. 399)

Esse fato, ou melhor, essa interpretação leniniana dos fatos, nos levou a ressaltar os quatro aspectos – analisados na seção anterior – que nos parecem caracterizar uma nova questão agrária em Lenin e não apenas uma adequação nacional de uma concepção geral.

É preciso ainda outra observação. Em Kautsky vemos uma análise da questão agrária com forte viés evolucionista. Em Lenin, prevalece, acima de tudo, um antideterminismo. O momento mais expressivo desse antideterminismo, nas páginas em que trata da questão agrária, está presente na própria ideia de uma revolução burguesa não conduzida pela burguesia mas pela aliança camponesa-

proletariado industrial, ainda que o camponês da revolução pode vir a ser, para Lenin, o futuro capitalista agrário e, por isso mesmo, o outro polo da futura contradição desde o ponto de vista socialista.

Não deixa de ser importante, além de instigante no contexto desse debate, que Lenin assinale como a "maior vitória" dos bolcheviques na socialdemocracia internacional exatamente a concordância do "evolucionista" Kautsky com essa visão estratégica e com a análise que lhe dá sustentação.

Parte III

Contraponto entre estruturalismo e marxismo em torno às questões agrária e do desenvolvimento tardio

Essa parte está dedicada ao cotejamento entre as interpretações examinadas na parte I (Estruturalismo) e na parte II (Marxismo imediatamente pós-Marx e Engels). Ela se serve dos insumos que pudemos acumular nessas duas partes anteriores, inclusive das referências aos autores analisados e dos que foram utilizados para complementar a exposição.

O núcleo desse cotejamento é a questão agrária, os modos de analisá-la a partir de cada ângulo teórico, privilegiando a conexão entre questão agrária e desenvolvimento do capitalismo. Assim, de teorias da questão agrária chegamos às teorias do desenvolvimento em condições tardias.

Optamos por realizar essa análise comparativa através de temas e fórmulas iniciais com elementos comuns mas que, ao mesmo tempo, permitam trazer a carga interpretativa distintiva de cada abordagem.

Assim, destacamos as abordagens sobre as tendências econômicas na agricultura sob o desenvolvimento capitalista tardio, em suas variantes específicas, para conduzir a apreciação de uma determinada concepção de questão agrária. De outro lado, tomamos a abordagem que converge a questão agrária para o Estado e para os impasses do desenvolvimento capitalista em condições tardias. Também

aí encontraremos elementos comuns às duas interpretações e, naturalmente, diferenciações nas categorias de análise e nas perspectivas que promovem.

Como desfecho da análise comparativa, nos propomos a responder duas questões suscitadas nas partes I e II de nosso estudo, quais sejam, a questão formulada por Celso Furtado se haveria uma teoria do desenvolvimento em Marx (que estenderemos para o marxismo de Kautsky e Lenin) e a questão que se pode formular, a partir dos pontos de vista do marxismo e da evolução crítica do estruturalismo de Raul Prebisch e Celso Furtado, no sentido de se seria válido buscar elementos de superação do capitalismo na elaboração estruturalista.

Precedendo esse contraponto temático, apresentamos uma síntese das condições históricas de aparecimento de cada abordagem, já expostas separadamente em cada uma das partes anteriores, bem como de suas preocupações teóricas fundamentais.

Buscamos assim uma visão agrupada da localização histórica, política e teórica de cada conjunto explicativo. Isto nos permite identificar os elementos de fundo, de proximidade e de afastamento, que se expressarão nas análises concretas sobre a questão agrária. Claro está que esse procedimento leva a considerar a escola estruturalista latino-americana como um corpo teórico com originalidades suficientes, mesmo que e ao mesmo tempo seja derivada de outras matrizes teóricas, como o keynesianismo.

1. *Marxismo e Estruturalismo: duas épocas, duas problemáticas*

a) Marxismo imediatamente após Marx e Engels: Kautsky e Lenin

Como vimos na parte II, a época imediatamente após Marx-Engels, isto é, do final do século XIX até a virada da 1ª década do século XX, pode ser caracterizada, seguindo a análise de Kautsky em *O Caminho para o Poder*, como um período de expansão e crise do capitalismo em escala internacional. Ele se desenvolve, cada vez mais, em meio a conflitos entre países. Para Kautsky, vive-se, ao mesmo tempo, uma época de revoluções porque, junto com a expansão do capitalismo, crises políticas e ameaças de guerra, ocorre uma forte ascensão do movimento socialista hegemônico pelas ideias de Marx e Engels.

“Em 1909, em sua brochura *O Caminho do Poder*, ele (Kautsky – observação nossa) reconhece o agravamento – que ninguém refutou e que é irrefutável – das contradições do capitalismo, a iminência de uma época de guerras e revoluções, de um novo 'período revolucionário'. Não poderia haver, declara, revolução 'prematura', e denuncia como uma 'traição pura e simples de nossa causa' a recusa de entrever a possibilidade de vitória quando de uma insurreição, ainda que não se possa negar, antes da luta, a eventualidade de uma derrota”. (LENIN, 1979a, p. 46)

Esse período pode ser também considerado como o de unidade orgânica e programática do movimento socialista internacional em torno da influência mais direta das posições de Marx e Engels, especialmente sobre o partido alemão. Isso, por certo, não quer dizer ausência de debates e contradições no interior do

socialismo alemão, com a formação de um setor abertamente reformista e não-marxista, com um centro marxista-evolucionista e uma ala marxista-revolucionária (estas duas últimas, em geral, em aliança), quando considera-se posições programáticas defendidas por Marx e Engels. (GUIMARÃES, 1998, p. 87 a 102; ABENDROTH, 1983, p. 63 a 84) Sobre o centro marxista-evolucionista, Lenin concordará, mais tarde, com a caracterização de Pannekoek sobre o método de Kautsky como um "radicalismo passivo". (LENIN, 1986a, p. 297)

É o período de cerca de 15 anos da II Internacional "clássica". (ABENDROTH, 1983, p. 65) Ele se encerra com uma profunda ruptura às vésperas da 1ª Guerra Mundial, ruptura esta produzida pela decisão do partido socialdemocrata alemão de sustentar o esforço de guerra do Estado alemão, rompendo com a orientação, até então vigente, de "aproveitar a crise política e econômica causada pela guerra para mobilizar o povo e com isso acelerar a supressão do predomínio da classe capitalista". (ABENDROTH, 1983, p. 82)

O epicentro desse amplo movimento socialista é a Alemanha. E Kautsky é o seu principal teórico, responsável pela edição do que seria o 4º volume d'O Capital de Marx, *Teorias da Mais-Valia*, diretor da mais importante revista teórica socialista do período, *Neue Zeit*, e o mais respeitado marxista a opinar sobre os assuntos internacionais.

A esse respeito nos diz Rosa Luxemburgo no seu texto *A crise da socialdemocracia*, escrito sob o pseudônimo Junius, em 1915:

"A teoria marxista colocou nas mãos da classe operária do mundo inteiro uma bússola que lhe permitiu encontrar sua rota no turbilhão dos acontecimentos

quotidianos e orientar sua tática de combate a cada momento em direção do objetivo final, imutável.

É o partido socialdemocrata alemão que se torna o representante, o campeão e o guardião desse novo método. A guerra de 1870 e a derrota da Comuna de Paris deslocaram para a Alemanha o centro de gravidade do movimento operário europeu. Do mesmo modo que a França foi o lugar por excelência da luta de classe proletária durante aquela primeira fase, do mesmo modo que Paris foi o coração palpitante e sangrento da classe operária europeia àquela época, a classe operária alemã torna-se a vanguarda no curso da segunda fase. Ao preço de sacrifícios inumeráveis, através de um trabalho minucioso e infatigável, ela edificou uma organização exemplar, a mais forte de todas; ela criou a imprensa mais numerosa, fez nascer os meios de formação e educação os mais eficazes, estabeleceu em torno de si massas de eleitores as mais consideráveis e obteve o maior número de vagas de deputados. A socialdemocracia alemã passou a encarnar o mais puro do socialismo marxista. O partido socialdemocrata ocupava e reivindicava um posto de exceção enquanto mestre e guia da Segunda Internacional.” (LUXEMBURGO, 1970, p.57 – tradução nossa).

A ideia de que uma enorme força social anticapitalista se erguia a partir da Alemanha, com amplos reflexos internacionais, já está presente num dos últimos escritos de Engels, o seu prefácio de 1895 ao trabalho de Marx *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*. Ao mesmo tempo, firma uma compreensão de um movimento socialista amplo mas com um “centro de gravidade”.

Engels nos diz:

“Como Marx previu, a guerra de 1870-1871 e a derrota da Comuna deslocaram naquele momento da França à Alemanha o centro de gravidade do movimento operário europeu. Na França, naturalmente, se necessitavam anos para recompor-se da sangria de maio de 1871. Ao contrário, na Alemanha, onde a indústria – impulsionada como uma planta de estufa pelo maná de bilhões pagos pela França – se desenvolvia cada vez mais rapidamente, a socialdemocracia crescia todavia mais depressa e com mais persistência. Graças à inteligência com que os operários alemães souberam utilizar o sufrágio universal, implantado em 1866, o crescimento assombroso do partido aparece em dados indiscutíveis aos olhos do mundo inteiro.” (ENGELS, 1979, p. 15)

Esse centro de gravidade começa a se deslocar progressivamente ao Oriente, à Rússia, sobretudo com os acontecimentos de 1905. É de se ressaltar a consequência teórica desse deslocamento para o debate do desenvolvimento em condições tardias. Até então as preocupações centrais do socialismo se dirigiam aos países capitalistas mais avançados, embora deva-se registrar que, mesmo nesse quadro, já apareciam observações pertinentes sobre as diferenças nacionais do desenvolvimento entre esses países. É o que vão destacar Kautsky em *A Questão Agrária*, e Hilferding, em *O Capital Financeiro*, acerca da diferenciação entre os cursos do capitalismo na Inglaterra, no continente europeu, mais especificamente na Alemanha, e nos Estados Unidos. Dentro dessa diferenciação, inicia-se também a reflexão sobre a desigualdade no interior mesmo do desenvolvimento capitalista em condições tardias, a combinação entre formas pré-capitalistas e formas muito avançadas de acumulação de capital (o capital financeiro), temas novos em relação ao que se observava no desenvolvimento do capitalismo inglês e que terão enorme importância nos momentos seguintes.

Essa reflexão aumenta, naturalmente, com o deslocamento gradual das atenções e dos progressos organizativos do socialismo para o Oriente. Nesse contexto, ganham muita importância debates inéditos para o socialismo marxista, que até então considerava a hipótese de uma revolução socialista apenas nos países mais avançados, com maior desenvolvimento das forças produtivas e maior classe operária.

Os debates sobre as possibilidades e os rumos do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, sobre a relação entre esse desenvolvimento tardio do capitalismo e os limites históricos da chamada burguesia democrática ganham centralidade. Lenin irá trabalhar sobre a especificidade desse processo em que parece colocar-se a possibilidade do advento do socialismo antes que o desenvolvimento capitalista se realize plenamente. Ou, que o problema do desenvolvimento tardio do capitalismo só possa se colocar se, simultaneamente, a sua superação enquanto modo de produção também se levante como perspectiva.

Nessa medida, original e incerta, o marxismo defronta-se com o problema do “subdesenvolvimento”.

A natureza do marxismo como sistema teórico e ideológico voltado à superação do capitalismo, e portanto, à compreensão de suas contradições e seus movimentos de evolução e de crise, já havia se manifestado pelo menos desde a síntese apresentada no *Manifesto Comunista*. A ideia do proletariado como a nova classe revolucionária e de uma burguesia incapaz de completar sua própria revolução, passando à reação e à composição com as antigas classes dominantes, se desenvolve com o marxismo. Não é gratuito que a consigna da nacionalização da terra figure como primeiro ponto da plataforma apresentada no *Manifesto*.

As lições da Alemanha, tiradas por Marx, sobre as tarefas democráticas do proletariado e especialmente sobre a questão agrária, serão retomadas por Lenin. Além disso, a crítica teórica e ideológica de Marx à economia vulgar, que abandona toda a elaboração da economia burguesa clássica, centrada na teoria do valor-trabalho e coroada com a obra de Ricardo, é outro elemento fundamental dentro desse processo de compreensão de uma época histórica.

Uma das grandes diferenças entre os dois tempos históricos, o de Marx e de Lenin, é a de que o subdesenvolvimento se apresenta como realidade a ser desvendada no plano imediato por uma concepção que pretende não só superá-lo, como também ao modo de produção capitalista globalizado que o originou.

b) Estruturalismo

Na parte I, apresentamos o processo de formação da escola estruturalista latino-americana. Aqui acentuaremos seus elementos formativos bem como a especificidade da sua problemática.

A fundação da CEPAL, em 1948, ocorre, como sabido, no contexto do pós-2ª Guerra Mundial, de uma nova onda longa de expansão do capitalismo e sob uma nova hegemonia "cêntrica". (MANDEL, 1995, cap. 1; SUNKEL; PAZ, 1973, 1ª e 2ª partes)

Dentro desse amplo contexto, o tema do desenvolvimento econômico figura com destaque em uma agenda maior, que reflete o redesenho da ordem internacional sob o domínio dos Estados Unidos mas também estabelecendo pactos no qual se incluem, ainda que de forma subordinada, os países "subdesenvolvidos" em geral e a América Latina em particular.

Sunkel nos apresenta esse panorama, realçando a situação dos países latino-americanos. Ainda que a sua análise sobre a deterioração dos termos de troca internacionais pareça se distanciar da análise realizada por Prebisch (descrita na parte I), e ainda que simplifique os processos de industrialização em andamento na América Latina, Sunkel nos destaca a relevância da participação latino-americana e o pano de fundo dos seus interesses naquele momento fundador de uma nova ordem e mesmo de nova época histórica.

Ele o faz da seguinte forma:

“Dos cinquenta e um países que participaram da criação das Nações Unidas na Conferência de São Francisco (em abril de 1945 – nota nossa), só uns dez ou doze podiam considerar-se países desenvolvidos e industrializados; dos restantes constituíam uma proporção majoritária os latino-americanos, que não haviam sofrido em seus territórios os efeitos destrutivos do conflito bélico mundial. Sem embargo, sua situação econômica ficou profundamente afetada pelo fenômeno; de um lado, as importações de bens de capital e de matérias primas estratégicas foram seriamente limitadas devido à reorientação da atividade industrial nos países centrais para a produção bélica; de outro, os preços dos produtos de exportação dos países latino-americanos foram mantidos a níveis baixos para facilitar o esforço da produção bélica e evitar pressões inflacionárias nas potências aliadas. Ademais, os países latino-americanos haviam sofrido muito intensamente, poucos anos antes, os efeitos da grande depressão.

Na raiz das dificuldades ocasionadas a estes países pelas limitações nos abastecimentos externos durante ambas guerras mundiais, como

consequência das políticas de controle de câmbio e de protecionismo industrial provocadas pela grande crise, e devido também a influências ideológicas, muitos países da região se encontram, em meados da década de 40, no começo de vigorosos programas de industrialização e inversão em infraestrutura (...)

As políticas de industrialização e de inversões básicas, assim como as medidas de redistribuição da renda mediante a criação de instituições de seguridade social, foram influenciadas tanto pelas experiências do *New Deal*, nos Estados Unidos, como pelos regimes existentes na Alemanha e Itália que, através de uma política deliberada de gastos públicos e de previsão social, tiveram considerável êxito na eliminação do desemprego; outra influência importante foi a experiência socialista de industrialização planificada da economia soviética. (...)

A política econômica em muitos países da América Latina respondia ao convencimento que os princípios de elevação e igualação dos níveis de vida proclamados pelas Nações Unidas não poderiam ser alcançados, em vastas regiões do mundo, simplesmente através da reconstrução econômica dos países afetados pela guerra, da promoção de políticas de pleno emprego nos países desenvolvidos e da reestruturação de uma economia internacional 'normal', do tipo da que existiu antes da primeira guerra mundial. Sua experiência dizia, pelo contrário, que se requeria um esforço deliberado de industrialização e redistribuição da renda." (SUNKEL; PAZ, 1973, pps. 19 e 20)

A CEPAL é estabelecida, como uma comissão econômica regional no âmbito da ONU, três anos mais tarde.

“Nas discussões prévias à criação da CEPAL se frisou, em efeito, que se havia prestado insuficiente atenção à necessidade de ação internacional na esfera do desenvolvimento econômico, e que existia uma tendência a ver os problemas dos países subdesenvolvidos desde o ângulo dos países altamente desenvolvidos da Europa e América; ademais, se sublinhou que o problema fundamental dos países da América Latina era sua necessidade de lograr uma taxa acelerada de recuperação dos efeitos da guerra, de desenvolvimento econômico e de industrialização”. (SUNKEL; PAZ, 1973, p. 21)

A questão do desenvolvimento econômico da periferia do capitalismo se põe, assim, dentro da nova ordem capitalista internacional e através de um pacto entre o novo “centro cíclico”, os EUA, e os países que passariam a ser conhecidos como subdesenvolvidos, especialmente os da América Latina.

Essa origem, por certo, não eliminou conflitos com os próprios Estados Unidos e tão pouco com os seguidores de doutrinas liberais nos países latino-americanos, como já mencionamos na parte I do nosso estudo. Esses conflitos, no entanto, não podem obscurecer o fato central de que a CEPAL se constitui sob a nova hegemonia cêntrica no capitalismo, os Estados Unidos.

Cabem, nesse sentido, duas observações que julgamos importantes.

A primeira, como vimos na parte I, é que Prebisch, no seu trabalho inaugural e fundador, desde o ponto de vista teórico, da CEPAL, identifica, dentro do esquema centro-periferia, assimetria, e não antagonismo. Ambos, centro e periferia, fazem parte de um mesmo sistema capitalista em escala internacional, que se move produzindo desigualdades nos diversos desenvolvimentos nacionais. Assim, sua

formulação básica e crítica ao funcionamento desse sistema visa elevar a periferia a uma nova condição de desenvolvimento dentro do sistema, e não fora ou em direção à construção de outro. Nesse sentido, a ideia organizadora do desenvolvimento que nasce com a CEPAL insere-se dentro dos marcos da nova ordem, embora, já na sua fundação, estabeleça a crítica a essa mesma ordem econômica internacional historicamente constituída que bloqueia o desenvolvimento na periferia.

A segunda observação, igualmente importante, é a concepção, também de Prebisch, de que há um centro cíclico hegemônico, entendendo-se por esse conceito a existência de uma economia nacional nuclear no próprio centro. Esse papel foi ocupado pela Inglaterra desde a expansão da revolução industrial até o início do século XX. Esse centro cíclico hegemônico definiu o modo como se constituiu as relações assimétricas entre centro e periferia durante um longo período, estabelecendo um determinado perfil para as economias periféricas, basicamente como economias exportadoras de bens primários e subordinadas aos ciclos econômicos do centro. A mudança do centro cíclico hegemônico para os Estados Unidos, ao longo das décadas iniciais do século XX, tem enorme impacto pois modifica também as relações assimétricas centro-periferia. A economia norte-americana se apresenta não só como nova hegemonia cêntrica mas também, dada a sua capacidade agrícola, como competitiva com a periferia. Esse fato implicará em novos impulsos à industrialização na periferia, em novos problemas para o estudo do subdesenvolvimento e para a construção de programas para a sua superação (SUNKEL; PAZ, 1973, pps 71 e 72)

Em Prebisch, a definição do centro cíclico hegemônico, pelo seu impacto duradouro e múltiplo na conformação da economia mundial, tem o significado equivalente ao da definição de uma época histórica. É no alvorecer dessa nova

época histórica que se constitui a economia política da CEPAL (CARDOSO DE MELLO, 1982, p. 13).

Nascida dentro da ordem mas expressando um conflito originário – entre a sua origem e o seu projeto – a CEPAL, a partir de sua problemática específica, o subdesenvolvimento e sua superação, dará vazão a estudos e reflexões crescentemente críticas, acompanhando, de certa maneira, a própria evolução crítica do desenvolvimento econômico latino-americano, seus impasses e, finalmente, suas rupturas com o ideário da CEPAL.

“Furtado lembrou certa vez que a 'Secretaria Executiva (da Cepal) se oferecia para servir como parteira da história', isto é, para 'criar o quadro institucional necessário' ao desenvolvimento econômico. A expressão não é certamente fortuita.” (MORAES, 1995, p. 53)

Um conjunto de reflexões se desenvolve a partir da CEPAL em várias etapas e direções, sobre uma base comum formulada inicialmente por Prebisch. Extravasa não só os marcos institucionais da CEPAL mas também aqueles marcos teóricos nos quais a imagem de “parteira da história” parecia apropriada. Antes que outros críticos “externos”, a sequência de elaborações de Prebisch e Furtado, ambos já fora da direção da CEPAL, seguirá uma trajetória de balanços e novas proposições de aprofundamento.

Por isso mesmo, preferimos caracterizar esse conjunto de reflexões com a denominação proposta por Celso Furtado, estruturalismo latino-americano. Essa é a apreensão feita pelo economista uruguaio Octavio Rodriguez, ex-assistente de Prebisch na CEPAL, no seu importante *El estructuralismo latino-americano*. (RODRIGUEZ, 2006)

No nosso bem mais modesto estudo, nos restringimos aos estudos posteriores à CEPAL realizados por Raul Prebisch e Celso Furtado. Eles trazem, além da límpida coerência teórica dos que não mudam de convicção mesmo sob derrotas profundas, importantes desdobramentos críticos (na verdade, autocríticos) às suas elaborações originárias dos anos 50.

Evidenciam uma evolução que supera e se distancia do conflito originário da CEPAL, tendo como objeto não apenas o desenvolvimento econômico da periferia mas os balanços das crises do desenvolvimentismo latino-americano. Esses balanços e suas consequências apontam para uma teoria do desenvolvimento na periferia no limiar do desbordamento da ordem capitalista. Assim, pensamos, devem ser lidas as reflexões sobre a economia mista de Prebisch e a crítica ao populismo (aos limites da burguesia nacional face aos desafios do desenvolvimento) em Furtado, conforme expusemos na parte I do nosso trabalho.

Até agora relacionamos o estruturalismo latino-americano com sua origem e seu objeto. Cabe fazê-lo também em relação aos seus fundamentos teóricos, também com utilização do acumulado na parte I e para os propósitos desta seção.

Nossa apreensão dessa escola de pensamento é de que ela recebe a conhecida e decisiva influência de Keynes. Essa influência, aliás uma referência teórica hegemônica na época histórica que estamos tratando, não se traduz, por certo, em mera reprodução. Ela se transforma em uma revolução prebischiniana, ou uma revolução do pensamento latino-americano, como bem definiu Francisco de Oliveira, conforme anotamos na parte I. A revolução prebischiniana propõe uma radicalização da análise e dos instrumentos keynesianos. Essa radicalização é muito evidente na crítica antagonista à economia neoclássica, vista como uma

“teoria da estagnação” por Celso Furtado, observação também anotada na nossa parte I.

De outro lado, o estruturalismo concebe, como método para a compreensão da relação desenvolvimento-subdesenvolvimento, a integração entre os estudos de economia, história, sociologia e ciência política.

Mais complexa é a relação entre o estruturalismo e o marxismo. Ela comporta aproximações pontuais e distanciamentos profundos. Antes de tudo, é preciso que se diga que o conhecimento do marxismo pelos autores referenciais, Prebisch e Furtado, nos parece superficial. As análises de Lenin sobre o desenvolvimento do capitalismo na subdesenvolvida Rússia, por exemplo, são desconhecidas ou não levadas em conta por Prebisch e Furtado (nunca citaram, por exemplo, o seu estudo fundamental sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia).

O excedente social, uma categoria de uso frequente nas suas obras, especialmente aquelas pós-CEPAL, tem um caráter quase contábil (ou de contabilidade nacional). Sua rejeição à teoria do valor-trabalho é tomada quase liminarmente (no caso de Celso Furtado, com base no economista “vulgar” Bohm-Bawerck). A fragilidade da sua “teoria do Estado”, por uma quase ausência de análise de classes sociais nos seus esquemas (crítica anotada pelos “dependentistas”), também revela seu distanciamento com o método da economia política marxista.

Parece, no entanto, haver aproximações pontuais, tidas como necessárias por Prebisch e Furtado, entre estruturalismo e marxismo nos momentos de crise do desenvolvimentismo. Elas, no entanto, e é bom que se frise, não conduzem a sínteses mas a certo ecletismo.

Elas refletem, ao que nos parece, questionamentos profundos às possibilidades não só de um desenvolvimento capitalista reprodutivo de algumas das experiências nos países centrais – o que já está claro desde a origem do estruturalismo – mas também quanto ao suposto papel progressista, ou desenvolvimentista, da burguesia nesse processo. É também clara sua crítica cada vez mais forte à desigualdade social no desenvolvimento periférico, não só em relação aos padrões do centro mas no interior do próprio desenvolvimento nacional. Nos seus balanços, foram explícitos (e autocríticos) na rejeição dos automatismos iniciais, que pressupunham maior equidade no desenvolvimento.

c) Marxismo e Estruturalismo

Socialismo e Capitalismo poderiam ser identificações simples para definir o contraste de conjunto entre as duas teorias. Simples demais, no entanto.

O marxismo imediatamente pós-Marx e Engels se defrontou com o problema do desenvolvimento do capitalismo na Rússia e na sua vertente radical adotou a ideia *sui generis* de um desenvolvimento capitalista dirigido por uma aliança entre o proletariado e o campesinato. Bem pouco plausível, como de fato foi.

O estruturalismo, no enfrentamento dos dilemas do desenvolvimentismo, se defrontou com a contradição entre a hegemonia das classes dominantes periféricas e os interesses gerais do desenvolvimento nacional levado às últimas consequências. Como anotamos na parte I, o estruturalismo de Furtado e Prebisch adotou ou sugeriu fórmulas pouco plausíveis para o desenvolvimento do capitalismo periférico: um novo bloco social hegemônico liderado pela classe trabalhadora, camponeses e setores “lúcidos” da burguesia nacional, em Celso Furtado; a erosão das bases econômicas privadas, com perda de parte da

propriedade da burguesia sobre os meios de produção e sobre a sua gestão, em prol do Estado e dos trabalhadores, como na economia mista de Prebisch.

Essas observações não dissolvem as verdades simples da contraposição entre Socialismo e Capitalismo presentes nas duas teorias. Estas, longe de esgotar o assunto, apenas os introduzem. Exigem um exame do corpo teórico, das suas contribuições e limites. Esse exame revela, muitas vezes, questões comuns embora provisórias. Revela também pontos de vista pontuais comuns que, no entanto, não se fundem porque o corpo teórico mais geral os integra em perspectivas próprias e distintas.

A questão agrária comparece como uma chave para penetrar em cada uma dessas fortalezas teóricas. Ela se mostra essencial e válida, e é explicitamente admitida por Lenin, na declaração mais clara sobre a relação entre desenvolvimento capitalista atrasado e questão agrária. E ainda que não formulada claramente pelos outros autores considerados, ela permite compreender as análises sobre os problemas do capitalismo em cada processo histórico de desenvolvimento tardio.

Porque a questão agrária tem esse poder analítico?

Ainda que retomemos esses pontos na parte conclusiva do nosso trabalho, é importante destacar que todo o percurso de leitura dos autores e teorias de conjunto foi guiado pela questão agrária. Ela está no centro das transformações de uma ordem antiga para uma outra, e sobre isso não há dúvida nas duas grandes abordagens aqui tratadas.

Mas é justamente quando essas transformações ocorrem tardiamente, desde um ponto de vista histórico, a questão agrária parece adquirir uma sobrepolitização,

um caráter de resolução exterior a um desenvolvimento econômico imaginado como puro e automático. Nesse sentido é que desde o início do nosso trabalho formulamos a questão agrária como teste de prova de teorias do desenvolvimento.

2. Questões agrárias e questões do desenvolvimento tardio

Nossa leitura do estruturalismo de Prebisch e Furtado bem como do marxismo de Kautsky e Lenin, tendo como eixo a compreensão da questão agrária no desenvolvimento tardio, nos permite distinguir três tendências e características dominantes apontadas por esses autores nesses processos.

Elas giram em torno de uma lógica principal, a tendência à modernização do latifúndio no desenvolvimento tardio, que resulta do movimento geral de expansão das relações capitalistas e do seu encontro com formas de propriedade territorial anteriores, que não são uma barreira absoluta a esse processo de avanço do capitalismo na agricultura. Elas, no entanto, podem funcionar como barreiras relativas, impondo custos relativos ainda mais altos ao processo de desenvolvimento capitalista retardatário.

É de notar-se que a tendência à modernização só se realiza plenamente a partir de um acontecimento político fundamental e fundador no plano nacional. Tratar a modernização como uma tendência econômica que para realizar-se depende de condições políticas excepcionais, é um traço diferencial de método face a interpretações deterministas. As "leis econômicas" se impõem, mas antes delas há uma imposição de poder que altera a relação entre as classes. As "leis políticas" viabilizam as econômicas.

Assim, buscamos extrair essa compreensão dos autores que tomamos como referência, das suas análises históricas dos processos na Alemanha, Rússia e Brasil, que, respectivamente, servem de pano de fundo para as teorias marxistas e estruturalistas sobre o desenvolvimento tardio.

De outro lado, somente um acontecimento político grandioso pode reverter a tendência econômica dominante à modernização. A revolução russa de 1905 é o acontecimento grandioso levado ao limite. Ela não só impede o prosseguimento de uma tendência econômica aparentemente dominante, como refunda tendências. Ela tem como objetivo uma república democrática e a nacionalização da terra com a expropriação do latifúndio. Lenin dirá que a revolução cria o campesinato livre e potencialmente capitalista.

Esse acontecimento grandioso permitirá, por fim, recolocar um debate estratégico para as teorias do desenvolvimento tardio: qual modelo de desenvolvimento? E qual a relação da questão agrária com a definição de uma determinada via para o desenvolvimento capitalista tardio?

E nos levará a definir a questão agrária no desenvolvimento capitalista tardio como uma escolha política estratégica: ou a modernização do latifúndio e a sua fusão enquanto sistema de poder no Estado ou uma nova estrutura agrária com a eliminação do latifúndio, ou a abertura de um processo de revolução democrática no desenvolvimento tardio. Nesse sentido, a questão agrária se converte na questão do desenvolvimento tardio.

Passamos a tratar, agora, com mais argumentos cada um desses pontos.

a) A modernização da estrutura agrária, mantendo o latifúndio, como tendência econômica dominante no desenvolvimento tardio. A condição política para a sua realização

Tratar a questão agrária sob essa tendência econômica dominante significa considerar que sua resolução é, fundamentalmente, resultado do movimento do capital. Vista assim, é a passagem de um regime de produção atrasado (pré-capitalista) para um moderno (capitalista). A elevação da produtividade é a resposta mais visível desse processo e corresponde a uma divisão de trabalho cada vez mais complexa, que se expressa em um processo concomitante de rápida urbanização.

A elevação da produtividade na agricultura, naturalmente, não é apenas um processo técnico. Antes de tudo, é um processo social, de constituição de capital e trabalho e mesmo de uma revolução das relações sociais de produção. A introdução de máquinas e insumos industriais revela a mudança técnica, mas ela só adquire sentido e eficácia quando simultaneamente se estabelecem novas relações sociais de produção, que, por sua vez, continuam uma nova dinâmica interna no processo produtivo e faz da busca pela elevação da produtividade (ou da taxa de exploração, na terminologia marxista) uma busca incessante.

Em uma passagem muito interessante do seu *O Desenvolvimento do Capitalismo da Rússia*, Lenin nos diz que nos anos iniciais da reforma que aboliu a servidão, os

“latifundiários se lançariam à compra de máquinas estrangeiras com o intuito de prescindir do trabalho 'gratuito' dos servos e eliminar as dificuldades de contratação de operários livres. Essa tentativa redundou naturalmente em fracasso (...).” (LENIN, 1982, p. 142).

Para que seja um sucesso, é necessária uma unidade entre o processo técnico e social:

“(...) de um lado, é precisamente o capitalismo o fator que estimula e amplia o emprego de máquinas na agricultura; de outro, a introdução de máquinas na agricultura reveste-se de um caráter capitalista, ou seja, implica a formação de relações capitalista e o seu sucessivo desenvolvimento.” (LENIN, id, p. 147)

Essa unidade entre relação técnica e relação social no processo de produção é sempre relegada nas análises estruturalistas sobre a produtividade.

Na visão estruturalista dos anos 50, a agricultura tende a se converter em espaço de investimento, em mercado consumidor de bens de consumo, mas sobretudo - e como condição para a elevação da produtividade - de máquinas e insumos produzidos pela indústria, e em produtor de alimentos em quantidade e preço baixo necessários ao processo de acumulação de capital via industrialização. A ela não corresponde, entretanto, uma “função clássica” observada em experiências do centro, que é a de fornecer mão de obra para a indústria. Isso porque a especificidade da industrialização periférica não a requer. A industrialização periférica se faz com subemprego, com economia de força de trabalho dado a queima de etapas permitida pela economia internacional, pelo desnivelamento técnico entre centro e periferia.

De todo modo, a agricultura parece corresponder aos requerimentos necessários ao menos nas fases inicial e intermediária da industrialização, segundo Celso Furtado.

A questão da propriedade territorial, ou do latifúndio, nesse momento é posta de forma importante para alcançar formas menos desiguais de renda e um mercado mais amplo, mas é nitidamente acessória. O movimento de expansão do capital deve dar conta da tarefa de transformar o regime de produção na agricultura.

Essa visão se altera quando o processo alimentado por essas tendências passa a reclamar uma modernização capitalista em larga escala. É o momento em que se revelam também as insuficiências de um modelo expansivo sem elevação da produtividade e permitido pela abundância de terras, modelo esse chamado por Celso Furtado de argentino-paulista. Sua autocrítica quanto às expectativas das análises originárias da CEPAL nesse tipo de modelo, em *Análise do Modelo Brasileiro*, que tratamos na parte I, abre caminho para uma crítica mais ampla da agricultura latifundiária como sistema de poder, tema que trataremos no item adiante.

No marxismo pós-Marx e Engels, o processo econômico na agricultura do desenvolvimento tardio é descrito pelo conceito largo, empregado por Kautsky, de submissão da agricultura ao capitalismo. Na visão de Kautsky, exposta na parte II do nosso trabalho, cinco vetores expressam esse processo de submissão: a superioridade técnica da grande empresa agrícola, a formação de um proletariado rural, a industrialização da agricultura, a incorporação da ciência aos processos produtivos agrícolas e a submissão (dentro daquela mais ampla de toda a agricultura ao capitalismo) da economia camponesa ao capitalismo agrícola conduzido pela grande empresa (incluído o latifúndio modernizado).

Nele, as formas de propriedade e a diferenciação do campesinato ainda passarão por transformações, pois não são aquelas propriamente prontas a viabilizar a

passagem a uma economia agrícola capitalista. Na análise de Kautsky está presente também a ideia de uma diferenciação nacional dos “estilos” de desenvolvimento. O modelo inglês não pode ser tomado como universal, nem no aspecto da diferenciação entre campo e cidade, nem no modo de constituição do grande capital. Essa ideia é preliminarmente desenvolvida na sua *A Questão Agrária*.

O conceito largo de submissão da agricultura ao capitalismo permite a Kautsky incorporar tanto a sobrevivência da agricultura dita familiar – baseada na resistência na defesa da propriedade pequena através do sobretrabalho e do subconsumo na unidade camponesa familiar – como o processo dominante de modernização do latifúndio. A pequena propriedade, na sua avaliação, não é um entrave mas um auxílio. Ela prossegue junto com a grande e é funcional a esta, fornecendo mão de obra através do trabalho parcial ou sazonal e também através da redução do custo do trabalho através da produção para consumo próprio no interior da unidade camponesa. O que prevalece é o movimento geral de submissão econômica da agricultura ao capital, sob formas diversas de propriedade.

No Lenin de *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, a ideia central é a da formação do mercado interior, para a qual a desintegração do campesinato (ou descampenização) é fundamental. Lenin vê diversos processos sociais em andamento, e não apenas a divisão do campesinato entre uma pequena parcela de “farmers” e uma maioria que forma o proletariado rural. Mais que qualquer outro, dará peso a um terceiro aspecto, à via *junker* ou a modernização do latifúndio.

Na sua visão, como procuramos entender na parte II, a formação do mercado interior – a medida do desenvolvimento capitalista, segundo Lenin – ganha

dinamismo irresistível, e mesmo, pode-se dizer, automatismos. A ácida crítica de Plekhanov (comparando seu esquema com o do economista liberal Say) parece ter alguma razão. Ela está relatada por Rosdolsky:

“Desse ponto de vista, também se torna compreensível a aguda observação inserida por Plekhanov na segunda edição do seu trabalho intitulado *Nossas diferenças*, no qual demarca sua discordância com os marxistas legais e com Lenin: 'Jamais defendi essa teoria dos mercados em geral, e das crises em particular, que se alastrou como uma epidemia em nossa literatura marxista legal na década de 1890. Segundo essa teoria, cujo principal divulgador foi Tugan-Baranovski, a reprodução não encontra nenhum tipo de barreira, e as crises ocorrem simplesmente por causa da desproporção dos meios de produção. Werner Sombart considera o ilustre estudioso russo Tugan-Baranovski como o pai dessa teoria, supostamente nova. Mas o verdadeiro pai dessa teoria, que nada tem de nova, foi Jean-Baptiste Say, em cujo *Traité* ela foi exposta em detalhes. (...) Além do senhor Tugan-Baranovski, essa teoria também foi difundida entre nós por V. Ilich (Lenin) em sua *Observação sobre o problema da teoria dos mercados*, de 1899, assim como em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*.'” (ROSDOLSKY, 2001, p. 394)

Tendo como pano de fundo o debate sobre o futuro da Rússia, se como um desenvolvimento socialista camponês *sui generis* ou se sob um desenvolvimento capitalista também *sui generis* mas com uma poderosa e concentrada classe operária, Lenin “pesou a mão” para descrever uma formação não-problemática do mercado interior.

Tanto em Kautsky e Lenin, assim como em Furtado e Prebisch, aparece a hipótese burguesa preferencial: a modernização do latifúndio. Lenin, como um grande

elaborador de fórmulas analíticas (e de propaganda), viria a dizer que nem toda revolução burguesa é uma revolução camponesa.

Essa predileção burguesa pela via modernizadora já está consagrada nos trabalhos de Marx sobre o papel da burguesia democrática alemã nas revoltas camponesas no seu país. A passagem da burguesia para a reação é um marco histórico no marxismo pós-Marx e Engels. No estruturalismo essa observação se mostrará de forma pontual, na crise do desenvolvimentismo vista por Furtado e por Prebisch.

A tendência dominante à modernização, no entanto, só se realiza plenamente mediante um acontecimento político fundador.

A modernização agrícola e agrária é a via econômica de resolução da questão agrária como imposição da estratégia do capital para a agricultura, e, portanto, uma questão política. A modernização conservadora deve ser vista, sobretudo, como determinação política mas sob forte impulso econômico. Nunca é só uma vitória econômica ou ainda a imposição de tendências econômicas irresistíveis.

Em todos esses processos, na aparência espontaneamente econômicos, há grandes acontecimentos políticos que os desatam e os projetam em escala nacional, impondo, ao mesmo tempo, um determinado "estilo" de desenvolvimento tardio.

Tomando o caso brasileiro, a modernização da estrutura agrária – portanto, sem reforma agrária – só pode ser compreendida como uma imposição da ditadura militar.

“Em 1967, Delfim Netto assumiu o Ministério da Fazenda. Pouco depois, passou a ser o czar de toda a política econômica do regime. Passava a encarnar, portanto, outro papel, o de dirigente político, sem deixar de ser o analista. E, agora, podia fazê-lo em ambiente ditatorial, muito diferente daquele que cercara Celso Furtado.

Nesse quadro, em que controvérsias e dissidências eram caladas sem contemplação, Delfim Netto pôde então transformar suas ideias em política, de forma a modelar um novo 'mundo agro' e a gerar, quase que demiurgicamente, os sujeitos sociopolíticos que povoaram esse mundo, até nossos dias. (...)

Graças a essas condições políticas, Delfim Netto desenhou o cenário de instituições em que se desenrolava o drama social, econômico e político do país. (...)

E, no 'mundo agro', essa intervenção seria visível, em seu discurso e em sua prática, ao longo dos seguintes eixos:

- 1) criação de condições dinamizadoras da produtividade no universo micro (a 'fazenda'), estimulando pesquisa e extensão, subsidiando o uso de insumos modernos (mecânicos e bioquímicos);
- 2) aumento de produtividade na etapa do processamento industrial, etapa que agrega valor aos insumos da 'fazenda'; e
- 3) criação de 'capital social', físico e humano:
 - a) infraestrutura de transporte, energia, armazenamento;
 - b) redes de pesquisa, extensão, treinamento;
 - c) sistema de crédito; e
 - d) sistemas de informação sobre mercados de fatores e produtos.

O processo de transformação socioeconômica e institucional tem sua contrapartida na geração ou transfiguração de sujeitos políticos relevantes. Assim, a sombra do czar e de sua política faria surgir os sujeitos do *agribusiness*, as massas de assalariados temporários, as cooperativas e multicooperativas de perfil empresarial, os sem-terra.” (MORAES, 2008, pps. 24 e 25)

A via *junker* na Alemanha não pode ser compreendida sem o desfecho de derrota das lutas democráticas e camponesas que Marx nos relata e cujas conclusões foram fundamentais para o pensamento socialista, que veio depois dele, sobre as condições políticas e econômicas do desenvolvimento capitalista tardio. A posterior unificação política do Estado alemão impulsionou a modernização agrícola.

Na Rússia da segunda metade do século XIX, a transformação do campo sob o signo da modernização capitalista empurrada pela abolição da servidão, sem abolição do latifúndio, só é possível pela imposição da reforma pela autocracia czarista. E, naturalmente, pela pressão do “florescimento febril da velhacaria capitalista e da propriedade territorial burguesa”, como escreveu Marx no prefácio à edição russa de 1882 do Manifesto Comunista. (MARX E ENGELS, s/d, p.16)

b) A Revolução Russa de 1905 e a redefinição das tendências no desenvolvimento capitalista tardio

Se para a modernização capitalista do campo sob o desenvolvimento tardio é necessário um grande acontecimento político impulsionador, o que dizer sobre a reversão de uma tendência econômica dominante?

A Revolução Russa de 1905 não só reverte como redefine tendências econômicas antes dominantes. Na visão de Lenin, as forças presentes nessa revolução interrompem o processo de modernização latifundiária em curso até então. De outro lado, elas se propõem a “criar” um campesinato livre.

A criação de um campesinato livre daria início a um processo de desenvolvimento das forças produtivas sem as barreiras do latifúndio e abrindo espaço para a sua diferenciação entre uma classe de agricultores capitalistas e outra de proletários. Seria a via norte-americana, em oposição à que prevaleceu na Alemanha.

A reforma agrária como resultado de uma revolução camponesa elimina a grande propriedade e na sua versão radical – isto é, na presença de um proletariado militante – elimina a propriedade privada da terra. Assim, se compreende a proposição de nacionalizar a terra conforme o programa defendido por Lenin. É a mesma ideia presente na consigna do Manifesto Comunista, expropriação da propriedade latifundiária, ou ainda mesmo na forma de estatização das hipotecas de terras, em quadro de forte endividamento rural e de onipresença do capital financeiro, conforme analisada por Kautsky, como expusemos ao longo da parte II do nosso estudo.

O antagonismo entre campesinato e latifúndio pela terra assume a condição de conflito social central numa sociedade majoritariamente camponesa em transição ao capitalismo (Rússia). Essa sociedade apresentou condições especiais em que a dinâmica econômica é superada pela política em sua forma extrema, uma crise revolucionária (a revolução de 1905). Na visão de Lenin, ela aí joga o papel de definir os rumos estratégicos do desenvolvimento capitalista: ou a via junker ou a via norte-americana.

A Revolução Russa de 1905 parece ter aberto mais questões do que as que resolveu. Se havia no campo de referência do marxismo até então uma certa unidade sobre a avaliação do caráter da revolução, essa se desfazia, no momento seguinte, exatamente em torno das questões do poder e do próprio desenvolvimento.

“Contra os populistas (*narodniki*) e seus herdeiros, os marxistas russos e internacionais defenderam unanimemente a ideia de que a revolução russa seria uma revolução democrático-burguesa. Tal conceito tinha um duplo conteúdo, socioeconômico e político. A revolução haveria de ser 'burguesa' no sentido de que haveria de desembocar em um desenvolvimento capitalista acelerado da economia na Rússia, ao 'limpar' a sociedade de todos os resíduos semifeudais, bárbaros, que arrastava sob o czarismo. Ao liberar o campesinato do jugo dos proprietários de terra, ao suprimir o parasitismo da Corte, da nobreza e de um aparato estatal hipertrofiado, a acumulação de capital, a industrialização, a modernização do país haveriam de seguir conjuntamente o modelo dos países capitalistas mais evoluídos (Lenin dizia: o caminho norte-americano). A revolução seria igualmente burguesa no sentido político do termo: substituiria a autocracia czarista por uma república democrático-burguesa. (MANDEL, 1983, pps. 7 e 9)

Um aparente acordo quanto ao caráter das transformações imediatas da revolução russa de 1905 se desfazia nas duas questões centrais implícitas no processo.

A primeira era sobre o papel dirigente da burguesia, uma vez que se tratava de uma revolução burguesa, posição argumentada e defendida por marxistas históricos como Plekhanov e pelos chamados mencheviques, a ala do movimento

socialista russo que defendia uma aliança entre o proletariado e a burguesia, sob a liderança desta, no processo da revolução de 1905.

“Do lado menchevique, havia a convicção que o esquema de evolução constatado na Europa ocidental se reproduziria na Rússia, convicção que resumia, em larga medida, o aporte do marxismo ao movimento revolucionário russo. Ela significava, para os mencheviques, que o desenvolvimento industrial da Rússia devia – as mesmas causas produzindo os mesmos efeitos – levar a uma dominação da burguesia, traduzindo-se, no plano das instituições políticas, pela instauração do parlamentarismo. O papel do proletariado consistia em favorecer esse desenvolvimento, ajudando a burguesia na sua luta contra a autocracia. Depois – e uma vez instalado esse regime comparável àquele que conheceram a França e Inglaterra – os operários deveriam organizar sua própria potência de classe, sua força de contestação face à burguesia, e chamar à conquista do poder ao termo de uma evolução simultaneamente política, econômica e social.” (LIEBMAN, 1967, pps. 72 e 73 – tradução nossa)

Essa visão foi contestada por Lenin, utilizando os ensinamentos de Marx e Engels desde a revolução inacabada e derrotada na Alemanha.

“Lenin e os bolcheviques rechaçaram este argumento mecanicista (referindo-se ao argumento menchevique – observação nossa). Recordaram que já em 1848 Marx e Engels colocaram claramente em dúvida a capacidade da burguesia de dirigir uma verdadeira *revolução burguesa*. Recordaram que Marx previu que quanto mais se expandisse ao leste (quer dizer, à medida que o processo revolucionário incorpore mais aos países subdesenvolvidos),

mais a burguesia se comportaria de forma covarde, contrarrevolucionária, no que respeita a suas próprias tarefas revolucionárias. (...)

Lenin rechaçou, pois, toda ideia de um bloco político com a burguesia liberal. Afirmou que a revolução só havia de triunfar sob a forma *política* de uma ditadura democrática de operários e camponeses (...) Porém não deixou nenhuma dúvida quanto ao fato de que o conteúdo *socioeconômico* da revolução seguiria sendo burguês. Tratava-se de eliminar radicalmente (...) todos os obstáculos que se colocaram no caminho do desenvolvimento *capitalista* da Rússia." (MANDEL, 1983, pps. 8 e 9)

Outro debate fundamental é aquele sobre o desenvolvimento após a revolução. A partir de um acordo com Lenin sobre a natureza da burguesia liberal e sobre o papel do proletariado, Trotsky colocaria em questão a hipótese leniniana da viabilidade de um desenvolvimento aos moldes daquele que ocorria nos Estados Unidos.

Além de apontar a dificuldade de realização da fórmula "ditadura democrática do campesinato e do proletariado", considerada uma fórmula algébrica que não definia a classe hegemônica, Trotsky também questionava a viabilidade de um desenvolvimento capitalista tardio nos marcos de um capitalismo internacional cada vez mais violento e excludente.

"(...) Trotsky destacou o contexto internacional completamente modificado no qual havia de desenvolver-se a revolução russa, em comparação com a de 1789 ou a de 1848. Estes foram momentos de expansão em escala mundial do capitalismo. O século XX, pelo contrário, com a era imperialista, marca o início do declínio do capitalismo enquanto sistema mundial.

A indústria francesa podia soltar suas velas livremente, tanto na França como no mercado mundial, depois da vitória da revolução francesa. A indústria alemã gozava da mesma liberdade de desenvolvimento uma vez conquistada a unidade alemã. Porém uma indústria russa capitalista, marcada fortemente desde o início pela influência do capital financeiro internacional, poderia ter uma semelhante liberdade de desenvolvimento, mesmo considerando uma revolução agrária radical? Trotsky duvidava. Pensava que a superioridade industrial adquirida por poucas grandes nações imperialistas industrializadas sobre o mercado mundial, a abundância de capitais de que dispunha, a aspereza cada vez mais violenta da competição imperialista internacional (...), já não deixavam espaço para um 'desenvolvimento a la norte-americana' do capitalismo na Rússia. A emancipação com relação ao capital estrangeiro era uma condição *sine qua non* para uma modernização radical do país. Porém uma tal emancipação não só haveria de exigir uma ruptura com o poder político da burguesia, senão também uma ruptura com o capitalismo internacional, irrealizável no marco da conservação das estruturas econômicas capitalistas na Rússia." (MANDEL, 1983, pps. 10 e 11 – tradução nossa).

Mandel agrega ainda uma nota de especial interesse para o exame de uma possível teoria do desenvolvimento tardio em Lenin:

"Enquanto Lenin, sob a influência de sua polêmica com os populistas – veja-se sobretudo *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* – destacou sobretudo o crescimento *orgânico* do capitalismo na Rússia, Trotsky ressaltou mais a combinação particular na Rússia do 'capitalismo anão' surgido desde baixo, ao que considerou de pouca importância, e do 'capitalismo imposto

desde cima', sob a influência conjunta do capital estrangeiro e do Estado, ao que considerou como decisivo." (MANDEL, 1983, p. 11 – tradução nossa)

Mesmo nas situações nacionais em que a questão agrária aparece não jogando um papel tão crucial como na Rússia, pois são casos de sociedades em urbanização rápida e não mais majoritariamente camponesas, ela também tem um papel estratégico na definição dos rumos possíveis do desenvolvimento tardio.

A hipótese de Furtado de um novo bloco dominante, integrado pelas massas rurais, foi formulada no seu *Dialética do Desenvolvimento*, conforme analisamos na parte I.

Esse novo bloco para levar adiante o projeto desenvolvimentista poderia implicar em desdobramentos em uma direção revolucionária, a ponto de reverter tendências econômicas dominantes na questão agrária e no desenvolvimento capitalista tardio?

Nos seus textos, essa questão não foi tratada com essa consequência.

Em Furtado, a questão agrária foi vista como uma crítica de conjunto ao sistema de poder do latifúndio e ao seu projeto de modernização sem mudança social, mas sua realização, em termos de reforma agrária, aparecia na forma de um programa regionalizado conforme as especializações agrícolas e a especificidade da ocupação territorial.

Mais clara, todavia, é sua avaliação de que a burguesia industrial não teria reunido condições econômicas e políticas para dirigir um programa desenvolvimentista às suas últimas consequências, vale dizer, que superasse as limitações financeiras do

Estado, as barreiras externas e o latifúndio. Face a todos esses desafios, a burguesia recuava e, pior, se incorporava a uma unidade reacionária das classes dominantes, na qual jogava um papel de vanguarda ideológica justamente o setor mais retrógrado, os grandes proprietários de terra.

Na sua *Dialética do Desenvolvimento*, que analisamos em detalhe na parte I, Furtado remete a solução desses impasses, à possibilidade de formação de um novo bloco social desenvolvimentista com capacidade de dirigir o Estado. Ele seria formado pela classe trabalhadora, massas rurais e setores burgueses industriais. E para que essa possibilidade pudesse se constituir politicamente seria fundamental superar o regime populista em direção a um regime democrático com intensa participação.

Talvez seja possível retirar de Furtado e da sua grande *Dialética do Desenvolvimento* uma ideia de uma revolução democrática extremamente vinculada a uma radicalização do projeto desenvolvimentista nas perspectivas anti-imperialista, anti-latifundiária e propriamente democratizadora do Estado.

O que aparece em Furtado como um tema chave – o latifúndio como sistema de poder e o papel de uma classe atrasada na conformação e na liderança da unidade das classes dominantes – também é um tema presente em Kautsky, especificamente na sua análise sobre a unidade ideológica dos proprietários de terra (com os grandes subjugando e liderando os pequenos) em defesa da propriedade e, para os pequenos, contra o risco de proletarização.

Além desse papel ideológico, ambos destacam a presença orgânica dos grandes proprietários no Estado, na composição de seus quadros dirigentes, na estrutura de representação política e nas suas forças armadas. E sua dimensão econômica

clara: os latifundiários convertem-se em capitalistas (em Kautsky e Lenin); a junção orgânica e histórica entre as duas classes (nos autores anteriores e também em Furtado).

c) Implicações da questão agrária para as análises sobre o tipo de desenvolvimento tardio

Mais que qualquer autor, Lenin vinculou o tipo de desenvolvimento tardio capitalista à questão agrária. As hipóteses de desenvolvimento ao estilo norte-americano ou ao estilo alemão, faziam referência diretamente à eliminação do latifúndio e à criação de um campesinato livre.

No esquema leniniano, na hipótese de uma consolidação do latifúndio o ritmo de desenvolvimento seria fraco, devido, sobretudo, às barreiras da grande propriedade semifeudal aos investimentos e à própria transformação “por dentro” em grande empresa capitalista. A dinamização de um mercado interno seria reduzida, como vimos na parte II.

Podemos deduzir do seu esquema, além disso, a permanência e mesmo intensificação das desigualdades entre os setores econômicos. E, naturalmente, na medida em que aos camponeses em ruína e em processo de proletarização – não pela sua diferenciação, mas pelo fim do regime de servidão e perda do acesso à terra – engrossariam um enorme exército industrial de reserva. A fraca dinamização do mercado interno implicaria em lentidão em criar-se o mercado de trabalho assalariado.

Esse processo seria agravado pelo modelo de industrialização por “queima de etapas”, baseado em grandes unidades fabris, com um proletariado muito

concentrado mas pouco numeroso. Seria o caminho conhecido da modernização periférica. O capitalismo periférico se desenvolve – a barreira do latifúndio não é absoluta – mas se desenvolve a um custo maior (do que na hipótese da eliminação do latifúndio).

Na hipótese da criação de um campesinato livre, com a nacionalização da terra, haveria um forte dinamismo na criação de um mercado interno, com forte impacto na indústria, inclusive no seu setor produtor de insumos e máquinas agrícolas. A economia agrícola, representando a maioria da ocupação no país, estaria livre para o pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. No esquema de Lenin, o campesinato passaria por um processo de diferenciação social, com a paulatina separação de uma minoria de *farmers* e uma maioria proletária.

A diferença com a hipótese anterior é a suposição de que o fim da barreira do latifúndio permite o livre desenvolvimento do capitalismo na agricultura, o que favoreceria um desenvolvimento “orgânico” e dinâmico, mais equilibrado entre seus setores e formando mais rapidamente o proletariado como maioria social. Por isso, essa seria a via mais favorável não só ao desenvolvimento do capitalismo mas, sobretudo, ao futuro advento do socialismo.

Registramos na parte II, a observação crítica formulada por Rosdolsky ao que considera uma utilização indevida dos esquemas de reprodução do volume II d'*O Capital* de Marx. Também resgatamos, utilizando o trabalho de Rosdolsky, a crítica de Plekhanov a um suposto automatismo “a la Say” na formulação de Lenin sobre o processo de formação de um possante mercado interno, como apresentado no seu *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*.

Nós mesmos apresentamos também uma observação crítica, à luz dos debates estruturalistas, sobre as dificuldades de formação do mercado interno, especialmente do seu setor de produção de bens de capital fixo, em condições de concorrência internacional com países centrais dominando a fronteira tecnológica. Para arrematar, Trotsky, segundo a interpretação de Mandel, reproduzida anteriormente, considera bastante fraco o impulso do capitalismo “orgânico” a partir da pequena propriedade, no caso russo.

Essas considerações críticas ao esquema leniniano tornariam inválida, por esquematismo ou anacronismo, a vinculação estratégica que propõe entre questão agrária e tipo de desenvolvimento capitalista tardio?

Para responder negativamente a essa interrogação e validar essa relação estratégica entre questão agrária e modelo de desenvolvimento teremos de recorrer a Prebisch e Furtado, sobretudo a esse último. Para Kautsky, na sua análise da questão agrária inserida no desenvolvimento do capitalismo na Alemanha, efetivamente o problema não se coloca.

A importância que Celso Furtado dá à questão agrária no processo do desenvolvimento brasileiro é decisiva, constante na sua obra, ainda que sua “solução” seja claramente inacabada, incompleta e aberta. Ela revela uma elaboração sobre esse tema em dois tempos, como vimos na parte I.

A expectativa em um processo “orgânico” de mudança de padrão da agricultura com modernização e mudança social favorável à população rural cede lugar a uma dura crítica à modernização efetivamente em curso. Essa tinha um caráter de manter a miséria rural e de predação das condições ambientais, ainda que nas

fases inicial e intermediária da industrialização respondesse à demanda crescente de produtos agrícolas.

Como vimos na parte I, o chamado modelo argentino-paulista expressa a combinação perversa da grande propriedade com abundância de terras. Correspondia parcialmente aos requisitos da industrialização, mas a um alto custo social e ambiental. Evidentemente, esse modelo não podia criar um mercado interior de bens-salário e tão pouco de máquinas e insumos, pois expandia sem elevar a produtividade, sem alterar a matriz tecnológica. Essa é uma relação bastante clara nas suas análises, e reforça o vínculo estratégico entre o modo de desenvolvimento e a questão agrária.

De outro lado, pelo ângulo político-ideológico, enfrentar o sistema de poder latifundiário é uma "necessidade" do desenvolvimento pensado e previsto por Furtado. Não apenas, como analisamos em item anterior, pela questão agrária em si. Trata-se de afastar o sistema de poder latifundiário do Estado, de impedir seu papel reacionário na conformação da unidade da classe dominante que não é capaz de responder positivamente ao programa desenvolvimentista. A questão do Estado, nesse sentido, é superior à questão agrária. Essa compõe o conjunto de questões resumidas na do Estado.

Desse ponto de vista, podemos argumentar pela validade da relação entre a questão agrária e o modo do desenvolvimento capitalista tardio.

Lenin pôde teorizá-la em condições extremas, de uma sociedade majoritariamente camponesa e em uma crise revolucionária. Em condições menos extremas ela poderia perder a intensidade e o caráter de contradição principal, mas não perderia sentido estratégico.

d) A "verdadeira" questão agrária do desenvolvimento tardio parece ser a existência ou não de uma alternativa à tendência à modernização

A modernização capitalista da agricultura é uma tendência constatada nas análises estruturalistas e marxistas sobre o desenvolvimento capitalista tardio. Em todas as análises estruturalistas e marxistas tomadas como referência no nosso estudo, ela aparece como a principal tendência econômica.

O elemento característico da modernização é a permanência da grande propriedade anterior ao desenvolvimento capitalista, seja na forma da propriedade feudal (Alemanha), semifeudal (Rússia) ou herdada da economia colonial (Brasil). Não necessariamente ela deve extinguir a pequena propriedade de tipo familiar, vinda da economia camponesa ou daquela que vicejou ao lado da economia colonial. Essa, como Kautsky estuda, pode lhe ser funcional, inclusive. Esse é o sentido, no que toca às formas de propriedade territorial, da ideia mais ampla de submissão da agricultura ao capitalismo.

Em todas essas análises comparece também o elemento político, o peso dos grandes proprietários de terra, de origem pré-capitalista, no Estado e na organização da economia agrícola. Assim, a modernização expressaria um sistema de poder e de regulação econômica do capitalismo agrícola no desenvolvimento capitalista tardio. A modernização também se constitui como compromisso entre a burguesia industrial e a classe proprietária de grandes parcelas de terra.

Nesse sentido, a ideia de Prebisch, citada na parte I, de uma ação do Estado "à la norte-americana" planejando o desenvolvimento do capitalismo agrícola e mesmo realizando, de forma maciça e rápida, uma redistribuição da propriedade parece

desconsiderar a própria natureza do Estado no desenvolvimento tardio do capitalismo.

Lenin é quem melhor analisa a preferência da burguesia “tardia” por uma transformação capitalista da sociedade sem revolução camponesa. Em Furtado também podemos ler essa forma passiva da burguesia industrial face à classe de grandes proprietários de terra.

Se essa é a tendência, a grande questão agrária do desenvolvimento capitalista tardio é a possibilidade, ou não, de constituir-se uma outra via de resolução da questão agrária, uma alternativa de conjunto à modernização capitalista da agricultura, que teria, naturalmente, como ponto de partida (mas não poderia resumir-se nele) o fim do latifúndio.

Sendo o anterior válido – a tendência à modernização capitalista da agricultura no desenvolvimento tardio – seria importante pensar as decorrências em termos programáticos que poderiam ser extraídas das duas grandes teorias que tomamos como referência.

No marxismo clássico podemos observar três formulações programáticas sobre a questão da terra em sua relação com o desenvolvimento do capitalismo tardio. Elas partem da expropriação dos latifundiários, no Manifesto Comunista; da nacionalização das hipotecas, em Kautsky, embora, nesse caso, pensada em um tempo de realização que poderia se concretizar ainda no capitalismo ou na transição para o socialismo (que parece ser a hipótese preferencial de Kautsky); da nacionalização da terra, em Lenin, na sua reflexão sobre o novo programa agrário pós-revolução de 1905. Em última instância, poderiam ser reduzidas à supressão

da propriedade privada da terra. E, além disso, a processos de controle social ou estatal do seu uso.

Mais importante que as três consignas convergentes, é a ideia de um programa mais amplo que incorpora a reivindicação sobre a terra dos camponeses. Incorpora e integra em outra perspectiva. Desde essa perspectiva, a reivindicação camponesa encontra-se subordinada a uma resolução conjunta, sob a direção da classe operária, do problema terra. Em Marx e Engels, como em Lenin, trata-se de um processo de revolução democrática, burguesa no seu conteúdo socioeconômico, mas sob direção da classe operária, numa "sintaxe" programática original, que apresentaria um desdobramento "contínuo" em direção ao socialismo. Em Kautsky, a questão encontra-se formulada de modo bastante hesitante no campo das lutas sob o capitalismo, mesmo que sob a direção operária. Remete-se sua "solução" a um futuro socialista. O progresso capitalista se encarregaria de resolver, pelo menos em parte, o problema.

Como poder-se-ia pensar o problema da terra em uma hipotética resolução programática estruturalista?

Em primeiro lugar, em um olhar furtadiano, como parte de um programa de um novo bloco social desenvolvimentista, i.e, em um corpo programático que organizasse um conjunto de proposições desenvolvimentistas, dentre as quais faria parte a questão do fim do latifúndio.

Se acrescentássemos o olhar prebischiniano, deveríamos incluir uma ênfase na ação planejadora do Estado, sobre novas bases econômicas e políticas. Em ambos, estaria a necessidade de forte incentivo à elevação da produtividade, ainda que de modo a considerar formas anteriores de ocupação e especialização agrícola.

Em qualquer dessas grandes vias teóricas, o Estado joga um papel central. Se considerarmos válida a tendência à modernização capitalista da agricultura no desenvolvimento tardio, um programa estritamente agrário seria já insuficiente para responder a essa nova questão agrária.

De nenhuma forma pode-se tentar generalizar supostas leis econômicas do desenvolvimento tardio do capitalismo a partir das obras analisadas. Muito menos "leis políticas". Mais correto, metodologicamente, tratar de buscar características e possíveis tendências econômicas, bem como momentos excepcionais de cruzamento entre tendências econômicas e acontecimentos ou rupturas políticas.

O chamado "papel" do Estado (das classes sociais, na verdade) parece resumir esta questão.

3. A partir dos estudos sobre questão agrária:

a) A pergunta de Celso Furtado: Há uma teoria do desenvolvimento tardio no marxismo?

A pergunta formulada por Celso Furtado em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (mas que também pode ser lida em outros de seus textos) e analisada por ele em termos estruturais da dialética entre desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção não parece ter uma resposta fácil. Certamente não há uma teoria do desenvolvimento nos moldes "canonizados" pela CEPAL. Parece haver, no entanto, no interior de uma teoria da superação do capitalismo elementos de uma teoria do desenvolvimento tardio.

Como vimos na parte I, Furtado tem uma primeira aproximação face à sua questão: o marxismo elabora uma teoria voltada para a superação do capitalismo e, portanto, não corresponderia ao problema do desenvolvimento em condições tardias na periferia. Furtado busca, no entanto, encontrar na relação definida por Marx para grandes períodos históricos, entre desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção, elementos que podem contribuir para a sua construção estruturalista sobre o desenvolvimento periférico: acumulação de capital, excedente, classes sociais no processo de desenvolvimento. Prebisch, em menor escala, também faz esse uso.

Aparece em Lenin, sobre o desenvolvimento do capitalismo na atrasada Rússia, aquilo que poderia constituir-se em elementos de uma teoria marxista face ao desenvolvimento capitalista retardatário.

O primeiro deles é que não é indiferente ao proletariado a via específica que pode tomar esse desenvolvimento. Entre a hipótese *junker* e a hipótese norte-americana cabe fazer uma escolha, porque essa escolha implicará em menor ou maior favorecimento ao desenvolvimento social das classes fundamentais do capitalismo e, portanto, às possibilidades futuras de uma revolução socialista. Essa escolha em Lenin, como vimos, não implica em conferir à burguesia a direção nesse processo em que estratégias de desenvolvimento se põem como hipóteses alternativas.

O segundo é a ideia central do mercado interno como propulsor de um desenvolvimento capitalista nacional. Aqui se trata do mercado como expressão de uma divisão social do trabalho cada vez mais complexa e da desintegração de classes pré-capitalistas, como o campesinato.

O terceiro elemento é que o Estado joga um papel destacado na conformação da evolução social (das relações sociais de produção) e do próprio desenvolvimento das forças produtivas. É nesse sentido que se deve ler a afirmação leniniana de que a revolução “cria” o campesinato livre e potencialmente capitalista.

O quarto elemento, decisivamente fundamental para enfrentar a questão das vias alternativas de um desenvolvimento tardio do capitalismo, é a possibilidade de expansão internacional de uma revolução democrática burguesa *sui generis*, com sua irradiação continental produzida por uma derrota da burguesia em um grande país, mesmo que atrasado. Trotsky formulará essa dinâmica de um modo diferente, com a sua teoria da revolução permanente. Nela, haveria uma dinâmica de transcrescimento da revolução democrática em revolução socialista, a superação do desenvolvimento capitalista tardio pelo início de um desenvolvimento socialista que só poderia completar-se em escala internacional.

É verdade que essas linhas distanciam-se completamente de uma visão linear e etapista do desenvolvimento, tão difundida como dogma pelo stalinismo.

De todo modo, o que se pode ler desses elementos é a hipótese de um desenvolvimento provisoriamente capitalista, sem hegemonia burguesa, extremamente conflitivo e transitório para a abertura de uma transformação de caráter socialista.

Há ainda que registrar, com não menos importância, a compreensão crescente sobre um desenvolvimento tão mais desigual quanto mais retardatário é o processo de constituição do capitalismo em escala nacional. O elemento desigual é dado, em primeiro lugar, pela existência do mercado internacional, pelo desnivelamento do progresso técnico nessa dimensão. Ele se projeta ao interior

dos processos nacionais de desenvolvimento. Hilferding fez essa observação para o capitalismo alemão. Mais que ninguém, Trotsky deu *status* teórico a esse aspecto. Também nos registros estruturalistas a ideia de um desenvolvimento desigual, não homogêneo, está bastante bem delineada.

A agricultura reflete, sobremaneira, esse processo desigual: a ideia de um desenvolvimento baseado na modernização capitalista do latifúndio, podendo conservar ao seu lado uma economia “pós-camponesa” e formas de propriedade pré-capitalistas, o que reduz o ritmo e atrasa a transformação capitalista de conjunto na agricultura. Ao mesmo tempo, a questão agrária, como vimos, condensaria grandes conflitos econômicos e políticos cuja resolução teria amplo impacto no próprio modo de desenvolvimento tardio do capitalismo.

b) Uma pergunta possível: há elementos de uma teoria da superação do capitalismo na escola estruturalista?

As elaborações de Celso Furtado e Raul Prebisch a partir da crise do desenvolvimentismo chegam ao limiar de um questionamento sobre a viabilidade do desenvolvimento periférico de caráter capitalista.

Como já apontado anteriormente, é pouco plausível, sob um regime hegemônico pela burguesia, a hipótese de Prebisch de redução drástica da propriedade e da gestão burguesa dos meios de produção. A transformação da economia e do Estado por ele proposta não é uma revolução socialista e tão pouco a socialização dos meios de produção, como ele mesmo faz questão de afirmar. Mas como conter essa transformação dentro dos limites de uma economia e um Estado hegemônico pelas classes proprietárias?

No seu *Capitalismo periférico. Crisis y transformación*, descreve o que caracteriza, de uma forma um tanto simplificada, como sendo o ciclo do desenvolvimento periférico no qual, após um período de expansão, abre-se uma intensa disputa distributiva que ameaça reduzir a taxa de acumulação de capital. Em situações cumulativas, produz-se um quadro de ruptura política, com as forças armadas do Estado cumprindo um papel de restaurar não só a ordem política, como, principalmente, a econômica.

A alternativa a esse ciclo econômico-político do desenvolvimento periférico é um regime de acumulação a altas taxas de crescimento. É em parte por isso, deduz-se da sua análise, que há uma exigência de alto crescimento econômico na periferia, não só para corresponder às necessidades de queimar etapas mas para comportar o conjunto de pressões distributivistas. (PREBISCH, 1984, pps. 43 e seg.)

De outro lado, a conhecida interpretação radical de Keynes por Prebisch, já citada na parte I, trazendo as reflexões de filosofia social do economista inglês para a prática da economia política no desenvolvimentismo latino-americano, implica a racionalidade estatal na definição do ritmo, da remuneração e do *quantum* de capital a ser investido.

A partir dessas duas dimensões, Prebisch

“considera a planificação como um instrumento imprescindível para que esta ação estatal logre imprimir eficácia aos mecanismos de mercado; porém trata-se de uma planificação democrática, pois os critérios e as grandes decisões que orientem a regulação planificada do sistema deverão de estar subordinadas a decisões políticas tomadas democraticamente. Isso exige um

reordenamento jurídico que precise os âmbitos e os instrumentos na intervenção estatal, concebida de modo a assegurar a continuidade e flexibilidade do uso social do excedente.

Nesse sentido, Prebisch formula algumas sugestões sobre um aspecto chave dessa nova institucionalidade: a propriedade e a gestão das empresas. Muito resumidamente, a ideia básica consiste em combinar formas de propriedade privada, social e estatal. A propriedade privada prevaleceria nas empresas pequenas e médias, desde que seu crescimento não ultrapasse determinadas dimensões. Nas grandes empresas, que concentram a maior parte dos meios produtivos, a propriedade iria sendo transferida paulatinamente à força de trabalho, tendendo a longo prazo a sua gestão autônoma. Segundo os casos, um número maior ou menor de atividades desenvolveria sob propriedade do Estado, sem prejuízo da possibilidade de aplicar, também nelas, alguns dos princípios desse tipo de gestão. Em resumo, Prebisch expõe que sua opção transformadora representa uma síntese entre socialismo e liberalismo.” (RODRIGUEZ, 2006, pps. 319 e 320)

A hipótese de Furtado de uma democratização radical do desenvolvimento e do Estado, caminha numa direção semelhante, mas com outros elementos. Se Prebisch trata o Estado com os olhos de um economista, isto é, vendo o poder nas bases econômicas da classe dominante, Furtado lançará um olhar mais abrangente, para o Estado como resultante de blocos de forças sociais em conflito.

O conflito central em Furtado é aquele desencadeado pelo programa do desenvolvimento levado às últimas consequências, abrangendo a autonomia nacional, a questão agrária, a questão do financiamento do desenvolvimento, e, a própria democratização do Estado.

Furtado descarta, como vimos na parte I, um processo de revolução socialista, um programa marxista de desestruturação do Estado burguês e sua substituição por um novo, em processo de redução de sua função de opressão de classe. Furtado, no entanto, apresenta uma ideia de superação dos limites da democracia populista por uma democracia de intensa participação de massas. E sugere um novo bloco desenvolvimentista formado pela classe trabalhadora, massas rurais e setores da burguesia comprometidos com o programa desenvolvimentista. Naturalmente, incluir-se-ia nesse bloco os intelectuais do desenvolvimento, especialmente os economistas desenvolvimentistas!

Nosso entendimento é de que essas são elaborações analíticas no limiar de propor a superação do capitalismo, sem revolução naturalmente, mas formulações realizadas diante de impasses agudos de um capitalismo periférico que não realiza um projeto de desenvolvimento como o que o estruturalismo propõe.

Conclusões

A título de conclusões, buscamos sintetizar os pontos estruturais que organizam o percurso desse estudo.

a) a validade de um caminho:

Pensamos ter respondido afirmativamente a primeira questão formulada e que, na verdade, estrutura todo o trabalho de pesquisa e reflexão. Trata-se de tomar a questão agrária como ponto de partida para as análises de teorias do desenvolvimento do capitalismo a partir de condições subdesenvolvidas. Buscamos, assim, compreender a questão agrária dentro de concepções abrangentes sobre o próprio capitalismo em desenvolvimento, sem dissolver a especificidade da questão agrária.

Isso nos levou a examinar essas teorias, e fazer um caminho de volta, delas para a questão agrária. Havia ainda que responder a um problema recorrente nos debates desenvolvimentistas sobre o quanto também a questão agrária influencia o curso das elaborações sobre o próprio desenvolvimento em condições tardias. Nossa primeira conclusão é que esse caminho mostrou-se frutífero e válido.

Escolhemos duas grandes visões sobre o problema do desenvolvimento do capitalismo na sua periferia:

- o pensamento econômico latino-americano, que teve origem na CEPAL, e que foi corretamente, na nossa opinião, definido por Celso Furtado como uma corrente com uma trajetória maior que a da própria instituição e do que o seu

período fundacional dos anos 50 do século XX. A esse pensamento Furtado chamou de escola estruturalista latino-americana. Dentro dessa escola, estudamos as obras de Raúl Prebisch e Celso Furtado, pela importância e pela sua longa trajetória sempre coerente;

- o pensamento marxista do período imediatamente após o desaparecimento de Engels e, antes dele, Marx, considerando esse um período de maior influência teórica de Marx e Engels no movimento socialista e ainda que este passava a deslocar sua atenção para as questões do “Oriente” ou, na linguagem estruturalista, para questões do subdesenvolvimento. Dentro dessa visão, a escolha óbvia foi pelo estudo das obras *desse período* de Karl Kautsky e Vladimir Lenin, tomando a questão agrária como ponto de partida.

Claro está que teria de justificar *esse* marxismo como uma visão teórica que inclui o desafio de compreender a dinâmica do capitalismo à medida de sua expansão como sistema mundial. Ao mesmo tempo, teria de considerar as elaborações bastante críticas (na verdade, autocríticas) de Prebisch e Furtado como parte viva de uma escola teórica, e não como memórias ou reminiscências de antigos teóricos. Pensamos também ter respondido afirmativamente a essa dupla necessidade de método.

A escolha da questão agrária como uma “porta de entrada” foi fundamental. Ela permitiu fazer escolhas metodológicas dentro de universos teóricos muito amplos e com muitas questões simultâneas. Ao mesmo tempo, realçar uma relação compreensiva entre questão agrária e desenvolvimento tardio nos permitiu realizar leituras “horizontais”, buscando temáticas comuns entre essas grandes visões, e não só “verticais”, estabelecendo com a clareza possível suas fronteiras.

b) o estruturalismo como uma escola mais ampla que a CEPAL

A demonstração do caráter mais amplo de uma escola teórica que vai além da “economia política da CEPAL” é relativamente facilitada por grandes trabalhos de pesquisa em torno à evolução da CEPAL, como aqueles realizados por Octávio Rodríguez, bem como outros, dirigidos ao acompanhamento da trajetória de Prebisch, como a pesquisa realizada por Gurrieri, e sobre Furtado, como o estudo de Mallorquin.

Onde fica mais claro, no entanto, a integridade de uma escola teórica é na obra mesma, continuada, de Prebisch e Furtado, que atravessa os anos 70 e início dos 80, em torno da problemática do desenvolvimento e de, mesmo com revisões críticas, uma manutenção sólida de coerência do seu método de análise.

A consideração das obras de Furtado dos anos 60 e 70, e de Prebisch incluindo a do início dos 80, como parte integrante da escola estruturalista é fundamental para o estudo da questão agrária e para a própria teoria do subdesenvolvimento. Mais do que aqueles autores “externos” à tradição fundada pela CEPAL ou mesmo das críticas “internas”, os dois autores estruturalistas propõem, separadamente, uma evolução importante em conceitos e em aprofundamento da concepção estruturalista.

Nesse aprofundamento é clara a sustentação do conceito de subdesenvolvimento como muito mais relevante que o de dependência. Nos dois autores, em momentos diferentes e com razões que se complementam, podemos ler a apreciação extremamente crítica às possibilidades de um desenvolvimentismo nos marcos conceituais clássicos do capitalismo, especialmente naquele que se refere

ao “papel” do Estado no desenvolvimento e das classes dominantes, particularmente a burguesia industrial, nesse processo.

Em Furtado encontramos a crítica profunda ao regime populista como impeditivo à formação de um novo bloco social desenvolvimentista em substituição aos limites ao desenvolvimento impostos pela unidade das classes dominantes periféricas. Em Prebisch uma proposta de fundar novas bases econômicas para o Estado desenvolvimentista, erodindo as sagradas bases privadas de propriedade e de gestão dos meios de produção.

c) o marxismo imediatamente após Marx e Engels

Esse período que representa cerca de 15 anos e vai da última década do século XIX à primeira década do século XX talvez pudesse ser caracterizado como um período de marxismo clássico: a hegemonia das ideias de Marx e Engels, depois do seu desaparecimento; um movimento socialista unificado e orgânico com grandes temas em debate. E vemos um processo de mudança de centro de gravidade desse movimento e de sua temática em direção ao Oriente (ao subdesenvolvimento).

Kautsky é reconhecido nesse período como herdeiro do legado de Marx e Engels. Em *A Questão Agrária* realiza uma vasta reflexão sobre a obra de Marx e sobre um capitalismo que se desenvolve de forma diferente daquele que teve origem e se padronizou como referência ou modelo, a Inglaterra. A ideia de desigualdade do desenvolvimento não só no plano comparativo entre nações mas no interior mesmo do desenvolvimento nacional começa a ganhar corpo. O problema das formas de propriedade da terra, das relações sociais na agricultura que não se tornam homogêneas e nem seguem o mesmo padrão da indústria, o peso novo do

banco na acumulação de capital e na propriedade, em última instância, da terra, são aspectos extremamente relevantes para o estudo a que nos propomos.

Lenin introduz o desenvolvimento tardio na agenda do marxismo desse período. A Revolução Russa de 1905 é o acontecimento histórico decisivo que leva o marxismo a tratar do "subdesenvolvimento". Para Lenin o desenvolvimento tardio e a questão agrária são partes indissociáveis de uma mesma problemática.

Evidentemente toda a elaboração de Kautsky e Lenin está direcionada não só a compreender os termos da diferenciação internacional e da desigualdade interna no desenvolvimento tardio. Seu objetivo é compreender os caminhos e as possibilidades do socialismo. Isso não impede de encontrar nas suas obras desse período reflexões que julgamos fundamentais para a análise do subdesenvolvimento e seus "destinos".

Se não estamos diante de uma teoria formalizada do desenvolvimento capitalista tardio, certamente temos à disposição um conjunto de reflexões sobre elementos constitutivos do problema do subdesenvolvimento.

Nesse sentido, pensamos em uma catalogação mais ampla do que se conhece como teorias do desenvolvimento. Incluir essas reflexões, que mesmo não formalizando uma teoria do desenvolvimento e mesmo se propondo a tratar o capitalismo com limites históricos, é legítimo metodologicamente.

d) o cotejamento entre essas duas teorias do desenvolvimento permite realçar problemas comuns enfrentados a partir de pontos de vista teórico-históricos não só diferentes como irredutíveis

Colocar as duas concepções face a temas comuns, como a questão agrária, nos permite não só, e como é óbvio, distinguir abordagens globalmente diferentes. Permite também analisar problemas comuns aos diversos processos históricos de desenvolvimento capitalista tardio.

Buscamos compreender, além disso, a sua localização histórica e, para isso, usamos o conceito de época histórica. Esse conceito não é alheio a qualquer das duas concepções, estruturalismo e marxismo clássico, mas são preenchidos com elementos diferentes.

No estruturalismo, e isso se deve a Prebisch, sua caracterização está firmemente estabelecida na definição do centro cíclico hegemônico internacional, baseado no seu esquema centro-periferia. No marxismo clássico, a época histórica faz referência direta às possibilidades do socialismo e revoluções. Ambas comportam uma noção de ideias dominantes e de movimentos políticos e teóricos em torno delas.

Buscamos ainda cotejar bases teóricas do estruturalismo e do marxismo. Esse exercício é realizado não por uma exposição formal de cada plataforma teórica mas através da escolha de pontos cruciais que as separam como método e lógica de compreensão de um mesmo objeto. Assim, a incompatibilidade em dois fundamentos teóricos, o Estado e o excedente econômico, é considerado na nossa análise uma demarcação radical e necessária.

Indo além, o cotejamento de duas visões teóricas nos permite acercar-se de problemas comuns sem perder de vista a existência de métodos próprios de cada abordagem. Nesse sentido a questão agrária como tema chave prestou-se admiravelmente bem ao propósito; mais ainda a abordagem mais larga sobre o

desenvolvimento tardio. O fato de encontrarmos soluções mais globais no marxismo não anula as contribuições do estruturalismo.

De outro lado, essas contribuições nos serviram para identificar pontos falhos nas análises estruturalistas, especialmente aquela sobre a formação do mercado interior presente n'*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de Lenin.

Pensamos, enfim, ter superado o risco do ecletismo ou de reduções artificiais a partir da análise de problemas comuns enfrentados pelo estruturalismo e pelo marxismo clássico.

e) o desafio de compor uma visão da questão agrária no desenvolvimento tardio

Buscamos ao longo do nosso estudo definir a questão agrária estruturalista e a questão agrária marxista-clássica. Pensamos ter sido relativamente bem sucedidos nesse propósito.

Nosso estudo não se propôs, e nem poderia por razão de método, a definir uma questão agrária "geral", formada pela superposição das duas anteriores. Nos propusemos, sim, a formular o que nos pareceu uma tendência econômica central da questão agrária no desenvolvimento capitalista tardio a partir das duas grandes análises.

Trata-se da tendência à modernização capitalista, com todos os ingredientes que traz consigo, inclusive o de que, para que a modernização se complete em escala nacional do desenvolvimento, requer rupturas ultraconservadoras na ordem política. Essa observação surge das apreciações sobre a Alemanha, Rússia e Brasil, elaboradas respectivamente por Kautsky, Lenin e Furtado. Sua reversão e

fundação de novas tendências do desenvolvimento tardio demandariam profundas alterações nas relações entre as classes sociais, das quais a Revolução Russa de 1905 é o grande exemplo.

Se essa conclusão for válida, a questão agrária deveria ser pensada a partir dessa tendência, o que não significa pretender resolver esquematicamente de antemão seus elementos constitutivos específicos e nem mesmo o campo de possibilidades de sua equação histórica. Todos os autores que estudamos sempre frisaram a necessidade de uma análise concreta, histórica e nacional da questão agrária.

Tomar essa tendência, um dos pontos de chegada do nosso estudo, significaria considerar que a questão agrária no desenvolvimento capitalista tardio deve ser formada considerando esse ponto de partida.

Referências

ABENDROTH, W. - Historia social del movimiento obrero europeo. 8 ed. Barcelona: Editorial Laia, 1983

ABRAMOVAY, R. – Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2ª ed. Campinas: Hucitec/Edunicamp/Anpocs, 1999

ALAVI, H.; SHANIN, T. – Introduction. In KAUTSKY, K. - The Agrarian Question. Londres: Zwan Publications, 1988

BANCO MUNDIAL – Agricultura e desenvolvimento. Relatório do desenvolvimento mundial de 2008.

BASTOS, Pedro Paulo Z. – O Plano Trienal e sua economia política. In AGUIAR, R. F. (org) - O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento. Rio de Janeiro: Contraponto : Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

BENGOA, J. – 25 años de estudios rurales. Sociologias/UFRGS/Programa de Pós Graduação em Sociologia - vol.1, nº 1 (jan./jun. 1999)

BIELSCHOWSKY, R. (Org.) – Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000

BIELSCHOWSKY, R. – Pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995

CANO, W. - Furtado: A questão regional e a agricultura itinerante no Brasil. Disponível em http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109201257460.CD70_015_09.pdf (acesso em 07/02/2013).

CARDIM DE CARVALHO, F. J. - Keynes e o Brasil. Economia e Sociedade, Campinas, v. 17, Número especial, p. 569-574, dez. 2008

CARDOSO DE MELLO, J. M. - O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982

ENGELS, F. - Introducción a la edición de 1895. In MARX, K. - Las luchas de clases em Francia de 1848 a 1850. Moscou: Editorial Progreso, 1979

GUIMARAES, J. - Democracia e marxismo: crítica à razão liberal. São Paulo: Xamã, 1998

FRANCO, R.; BESA, J. - Principales aportes de la CEPAL al desarrollo social, 1948 1998. Levantamiento bibliográfico: período 1948 – 1982. Santiago de Chile: CEPAL/División de Desarrollo Social, octubre 2003. Disponível em <http://www.eclac.cl/publicaciones/> (acesso em 29 de maio de 2006)

FURTADO, C. - Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009a

FURTADO, C. - Análise do 'Modelo' Brasileiro. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972

FURTADO, C. - Brasil: a construção interrompida. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

FURTADO, C. - Dialética do desenvolvimento. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964

FURTADO, C. - A pré-revolução brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962

FURTADO, C. - Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto : Centro Internacional Celso Furtado, 2009

FURTADO, C. - Prefácio a nova Economia Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

FURTADO, C. - Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. 7 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979

FURTADO, C. - A economia latino-americana. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

GURRIERI, A. (Org) – O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios. Rio de Janeiro: Contraponto : Centro Internacional Celso Furtado, 2011

HILFERDING, R. - O Capital Financeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985

KAUTSKY, K. – A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, 1986

KAUTSKY, K. - El camino del poder. México: Editorial Grijalbo, 1968

KEYNES, J. M. - Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964

LENIN, V. - Duas táticas da socialdemocracia na revolução democrática. In LENIN, V. - Obras Escolhidas. vol. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1979

LENIN, V. - O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Abril Cultural, 1982

LENIN, V. - El programa agrário de la socialdemocracia en la primera revolución rusa de 1905-1907. In LENIN, V. - Obras Escogidas. Tomo II. 2ed. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1973

LENIN, V. - A falência da II Internacional. São Paulo: Kairós, 1979a

LENIN, V. - El Estado y la Revolución. In LENIN, V. - Obras completas. vol. 33. Moscou: Editorial Progreso, 1986

LENIN, V. - El Marxismo y el Estado. In LENIN, V. - Obras completas. vol. 33.
Moscou: Editorial Progreso, 1986a

LIEBMAN, M. - La révolution russe. Verviers (Belgique): Editions Gérard, 1967

LIEBMAN, M. - Le léninisme sous Lénine. Paris: Seuil, 1973

LUXEMBURGO, R. - La crise de la social-démocratie. Bruxelles: Éditions La Taupe,
1970

MUSSE, R. - Kautsky e a revolução de 1905. Crítica Marxista (São Paulo), vol.
21, 2005

MALLORQUIN, C. - Celso Furtado: um retrato intelectual. São Paulo: Xamã; Rio
de Janeiro: Contraponto, 2005

MANDEL, E. - Trotsky: teoria y práctica de la revolución permanente. México:
Siglo XXI, 1983

MANDEL, E. - Long waves of capitalist development. 2 ed. Londres: Verso, 1995.

MANDEL, E. - Il y a cent ans, "Die Neue Zeit". Inprecor (Paris), vol. 146, 1983a

MARX, K. - O Capital: Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983

MARX, K. - Teorias da mais-valia. São Paulo: DIFEL, 1980-1985

MARX K. e ENGELS, F – Manifesto Comunista. In Textos. Vol. III. São Paulo: Edições Sociais, s/d

MORAES, R. C. C. - Celso Furtado. O subdesenvolvimento e as ideias da Cepal. São Paulo: Editora Ática, 1995

MORAES, R. C. – As cidades cercam os campos. São Paulo: Editora UNESP: Brasília, DF: NEAD, 2008

MORAES, R. C. C. - Planejamento: democracia ou ditadura? São Paulo: Tese de Doutorado, Depto. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1987

NAVARRO, Z. - 'Nunca cruzaremos este rio' – A estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a 'Sociologia Militante', e o ocaso da reforma agrária no Brasil. Caxambu(MG): Anpocs, 2008

OLIVEIRA, F. - Apresentação. In PREBISCH, R. - Keynes, uma introdução. São Paulo: Brasiliense, 1991.

OLIVEIRA, F. - Celso Furtado: economia. São Paulo: Editora Ática, 1983

OLIVEIRA, F. - A Navegação Venturosa. Ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003

POLLOCK, D.; Daniel KERNER, D.; L. LOVE J. L. - Entrevista inédita a Prebisch: logros y deficiencias de la CEPAL.. Revista de la CEPAL 75, dezembro de 2001

PREBISCH, R. - El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. in CEPAL - Boletín Económico de América Latina, vol. VII, nº 1, Santiago de Chile, 1962

PREBISCH, R – O desenvolvimento econômico da América latina e alguns de seus problemas principais. In BIELSCHOWSKY, R. Org.) – Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000

PREBISCH, R. - Capitalismo periférico. Crisis y transformación. México: Fondo de Cultura Económica, 1981

PREBISCH, R. – Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano. In BIELSCHOWSKY, R. Org.) – Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000

PREBISCH, R. - Prefácio. In RODRIGUEZ, O. - Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1981

PREBISCH, R. - A mística do equilíbrio espontâneo da economia. Biblioteca/Sala CEPAL, RP 074/1953, disponível em biblioteca.cepal.org/record=b1193227~SO, acesso em 13.mai. 2013

PREBISCH, R. - Keynes, uma introdução. São Paulo: Brasiliense, 1991

PREBISCH, R. – Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. In Bielschowsky, R. Org.) – Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000

RODRIGUEZ, O. – Prebisch: Actualidad de sus ideas básicas. Revista de la CEPAL, nº 75, dez. 2001

RODRIGUEZ, O. – Teoria do subdesenvolvimento da Cepal. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1981

RODRIGUEZ, O. - El estructuralismo latinoamericano. México: Siglo XXI : CEPAL, 2006

ROSDOLSKY, R. - Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: EDUERJ : Contraponto, 2001

RUBIN, I – A Teoria Marxista do Valor. São Paulo: Editora Polis, 1987

SINGER, P. - Desenvolvimento e crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SHANIN, T. (ed) – Late Marx and the russian road. New York: Monthly Review Press, 1983

SCHRAEPLER, E. - Prólogo a la edición alemana de 1966. In KAUTSKY, K. - La cuestión agraria. Paris: Ruedo Ibérico, 1970

SUNKEL O.; PAZ, P. - El subdesarrollo latino-americano y la teoría del desarrollo. 6 ed. México: Siglo XXI, 1973

TAVARES, M. C. (org) - Celso Furtado e o Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000

TROTSKY, L. - A história da Revolução Russa. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978